

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC - SP

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

GISLENE APARECIDA MOREIRA DE ALCÂNTARA

NÓS ESCUTAMOS

As Histórias de Vida das Adolescentes em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

SÃO PAULO

2019

GISLENE APARECIDA MOREIRA DE ALCÂNTARA

NÓS ESCUTAMOS

As Histórias de Vida das Adolescentes em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC -SP, como exigência para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob orientação da Professora Doutora Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO

2019

ERRATA

MARTINS, J.S. **Exclusão social e a Nova desigualdade**. São Paulo. Editora Paulos, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Síndrome do Pequeno Poder**. In: AZEVEDO, M.A. (org). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. "**Gênero**: uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência e Violência**: desperdícios de vidas. São Paulo: Cortez, 2006.

Páginas: 58 e 59 a palavra contratransferência lê se: contrarreferência

Banca Examinadora

A todas as adolescentes e, em especial, à Lavanda, à Jasmim, à Margarida e à Rosa, que são meninas e mulheres que fazem da sensibilidade a coragem de ser!

Agradecimento a CAPES

Agradeço a CAPES, por valorizar em alto nível a educação e ser esse importante instrumento para a valorização da pesquisa científica em nosso país. Agradeço imensamente por me proporcionar a possibilidade de construção dessa dissertação através do apoio financeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente às adolescentes sujeitos desta pesquisa, pela confiança, disponibilidade e por terem compartilhado suas histórias e seus sonhos. Vocês foram especiais me proporcionaram momentos de aprendizado, crescimento profissional, intelectual e de vida.

Às minhas filhas Déborah e Gabriella que foram fundamentais para a minha volta aos estudos pela força, afeto e o amor.

Ao meu companheiro e marido que contribuiu com suas provocações... ah e como, mas sempre aqui comigo no coração e na vida!

Quero agradecer aos meus pais e ao meu irmão que sempre estão perto me proporcionam carinho e amor.

À minha família imensa, tios, tias, primos, primas, cunhados, cunhadas, sogra, sogro, sobrinhos pela existência em minha vida.

Aos meus afilhados, Pedro, Rodrigo e Simão que me tiram o estresse do pensamento quando estamos juntos.

À minha orientadora Professora Doutora Bader Burihan Sawaia, pela confiança e pelo respeito e contribuição com o meu tema e objeto de estudo. Fez-me ser uma pessoa melhor e ver o mundo de maneira mais confiante, ela sempre uma mulher forte, inteligente e destemida que me representa pela afetividade e pela sua humanidade.

Ao Centro Comunitário Castelinho, por ser o local no qual passei dez anos e nele pude aprender a ter colegas de trabalho e trazer comigo alguns amigos para a vida inteira.

Aos amigos e às amigas Silvia em especial por toda ajuda e suporte, Etel, Alex, Fernanda, Luciana Ribeiro, Luciana Gloria, Luz Ribeiro, Laercio, Silvia, Itlanei, Ana Paula, Rose, Roberto, Georgiana, Sr. Ernesto, que ouviram minhas angústias, contribuíram nas entrevistas, formaram minhas opiniões, fizeram críticas, ajudaram em tudo que se pode esperar de bons amigos.

À professora Doutora Maria do Carmo Albuquerque, pela amizade, as contribuições, que desde o primeiro momento apoiou o meu interesse de iniciar o mestrado me deu força e confiou na minha capacidade, apontou os meus erros, fez a crítica e me incentivou a prosseguir.

À professora Doutora Maria da Graça Gonçalves Facchina que, em suas aulas, desenvolve uma psicologia crítica e importante, envolvendo todos seus alunos para o conhecimento.

Ao Marcus, que ouviu minhas angústias, ajudou-me a iniciar a minha dissertação, por horas na biblioteca me fortaleceu para prosseguir, um grande amigo.

À Carla, uma mulher tão inteligente, forte e de muita inspiração, que entre horas de trânsito de São Paulo, debatíamos os serviços, as teorias e isso nos trouxe tanto afeto.

A todos do NEXIN que estiveram sempre numa construção intelectual e afetiva pelas trocas de ideias, pelas contribuições, pelo apoio emocional por estarmos passando pelos mesmos processos, em especial para Regina Paulinelli e Aline Pereira.

Aos amigos de outros núcleos de pesquisa, Andressa, Ana Paula, Natali, Natália.

Às professoras Doutoradas Mary Jane e à Maria do Carmo Guedes que, em suas aulas e em suas escolhas de textos, contribuíram para que pudesse compor a minha dissertação.

À Professora Doutora Gabriella Grancow e ao amigo Professor Doutor Claudio Hortêncio Costa por ter aceitado prontamente a participar da minha banca como suplentes. Um prazer em tê-los nesse momento tão especial.

À Marlene, pela sua disponibilidade de escuta e de ajuda burocrática imprescindível para conclusão do mestrado.

Ao amigo Francisco, que sempre me deu força e um crítico da academia e da política e sempre levanta a bandeira sobre as injustiças do mundo.

Aos amigos da academia, que sempre torceram neste processo de estudos, Regina, Debora, Michelle, Daniel, Cacilda e Sr. Tomé.

Finalmente, eu agradeço a Deus por me permitir a ir em frente na busca de meus objetivos e sonhos.

Sou privilegiada por ter todos vocês em minha vida! Gratidão!

Sou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas¹.

¹ HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2013, p.103. (Escritora feminista negra norte-americana).

ALCANTARA, Gislene Aparecida Moreira. **Nós escutamos:** Trajetórias das adolescentes em medida socioeducativas em meio aberto. 150 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a trajetória das adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto. O conteúdo de análise foi coletado a partir de entrevistas individuais e em grupo com quatro adolescentes e jovens que se enquadram dentro dessas características, isto é, em cumprimento das medidas socioeducativas. Ademais, outra fonte de análise é advinda das entrevistas feitas com os técnicos que acompanham os(as) adolescentes que passam por tais medidas. Empregam-se, como base teórico-metodológica, as obras, temas e conceitos elaborados e estudados por Espinosa, Vigotski e Sawaia, em especial: sofrimento ético-político, afeto e adolescência. Dessa maneira, busca-se identificar e examinar as formas pelas quais as medidas socioeducativas afetam a vida das jovens e adolescentes que por elas passam. Ademais, outro tópico de interesse da presente pesquisa é constatar os pontos em comuns das histórias de vida dessas adolescentes, assim como as especificidades do gênero feminino em comparação com o gênero masculino durante o período no qual cumprem as medidas socioeducativas. Para responder tais questões, observa-se a própria perspectiva das adolescentes em relação a temas como ato infracional, gravidez, perspectiva do futuro, validade das medidas socioeducativas etc. Por fim, observam-se as respostas dadas pelos próprios técnicos como meio para estipular aquilo que pode ser desenvolvido futuramente em tais medidas. Como resultado, assinala-se a falta de oportunidades e programas dedicados e planejados para as adolescentes, uma vez que, na maior parte dos casos, são pensados para um público masculino. Por fim, constata-se diversos pontos em comuns na história de vida dessas adolescentes, entre eles: a gravidez precoce, a violência familiar e policial, assim como a interrupção dos estudos.

Palavras-Chave

Adolescência; Gênero Feminino; Ato Infracional; Medidas Socioeducativas; Sofrimento Ético-político.

ALCANTARA, Gislene Aparecida Moreira. **Nós escutamos**: Trajetórias das adolescentes em medida socioeducativas em meio aberto. 150 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

ABSTRACT

The aim of this research is to reflect on the trajectory of adolescents and young females in socio-educational measures not restrictive to freedom. The content analyzed was collected from individual and group interviews with four young people who fit within these characteristics, that is, participated in socio-educational measures. In addition, another source of analysis comes from interviews with the technicians accompanying the adolescents people who undergo such measures. The works, themes and concepts elaborated and studied by Espinosa, Vigotski and Sawaia are used as a theoretical-methodological basis, especially: affection, adolescence and ethical-political suffering. In this way, the aim is to identify and examine the ways in which socio-educational measures affect the lives of young people and adolescents who pass through them. In addition, another topic of interest of the present research is to verify the common points of the life histories of these adolescents, as well as the specificities of the female gender in comparison to the masculine gender during the period in which they comply with the socio-educational measures. In order to answer such questions, the adolescents' own perspective on issues such as infraction, pregnancy, perspective of the future, validity of socio-educational measures and so on are observed. Finally, the answers given by the technicians themselves are observed as a means to stipulate what can be developed in the future in these measures. As a result, there is a lack of dedicated and planned programs and opportunities for female adolescents, since in most cases they are intended for a male audience. Finally, there are several common points in the life history of these adolescents, among them: early pregnancy, family and police violence, as well as the interruption of studies.

Keywords:

Adolescence; Feminine gender; Infraction; Socio-educational measures; Ethical-political Suffering.

LISTA DE SIGLAS

CAM	Casa de Acolhimento ao Menor
CCA	Centro para Crianças e para Adolescentes
CAPS-AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CEDECA	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Interlagos
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CFP	Conselho Federal da Psicologia
CRP/SP	Conselho Regional de Psicologia
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DPE	Defensoria Pública do Estado
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILANUD	Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MJ	Ministério da Justiça
MP	Ministério Público
MSE	Medida Socioeducativa

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro
PIA	Plano Individual de Atendimento
PL	Projeto de Lei
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPCAAM	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
PR	Presidência da República
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIPIA	Sistema de Informações para Infância e Adolescência
SNPDC	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
SPDCA	Subsecretaria Especial de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
SMSE/ MA	Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto
SMADS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	19
1. REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	24
1.1 A Adolescência para Vigotski: Conceitos Teóricos.....	24
1.2 Sofrimento <i>Ético-Político</i>	27
1.3 Conatus.....	34
1.4 Gênero: como sentido e significado.....	39
2. MÉTODO DE PESQUISA.....	43
2.1 Procedimentos Metodológicos.....	45
2.1.1 Procedimentos Realizados.....	46
2.2 Local da Pesquisa.....	47
2.3 Entrevistas Individuais.....	47
2.3.1 Entrevistas com os Técnicos Socioeducativos.....	48
2.3.2 Primeiro encontro.....	48
2.4 Questões Éticas.....	50
3. A POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA, GARANTIAS E DIREITOS.....	52
3.1 Assistência Social.....	54
3.1.1 SINASE – Lei 12.594/12.....	55
3.2 Serviços de Medida Socioeducativas em Meio Aberto.....	56
3.3 Caracterização do Município de São Paulo.....	60
3.3.1 Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Município de São Paulo.....	61
3.4 Local da Pesquisa e seus Objetivos com os Serviços de Medidas.....	65
3.5 Metodologia de Atendimento dos Serviços Socioeducativos em Meio Aberto no Centro Comunitário.....	67
3.6 Dados Empíricos.....	69
3.6.1 Perfil das Adolescentes.....	69

3.6.2 Cor.....	70
3.6.3 Renda.....	71
3.6.4 Grupo Familiar.....	71
3.6.5 Adolescentes com Filhos.....	72
3.6.6 Escolaridade.....	73
3.6.7 Ato Infracional.....	74
3.6.8 Drogadição.....	75
4. ANÁLISE DOS RELATOS: A PROCESSUALIDADE DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO E AS PRINCIPAIS MEDIAÇÕES.....	76
4.1 Ausências e Violências.....	78
4.2 Família.....	82
4.2.1 A Gravidez é a Família no Tempo Futuro.....	85
4.3 Educação.....	87
4.4 A Experiência de Ser Mulher e Adolescente.....	89
4.5 Violência Social: da Polícia, Segurança Particular e da População.....	91
4.6 O Ato Infracional.....	93
4.7 A vida no Cumprimento em Meio Aberto.....	99
4.8 A fala dos Técnicos: Bela, Caio e Ana.....	101
4.8.1 A Medida Socioeducativa.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
ANEXO A - Narrativa de Lavanda, Histórias Contadas por uma Menina/Mãe.	120
ANEXO B - Margarida: Sonhos e Apresentação da Vida Atual.....	124
ANEXO C - Rosa.....	128
ANEXO D - Encontro em Grupo: Costurando as Vidas – História de Vida.....	130
ANEXO E - Entrevistas com os Técnicos.....	137
ANEXO F - Documentários.....	149

APRESENTAÇÃO

Esse trabalho é fruto de uma longa história que se inicia com projetos sobre sexualidade que desenvolvi em escolas públicas nas periferias de São Paulo.

Iniciei o meu trabalho em escola pública no ano de 1992, ainda estudante de psicologia, quando trabalhava como professora substituta nas escolas públicas estaduais. As salas de aula em que comecei a lecionar eram compostas de quintas a oitavas séries, o que na atualidade se denomina ensino fundamental II¹.

O objetivo era desenvolver “projetos” quando havia ausência de professores, esses encontros eram realizados para alunos de ambos os sexos, no período de aula que variava de 40 a 45 minutos. Deparei-me com poucos recursos, grandes desafios e optei por desenvolver temas relacionados à adolescência, prevenção de gravidez, DST e AIDS. Esses temas são relativamente superados hoje, contudo, avalio que, na época, fazia uma grande diferença, pois tais temáticas eram discutidas em poucos espaços com adolescentes.

Depois de passar essa fase de substituições de professores, começo a ministrar a disciplina de psicologia, que antigamente era presente na grade curricular do ensino do colegial, hoje conhecido como ensino médio². Essa trajetória se encerra no final de 2001, quando fui convidada a trabalhar com adolescentes que cometeram atos infracionais.

Iniciei minha experiência com o atendimento socioeducativo em abril de 2002, em uma entidade da Zona Sul que defende os direitos humanos de crianças e adolescentes (CEDECA)³, atuando com medidas socioeducativas em meio aberto, no distrito de Capela do Socorro, abrangendo Cidade Dutra, Grajaú e Parelheiros/Marsilac. Após seis anos, passei a atuar como coordenadora de um

¹ A Lei nº 9394, de 31 de dezembro de 1996, denominada *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), estabelece sua regulamentação específica e uma composição curricular mínima obrigatória. É o nome dado as etapas da educação básica no Brasil. A organização do ensino fundamental divide o na prática em dois ciclos, o primeiro corresponde aos primeiros cinco anos geralmente é desenvolvido usualmente, em classes com um único professor regente. O segundo ciclo corresponde aos anos finais, nos quais o trabalho pedagógico é desenvolvido por docentes especialista em diferentes disciplinas.

² Os estudantes devem ter concluído o ensino fundamental antes de serem autorizados a inscrever-se no ensino médio. O ensino médio tem duração de três anos.

³ Centro de Defesa da Criança e do Adolescente situado em Interlagos.

Serviço de medidas socioeducativas em um Centro Comunitário situado também na Zona Sul da cidade de São Paulo esse pertence à subprefeitura de Cidade Ademar, um distrito populoso e denso da cidade.

Em 2002, nós tínhamos a tarefa de implantar o Serviço de medidas socioeducativas em meio aberto no município de São Paulo, pois, até aquele momento, o atendimento de (L.A.) Liberdade Assistida era realizado pelas educadoras, funcionárias da própria FEBEM³. Ademais, os serviços de Prestação de Serviços à Comunidade eram executados pelas técnicas de prefeitura, somente depois de aproximadamente três anos que esse serviço passou a ser executado pelas organizações parceiras.

A partir desse momento, passei a viver um intenso processo de revisão e reformulação da profissão, uma vez que estava inserida em um contexto diferente do habitual, comparado ao ambiente da escola pública.

Nesta área, um dos nossos objetivos de trabalho era a construção de uma rede de proteção integral para os adolescentes e jovens, envolvendo a escolarização, profissionalização, trabalho, saúde, família, cultura e lazer. A maioria dos adolescentes estava fora do ambiente escolar, havendo pouco acesso aos direitos sociais, inclusive à saúde.

Esta instituição primava pela formação dos educadores, pois tínhamos como objetivo seguir a Doutrina da Proteção integral, com desafios postos diante de inúmeras demandas apresentadas pelos adolescentes e famílias.

A minha prática profissional como educadora era composta por atendimentos individuais e grupais com adolescentes, atendimentos às famílias e articulação da rede de proteção social com os serviços públicos da região. Essa prática se articulava com a participação em eventos, movimentos populares e fóruns de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Fóruns e movimentos DCA). Atuei como membro da Comissão da Criança e do Adolescente do CRP/SP e como membro da Articulação das entidades que executam medidas em meio aberto em São Paulo (Articulação MSE/MA).

Em outro momento, continuo o trabalho com as MSE, desta vez com a perspectiva de coordenar um projeto de medidas socioeducativas no Centro

⁴ Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Posto SUL).

Comunitário Castelinho localizado também na Zona Sul de São Paulo. Eis que me deparo com inúmeras mudanças de formatos, nomes e configurações dos serviços de medidas socioeducativas. Essas mudanças foram aprovadas pelo alinhamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que criou o SUAS.

As minhas inquietações ocorriam no sentido de pensar na política de atendimento e outras políticas destinadas aos adolescentes e jovens. Foram inúmeras participações em reuniões de Conselhos como o COMAS, CMDCA e encontros com a SMADS, marcando uma trajetória que buscava a efetivação das políticas destinadas aos adolescentes e jovens, visando, sobretudo, o controle social destas políticas.

O comprometimento cotidiano em defender os direitos humanos de adolescentes e jovens que cometeram algum ato infracional não é tarefa fácil, pude vivenciar isso ao longo desses anos. É elementar que ocorram questionamentos feitos pela sociedade quanto à recuperação desses adolescentes, é típico ouvir perguntas como: *Esse serviço que está sendo executado por vocês vale a pena? Eles se recuperam?* Quando ocorrem essas dúvidas considero-as ousadas, entretanto, existem provocações ainda mais contundentes. Já ouvi afirmações de uma autoridade que exerce o cargo de policial que esse trabalho com medidas socioeducativas é de “enxugar gelo” e “desentortar bananas”.

Quando cheguei ao Núcleo de Pesquisa Inclusão e Exclusão (NEXIN), o primeiro dia foi exatamente no meu aniversário, estava recebendo como *regalo* um grupo de pessoas incríveis e inteligentes, partia de uma dinâmica muito intensa e o pensar em uma teoria que, pra mim, era muito nova. Diante de tudo isso, precisava ver o que a teoria tinha haver com a minha pesquisa e o modo pelo qual faríamos dialogar com a minha prática, pois, na minha perspectiva, o medo da teoria era maior do que o que tinha no encontro com as meninas, meninos e familiares que frequentavam diariamente o serviço. A inserção em novas teorias seria, assim, uma questão de proximidade com o novo que geravam uma série de questões para mim. Questionamentos esses que faziam com que cada disciplina construísse como seria o meu caminhar e essa trajetória que se fazia necessária para meu percurso como pesquisadora. Eu partia de um interesse que era o estudo do feminino em conflito com a lei e, diante de tantas indagações junto com a professora Bader, minha orientadora, foi se formando e montando a minha pesquisa.

Objetivo Geral

Analisar as trajetórias de vida das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto na perspectiva dos afetos, com foco no sofrimento *ético-político*.

Objetivos Específicos

- Analisar os significados e sentidos do ato infracional para as adolescentes;
- Investigar os afetos e o sofrimento *ético-político* vividos pelas adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas em meio aberto;
- Descrever o funcionamento das organizações que atendem a medida socioeducativa em meio aberto, destacando o cotidiano do atendimento.

INTRODUÇÃO

A maioria da produção acadêmica sobre o sistema socioeducativo está relacionada ao atendimento para jovens do sexo masculino. Spagnol (2008), Saliba (2008) e Teixeira (2009) apontam as contradições do campo socioeducativo que deveria ser pautado na educação e no respeito, porém, na realidade, permanece na política de punição e cárcere. As investigações pragmáticas, que têm como objetivo propor indicativos de elaboração de políticas públicas, também estão referidas em sua totalidade às unidades de internação masculinas, restando pouco conhecimento sobre o problema de gênero feminino.

Encontrei pesquisas sobre o encarceramento, não sendo esse o nosso foco, embora sejam direcionadas ao tema “mulheres” e perceptivelmente foram bastante expandidos nos últimos anos. É unânime, nas pesquisas realizadas sobre as adolescentes em medida de internação, a invisibilidade da condição de mulher, a falta de bibliografia e a escassez de pesquisas que discutam as adolescentes no sistema socioeducativo (ALMEIDA, 2016; ARRUDA, 2011; BRETAN, 2008; CNJ, 2015; CUNHA; PAIVA, 2016; DUARTE, 2016; TEIXEIRA, 2015). É importante pontuar que o sistema socioeducativo é perpassado por questões relativas à discussão sobre gênero, tanto pelas implicações da legislação sobre crianças e adolescentes, que pouco discute este eixo em sua formulação e aplicação, como também pelas próprias questões suscitadas pela proposta da socioeducação, que se diferencia do sistema penitenciário para adultos e adultas (GRILLO, 2018).

Existem poucas investigações que buscam compreender a criminalização das jovens no país. No geral, nas discussões sobre esse segmento, verifica-se a predominância de discursos que as colocam em condições de subserviência aos jovens ou aos adultos envolvidos com a criminalidade (ASSIS; CONSTANTINO, 2001; FACHINETTO, 2008). Desse modo, ainda não se tem um quadro adequado para compreender os processos de constituição e criminalização dessas adolescentes e jovens por parte do sistema de justiça, nem as formas e modelos de atendimento adotados.

Os estudos levantados para subsidiar essa pesquisa buscaram nas literaturas produzidas na área do tema proposto: o feminino, ou meninas, como prefiro me referir a elas, e as especificidades do cumprimento de medida socioeducativas em meio aberto. Com proposta de ampliarmos as referências incluímos as palavras “socioeducativo”, “medidas socioeducativas”, “medidas socioeducativas em meio aberto”, “as adolescentes”, “meninas e ato infracional” “meninas e meio aberto”, e as buscas aconteceram nas plataformas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Portal Periódicos da Capes/MEC². Destaco duas pesquisas relevantes no conjunto da bibliografia examinada, *Para ver meninas e Perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais na Bahia nos anos 2000*, com as quais podemos dialogar com maior proximidade o tema proposto da pesquisa.

Foram selecionadas pesquisas realizadas no Brasil, um dos motivos é que a responsabilização e a idade penal apresentam-se de maneiras distintas em cada país³. Por exemplo, na Alemanha oficialmente os jovens são responsabilizados como adulto a partir de 18 anos, mas existem exceções. Caso o adolescente de 14 anos cometa um crime grave sendo considerado “lúcido” e consciente pela autoridade, esse poderá ser julgado pelo sistema criminal tradicional.

Já na África do Sul, estabeleceu-se um marco, desde 2009, para quem tem 18 anos de idade. Um fato é que a maioria de crianças e adolescentes não sabem sua própria idade e cabe às autoridades encontrarem meios de descobrir isso, buscando a certidão de batismo ou até mesmo a ajuda de um médico.

Nos Estados Unidos da América, cada estado é autônomo para legislar, tendo um sistema amplo e com muitas particularidades. Não existe uma idade mínima para que um jovem seja julgado pelo sistema judiciário tradicional. Os únicos estados que julgam um jovem de 16 anos como adulto são os da Carolina do Norte e de Nova York. Porém, nesses estados, hoje existe um movimento para que se passe para um julgamento tradicional, assim como nos demais estados, a partir de 18 anos. Ressaltamos que os EUA é o único país que não ratificou a convenção sobre os direitos da criança e do adolescente de 1989.

² Site oficial de periódicos da CAPES. Disponível em: www.periódicos.capes.br Acesso: 08-12-2018.

³ Patricia Beline, Fonte revista Superinteressante, 31.10.2016 - Publicado em julho de 2015.

Em outro país da América do Sul, Chile, ocorre a responsabilização a partir de 18 anos, contudo, a partir dos 14 anos os jovens podem ser encaminhados para os “tribunais de família”⁴.

A primeira pesquisa que destaco é *Para ver as meninas*: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Arruda (2011), em sua dissertação de mestrado, trata sobre o estudo de gênero e os aspectos da vida das meninas na execução das medidas socioeducativas de internação na Comunidade de atendimento de Salvador - Bahia, buscando identificar o perfil das adolescentes bem como conhecer o funcionamento da instituição na execução dessas medidas às adolescentes.

Em sua pesquisa, ela retrata o perfil das meninas e afirma que não é destoante daquele identificado em outras pesquisas que trataram do tema de infração juvenil feminina, (ASSIS; CONSTANTINO, 2001; ARAÚJO, 2004; RAMOS, 2007; FACHINETTO, 2008). A autora analisou a situação de sete meninas, todas apresentam defasagem escolar e, a maioria, tem baixa escolaridade com distorção quanto à idade-série. Todas são provenientes de classes menos abastadas economicamente e, das sete, apenas duas são brancas. A maioria delas é oriunda de lares chefiados por mulheres com pouca participação masculina na manutenção da subsistência da casa e na educação dos(as) filhos(as). Esse perfil não é muito distinto do perfil da população carcerária (pessoas adultas). Dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ) informam que a população carcerária (pessoas adultas) é também composta em sua maioria por pretos ou pardos com baixa escolaridade e pobres (ARRUDA, 2011).

Outro estudo que destacamos é o *Perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador nos anos 2000*. Araújo (2004) analisa, mediante pesquisa documental constante nas ações socioeducativas públicas, as concepções desenvolvidas pelas próprias adolescentes sobre o ato infracional, o discurso das autoridades, dos técnicos e dos cuidadores, além das concepções dos seus familiares.

O autor aponta que:

⁴ Patricia Beline, Fonte revista Superinteressante, 31.10.2016 - Publicado em julho de 2015.

Analisar o perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador remete necessariamente a realizar uma abordagem da violência e da pobreza de uma parcela significativa da sociedade (...) que os atos infracionais estão relacionados a adolescentes pobres, afrodescendentes, e notadamente “menores” assim entendidos pela sociedade (ARAÚJO, 2004, p 104. IX).

Quanto às adolescentes, o pesquisador conclui em sua dissertação que a mesma sociedade que as protege também aponta suas tendenciosidades, discriminando-as e fazendo o contra ponto com as ações públicas que refletem a postura assistencialista.

A autora do primeiro estudo comenta que no SINASE que falaremos mais adiante, o olhar sobre o feminino é ampliado. É um documento orientador do atendimento socioeducativo, avança nas questões de gênero, levando as temáticas de gênero como pauta, entre elas, a vida sexual e o aborto. A autora considera que existe insipiência da prática frente ao pioneirismo da regra, mas identifica no universo das mulheres que elas ocupam um lugar de “esquecimento” na execução da medida de internação (ARRUDA, 2011, p. 114).

Nestas buscas bibliográficas, encontrei um sentido para os questionamentos que me envolveram e me impulsionaram para iniciar uma pesquisa sobre o tema presente desta dissertação de mestrado. Acreditamos que poderemos contribuir, objetivar e responder sobre as inquietações daqueles que, como eu, visam discutir as políticas públicas destinadas às adolescentes em conflito com a lei e articular com aqueles que buscam a superação desta realidade.

Nesta pesquisa, acreditamos ser de muita importância o estudo das histórias de vidas, o sofrimento *ético-político* e os afetos envolvidos nesta trajetória, para que possamos contribuir na luta pela possibilidade de existência digna na adolescência menos favorecida, no fortalecimento da retomada de um olhar humanizado, nas provocações e necessidades de novas formas de atuação e intervenção nas medidas socioeducativas em meio aberto.

Os caminhos foram sendo construídos no espaço entre a junção da prática com a teoria. Nesse nexos, foi possível alcançar o objetivo de analisar as trajetórias de vida de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, tomando como ponto de partida a perspectiva do sofrimento *ético-político* e dos afetos.

Desta forma, no primeiro capítulo, discutiremos sobre adolescência, destacando o pensamento de Vigotski⁵, teórico que orienta o caminho desta pesquisa, e que discute essa fase de desenvolvimento. Em seguida, destacaremos a teoria sobre sofrimento *ético-político* de Bader Sawaia (2006), considerando o cerne desta pesquisa e, na sequência, trazendo os afetos. Por fim, debatemos a questão humana do gênero, um olhar sobre o conceito para auxiliar nas análises desta pesquisa.

No segundo capítulo, apresentamos o método orientado pela concepção materialista-histórica-dialética de subjetividade desenvolvida por Vigotski (1999), que também orientou a análise das narrativas das adolescentes, no grupo e da entrevista com os técnicos de medida socioeducativas, assim como os procedimentos de coletas e questões éticas concernentes à pesquisa.

No terceiro capítulo, trataremos um dos objetivos específicos dessa dissertação, as questões de política socioeducativa da criança e do adolescente e suas garantias, a Assistência Social, o SINASE e a caracterização e execução dos serviços de medida socioeducativas.

No quarto capítulo, apresentamos um perfil de cada adolescente que foi pesquisada com detalhes sobre: idade, medida que estão cumprindo, cidade de nascimento, cor, renda, grupo familiar, filhos, escolaridade, ato infracional e drogadição.

No quinto e último capítulo, faremos as análises das histórias de vida, denominamo-las de processualidade do sofrimento *ético-político* e as principais mediações.

Enfim, trataremos de um tema muito delicado e com cuidado de não subestimar e rotular, bem como romantizar as dimensões afetivas das vidas das adolescentes. Temos o objetivo de que essa dissertação possa ser somente mais um ato de resistência feminina, dentre tantas questões sociais que vivemos no passado e neste presente.

⁵ O sobrenome Vigotski é, em algumas ocasiões, transliterado para o alfabeto romano como "Vygotsky", adotou-se como padrão, na presente dissertação, a forma Vigotski por corresponder com o modo empregado em maior parte da bibliografia adotada.

1. REFERENCIAIS TEÓRICOS

No presente capítulo, elaboram-se análises e interpretações baseadas nos três principais referenciais teórico-metodológicos que norteiam a presente dissertação: Vigotski, Sawaia e Espinosa. Diversas de suas respectivas obras são retomadas, no decorrer do capítulo, com o intuito de empregar parte de suas contribuições intelectuais na pesquisa referente às medidas socioeducativas.

1.1 A Adolescência para Vigotski: Conceitos Teóricos

A adolescência suscita a teoria e o debate formulados em grandes produções nacionais e internacionais, trazendo diversas compreensões. É um período da vida humana no qual agressão, inconformismo, rebeldia, desordem ou crise ocorrem. No entanto, Vigotski (1996) não coloca a crise na adolescência e sim na sociedade, entendendo que ela é um fenômeno histórico e cultural, mas que possui radicalidade biológica. Sua análise enfatiza características que marcam a passagem da infância nomeando-a de *idade de transição*. Essa *idade de transição* se caracteriza, em geral, por novas motivações, interesses, atitudes contraditórias, de momentos polarizados, é justamente por isso que este período é denominado como idade crítica ou transitória. Ressalta-se que essa é a idade em que o equilíbrio psicológico infantil é quebrado e o equilíbrio do organismo adulto não foi alcançado (VIGOTSKI, 1996, p.40);

[...] debido a la maduración sexual surge para el adolescente un mundo nuevo y complejo de nuevas atracciones, aspiraciones, motivos y intereses, de nuevas fuerzas que orientan su conducta en nueva dirección. Las nuevas fuerzas motrices impulsan el pensamiento del adolescente hacia adelante, le plante en las tareas nuevas. Hemos visto, seguidamente, como esas nuevas tareas desarrollan la función central y rectora de todo el desarrollo psíquico – la formación de conceptos – y cómo sobre esta base aparece una serie de funciones psíquicas nuevas, cómo se reestructuran sobre esta base nueva la percepción, la memoria, la atención y la actividad práctica del adolescente y, sobre todo, cómo se une en una estructura nueva, cómo, poco a poco, se van cimentando los fundamentos de las síntesis superiores de la personalidad, de la concepción del mundo (VIGOTSKI, 1996, p. 223).

Devido à maturação sexual surge um mundo novo e complexo de novas atrações, aspirações, motivos e interesses. A formação desses é uma função do crescimento social e cultural do adolescente, que afeta tanto o seu conteúdo quanto

o seu raciocínio. É por meio da passagem ao pensamento por conceitos que o adolescente amplia a sua forma de perceber o mundo que o rodeia (VIGOTSKI, 2008).

Vigotski (1996) ressalta que o momento da adolescência, tem como grande núcleo desta transformação a mudança referente à sexualidade, que ocorre na puberdade e a passagem do pensamento por concreto para o pensamento abstrato. Ademais, o pensamento abstrato passa a permitir que os sentidos e significados sirvam de mediação para novos significados das alterações biológicas como mudança de voz, nascimentos de pelos entre outros. No pensamento abstrato, a memória não é somente memória do que ocorreu, ela é também a capacidade de imaginação e de apropriação da vida do outro, além da sua. O autor afirma que o pensamento abstrato permite a desvinculação da fisicidade, resultando em uma modificação no psiquismo e na maneira de agir e sentir o mundo, especificamente na abertura de horizontes.

Vigotski (2006) formula a ideia de que o conceito é o alicerce principal para todas as outras mudanças psicológicas que ocorrem na idade de transição e todas as funções psicológicas se renovam tendo, como consequência disto, uma abertura de horizontes da experiência, diferentemente da fantasia da infância que é concreta. O autor ainda acrescenta que o amadurecimento da formação dos conceitos faz com que o adolescente acesse sua realidade subjetiva, autopercepção, possibilitando que o mesmo reflita sobre a própria existência, sobre suas vivências e a construção de sua identidade.

Pero tan solo en la edad de transición, junto conformación de conceptos es cuando avanza decisivamente por el camino de la auto comprensión, del desarrollo y estructuración de la consciencia (VIGOTSKI, 1996, p. 72).

A estruturação do pensamento por conceito traz, para o adolescente, caminhos para processos criativos, de imaginação e uma abertura de novas perspectivas. Sendo que, por intermédio desse pensamento, o adolescente compreende melhor a sua realidade, a dos outros. Afirma Vigotski (1996) que:

Existe nesta fase uma ampliação das funções dos adolescentes de criar e transformar e de alcance de pensamento que não existia na fase da infância. Outra dimensão em desenvolvimento na adolescência, que está diretamente ligada ao pensamento em conceitos, é a imaginação, diferentemente da fantasia da criança (MUSHA, 2017).

De acordo com Vigotski (1996), a imaginação é determinante para a criação. Ela estabelece uma estreita relação com o pensamento em conceitos e integra a atividade intelectual e é diferente da fantasia, é uma forma de pensamento exclusivo para si, que se afasta da realidade. Assim, é a partir da formação de conceitos e da imaginação que se dá a possibilidade de sair de uma situação concreta e de modificá-la de maneira criativa.

Portanto, irá ocorrer mudança na capacidade de formulação do pensar durante a adolescência, isso se torna fundamental no desenvolvimento do interesse do adolescente. Essa transformação ocorre em dois momentos: o primeiro com a aparição de novos interesses e, na sequência, com a maturação desse novo sistema estruturado através dos novos interesses.

Con experimental claridad hemos podido observar como la maduración y aparición de nuevas atracciones y necesidades internas amplían infinitamente el círculo de objetos que poseen fuerza incitadora de los adolescentes, como esferas enteras de actividad, antes neutrales para ellos, se convierte en la hora momentos fundamentales que determinan su conducta, como, a la par del nuevo mundo interno, surge para el adolescente un mundo exterior completamente nuevo (VIGOTSKI, 1996, p. 24).

Ele afirma que ainda que essa força instigadora pode ter um caráter tanto positivo quanto negativo. O que determina o caráter instigador das coisas são as novas necessidades que, apesar de serem socialmente mediadas, modificam a relação do indivíduo com o meio: “igual a la pólvora que explota tan sólo cuando cae en ella una chispa, la necesidad se revela también en la colisión con los objetos externos que la instigan y pueden satisfacerla” (1996, p. 20). Seria assim, para ele, a concepção da crise que costumeiramente se relaciona ao adolescente, o confronto entre novos interesses e as normas/morais sociais definidas para o jovem. Nestas reflexões, indica-se que a suposta crise da adolescência resulta da sociedade, uma vez que ela cerceia todos os processos em florescimento no adolescente, modifica suas motivações e suas necessidades.

Assim esses pensamentos apontam a diferença da concepção de Vigotski de adolescência em contraste com a concepção desenvolvimentista, pois, quando o autor aborda o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, ele está falando de um processo que é primeiramente social, antes de ser biológico. O desenvolvimento das funções psicológicas superiores (VIGOTSKI, 2000) é mediado por significados.

Uma função psicológica superior foi social antes de se tornar uma função, o que significa que ela foi uma relação social entre duas pessoas.

Vigotski, ao explicar o processo da adolescência está indicando o que seria saudável nesta fase da vida: uma experiência que permita abrir se ao mundo, a autonomia de pensamento e de ação, a ampliação da capacidade criativa, crítica e reflexiva, a posterior capacidade de trabalhar, em seu sentido criativo (DIAS, 2007, p.21).

Assim, a origem de relações reais entre sujeitos não são inventadas, nem aparecem subitamente. São funções que apresentam uma natureza histórica e uma origem sociocultural. Em síntese, consideramos que as contribuições de Vigotski em relação à temática da adolescência permite olhar criticamente para as teorias psicológicas que naturalizam a adolescência. Abrindo possibilidades de entender a adolescência como um momento da vida que possibilita a ampliação de outros horizontes, em um processo que lhe é cerceado e controlado pela sociedade e pela cultura, portanto, dependendo da classe social ao qual ele ou ela pertence.

1.2 Sofrimento *Ético-Político*

Neste capítulo, discorreremos acerca da questão do sofrimento *ético-político*, considerando este ser um ponto importante nesta pesquisa. Entendemos que para abordar as medidas socioeducativas e as adolescentes inseridas, faz-se necessário situar o contexto nos quais essas adolescentes se desenvolvem, vivem e crescem. Compreendendo que o sujeito se constrói entre a subjetividade e a objetividade. Abordar o tema sobre as adolescentes, articulado com ato infracional e suas trajetórias de vida, remete-nos diretamente à questão da exclusão social, conceito que é ambíguo e polissêmico e vem sendo discutido de diversas formas, ganhando enfoques e recortes ao longo de sua criação.

Neste trabalho, partimos de uma análise ético-psicossociológica da exclusão, entendendo a complexidade referente ao tema e suas dimensões políticas, subjetivas, relacionais e materiais (SAWAIA, 2006).

Para falar das adolescentes inseridas em medidas socioeducativas e sua inserção neste meio, a forma de entrada são variadas, dentre elas relativos a roubos, furtos e tráfico de drogas, educação, entre outros. O conceito de sofrimento ético-

político permite trabalhar a relação entre subjetividade e contexto social, o singular e o social. Faz-se necessário criar um adendo sobre o lugar onde vivem, seu contexto e suas relações, não pensando em justificativas, mas entender mais profundamente o pano de fundo existentes e que perpassam a vida delas.

O sofrimento ético-político é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetido à fome e a opressão, e pode não ser sentido como dor de todos (SAWAIA, 2002, p. 102).

Nestas palavras, a autora sugere que o conceito tem o objetivo de introduzir o social e a ética na análise do sofrimento, bem como a subjetividade, a forma como é vivida a injustiça social. Ampliando essa questão, na qual não cabe mais a culpabilização individual da exclusão, como ocorre com a pobreza ou a explicação exclusivamente material. Ao contrário, a análise dialética nos permite compreender os mecanismos de manutenção da ordem excludente, compreendendo como “descompromisso político com o sofrimento do outro” (SAWAIA, 2002, p.8).

É nesse contexto da dialética exclusão e inclusão social que nasce o sofrimento *ético-político*. Firmando-se na teoria marxista, deve-se destacar o conceito de alienação. O sistema capitalista inclui perversamente a pessoas, alienando-as e esvaindo-as de suas características humanas. Neste caso, reportamo-nos a Espinosa, pois, como afirma o autor, este sistema priva os sujeitos de aumentarem suas potências de ação, transformando-os em servos do próprio sistema, desejando a própria servidão.

Sawaia (2002) propõe o conceito de sofrimento *ético-político* para afirmar sua raiz sócio-histórica. A ética, para ela, resulta das relações sociais e das condições históricas e se expressa no cotidiano, na singularidade, em forma de afeto.

Segundo a autora, a exclusão social possui três dimensões: i) a objetiva, que se refere à desigualdade social; ii) a ética, que se trata das injustiças sociais e iii) a subjetiva, que concerne ao sofrimento produzido pela exclusão social. Fazendo a análise da exclusão social, não está dissociada da dialética entre inclusão e exclusão, uma vez que estamos todos inseridos neste modelo capitalista de alguma forma.

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo de atividades econômicas, sendo a grande maioria da

humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (SAWAIA, 2006, p. 8).

É neste sentido que Martins (2012) aponta a qualificação perversa da inclusão daqueles que estão à margem, no sentido de que o reconhecimento enquanto sujeito encontra-se expropriado, restando-lhes as marcas estigmatizantes de sujeitos perigosos. A exclusão encontra-se transmutada como inclusão, por isso compõem um par indissociável, pertencentes a uma mesma substância e sua dinâmica é que viabiliza a manutenção do sistema (SAWAIA, 2006). Inspirada na definição de Martins, Sawaia (2006, p.60) afirma que “no caso da inclusão perversa, há uma separação entre afeto, razão e afecções do corpo, com predomínio das paixões reativas, tristes ou alegres”. Segundo Saffioti:

[...] esse tipo de sociedade funciona através de uma engrenagem dentre cujas funções encontram-se a da vitimação. Há, pois, a nível social, a produção de vítimas. Trata-se de crianças vitimadas pela fome, por ausência de abrigo ou por habitação precária, por falta de escolas, pela exposição a toda sorte de doenças infecto-contagiosas, por inexistência de saneamento básico (SAFFIOTI, 1989, p.15).

Sobre a produção de vítimas, Saffioti (1989) destaca que essas crianças não necessariamente sofreram a violência que costumamos compreender (relacionada com a agressão física), mas são vítimas de um sistema no qual os pressupostos básicos do tornar-se humano lhes são negados e suas trajetórias de vida estão marcadas por uma sequência de negligências, no que tange o cuidado dos aspectos físicos, psíquicos e sociais, essenciais à dignidade humana.

A dialética inclusão/exclusão se materializa na gestão empreendida das subjetividades. Desta forma, para compreender a vivência da exclusão social, não é possível apenas olhar da perspectiva econômica, pois

elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA, 2006, p.9).

Frente a toda a rede complexa que envolve a exclusão social, nesta dissertação compreendemos que o conceito de sofrimento *ético-político*, isto é, a afetividade com que essa condição é vivenciada não pode deixar de ser considerada no trabalho com as pessoas nas condições de vulnerabilidade. De acordo com Sawaia (1999), a afetividade deve ser tomada como um dos eixos para a elaboração e implantação das políticas públicas e de proteção social.

Nesse âmbito, a afetividade se configura como uma opção teórico-metodológica de rompimento das falsas dicotomias que apartam o sujeito do seu contexto histórico, como propõe Sawaia (2008, p.39):

Esta opção representa mudança do paradigma da ação transformadora, na direção de uma ontologia e de uma epistemologia que não se separam a razão da emoção, a organização socioeconômica da configuração subjetiva, a esfera privada da pública, tampouco a estética e a ética política.

Sawaia (2006) expõe que questionar a dimensão da afetividade na exclusão social, implica em transcender a ideia de que o sujeito excluído não possui desejos desatrelados da sobrevivência, tampouco vontade de ser feliz. Neste sentido, analisar a afetividade retoma a dimensão da humanidade e nos implica eticamente, pois compreende que este sofrimento não é produzido pelo sujeito em sua individualidade, mas expressa a vivência dentro do sistema capitalista atual e traz à tona a possibilidade de indignação frente às condições precárias com as quais a maioria da população tem vivido.

Propor essa questão é, antes de qualquer coisa, compreender como a exclusão social se objetiva na dimensão individual e coletiva. Deve-se avaliar o sujeito, suas vivências e relações nas quais a exclusão se objetiva, compreendendo que o rompimento deste sofrimento não se dá meramente no plano individual, pelo contrário, ele se relaciona como o social, com a intersubjetividade.

Fora da compreensão acerca de como os homens vivem a exclusão, o conceito perde sua força transformadora por torna-se abstrato. Assim, analisar o enlace entre a afetividade e a exclusão, como indica Sawaia (2006), refere-se a qualificá-la como *ético-político*:

Ao introduzir as emoções como questão ético-política, obrigam-se as ciências humanas em geral e a Psicologia Social em especial, a incorporar o corpo do sujeito, até então desencarnado e abstrato, nas análises econômicas e políticas (p.101).

O sofrimento *ético-político* é o sofrimento produzido pela exclusão social, e pela forma como as pessoas cotidianamente, vivenciam a desigualdade e injustiça social, por estarem submetidas às condições de vida indigna.

O sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época história, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da

desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto. (SAWAIA, 2006, p.104/105).

Trata-se, portanto, de um sofrimento que mutila a existência, bloqueando a capacidade humana de expandir a vida, através da incessante exposição às injustiças sociais (SAWAIA, 2003).

A superação do sofrimento *ético-político* é impulsionada pelos afetos, segundo Sawaia:

Impulsionados pelos afetos é que decidimos se algo é bom ou não e que determinada ação deve ser evitada. Também são eles que aumentam ou diminuem nossa potencia de agir em prol de nossa necessidade de liberdade. Se estamos alegres, corpos, pensamento, impressões e imagens constituem um mundo alegre (SAWAIA, 2008, p.47).

Por isso, utilizaremos em nossas reflexões, dentre as categorias analíticas, o sofrimento ético-político que, ao longo dos anos, foi desenvolvida por Bader Sawaia, para tanto é importante conhecer seus fundamentos teóricos. Para desenvolver sua análise sobre tal conceito ela se apoia no filósofo holandês Baruch de Espinosa⁶ e em Vigotski, que contribui muito na compreensão sobre as instâncias dos afetos dentro da psicologia social.

Espinosa destaca que corpo e mente constituem uma unidade indissociável. O pensamento é, portanto ideia das afecções do corpo, portanto, essas ideias se formam a partir das afetações que o corpo sofre nos encontros: “o objeto da ideia que constitui a mente humana é o corpo, ou seja, um modo definido da extensão, existente em ato, e nenhuma outra coisa” (Espinosa E 2. Prop.13). Os afetos, para ele, constituem o humano e é importante compreendê-los e não rejeitá-los.

Vigotski, em seus estudos sobre afeto inspira-se no filósofo Espinosa para tentar superar a exclusão dos afetos no estudo da psicologia e a dicotomia mente/corpo. Para Vigotski, a psicologia, ao não estudar os afetos, afasta-se do homem, cindindo os nexos entre as funções psicológicas, pois as emoções e os sentimentos estão diretamente conectados ao pensamento e a ação humana. É na dimensão afetiva que conseguimos compreender o papel do contexto social no

⁶ O filósofo nasceu em 24 de novembro de 1632 em Amsterdã. Adotou-se a grafia Espinosa por ela ser a utilizada na maior parte bibliografia utilizada, embora outras formas como Espinoza também sejam empregadas em outros trabalhos.

desenvolvimento do homem “la influencia del ambiente en el desarrollo psicológico de los niños y en el desarrollo de sus personalidades cocientes, se construyen con sus experiencias emocionales” (VIGOTSKI, 1935/1998, p.15), sendo essa uma das relevantes contribuições do autor para a teoria das emoções.

É na experiência emocional que os homens incorporam o externo, o social, sendo essa experiência/vivência frente às situações concretas. Esta experiência emocional converte a objetividade em ato subjetivo. Assim, singularizam o mundo, por meio de sentidos e significados postos nas experiências. Desse modo, o autor compreende a experiência emocional como:

Una unidad donde, por un lado, en un estado indivisible, el ambiente está representado, a saber, aquello que está siendo vivenciado – una experiencia emocional está siempre relacionada con algo que se encuentra afuera de la persona – y, por otro lado, lo que está representado es como yo estoy vivenciando esto, es decir, todas las características personales y todas las características ambiental están representadas en una experiencia emocional (VIGOTSKI, 1935/1998, p.18).

Os sentimentos constituem, para Vigotski (2009), a base dos pensamentos e das ações humanas. Sendo que, por meio dos afetos contidos e significados na experiência, somos capazes de construir as nossas ações:

Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. As emoções são esse organizador interno das nossas reações, que tesam, excitam, estimulam ou inibem essas ou aquelas reações. Desse modo, a emoção mantém seu papel de organizador interno do nosso comportamento (VIGOTSKI, 2009, p.139).

Espinosa foi referência para as obras de Vigotski, tanto Silvia Lane como Bader Sawaia também partiram desse grande pensador como fonte de princípios para compreender o sujeito e seus afetos, pois sua filosofia subsidia a concepção de corpo e alma como sendo a mesma substância,

E como mente e corpo são uma única mesma e única coisa, as afecções do corpo são afecções da alma, sem hierarquia ou relação causal entre eles. O que aumenta ou diminui a potência do meu corpo para agir aumenta e diminui a potência de minha alma para pensar (SAWAIA, 2009, p.367).

Todas as reflexões da mente foram antes afetações do corpo

Espinosa pode, assim, criticar a ideia de união substancial cartesiana, como também a ideia platônica da alma piloto do corpo e a aristotélica do corpo órgão da alma, isto é, a alma como dirigente do corpo e o corpo como instrumento da alma (CHAUÍ, 1995, p.58).

Deste modo, Espinosa inclui as emoções como questão ético-política, obrigando “as ciências humanas em geral e a Psicologia Social em especial, a incorporar o corpo e as emoções do sujeito, até então desencarnado e abstrato, nas análises econômicas e políticas” (SAWAIA, 2001, p. 101).

Nessa direção, destaca a articulação entre afeto e volição, outro conceito importante para compor a análise do sofrimento ético-político. É por meio das emoções que podemos compreender a intencionalidade da ação, bem como os desejos dos homens. Sendo as emoções e os sentimentos formam as bases afetivo-volitiva da ação humana:

O próprio pensamento não nasce de outro pensamento, mas do campo da nossa consciência que o motiva, que abrange os nossos pendores e necessidades, os nossos interesses e motivações, os nossos afetos e emoções. Conforme indicado por Vigotski (2009, p.479), “por trás do pensamento existe uma tendência afetiva e volitiva”.

As bases afetivo-volitivas das ações humanas se tornam comunicáveis a partir da mediação da linguagem. Para Vigotski (2009), a linguagem humana contém dois níveis: o significado e o sentido, de modo que o primeiro refere-se à relação entre pensamento e linguagem, tendo o seu caráter mais social, já o segundo como sendo representado pelo significado, mas abrangendo a dimensão mais singular do sujeito, na relação entre a linguagem interior e o pensamento.

Para Vigotski (2001, p.465),

O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada.

Segundo o autor, o sentido enriquece as palavras. Uma palavra pode servir para expressar o entrelaçamento de diversas experiências do sujeito que a anuncia: “toda frase viva, dita por um homem vivo, sempre tem o seu subtexto, um pensamento por trás” (VIGOSTKI, 2009, p.447).

O que Vigotski conceituou como subtexto é a base afetivo-volitiva de nossas ações e pensamentos. O significado compõe o produto social da linguagem, aquilo que torna possível e inteligível a comunicação entre os homens.

O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata... é apenas uma pedra no edifício do sentido (VIGOTSKI, 2001, p.465).

Tanto para Espinosa quanto para Vigotski, os afetos não possuem papel passivo na subjetividade humana. Ao contrário desta ideia, os autores colocam os sentimentos e as emoções como sendo ativos nos pensamentos e nas ações dos homens, como se fossem orientadores do pensamento e da ação humana: “os afetos não são estados psicológicos ou construtos linguísticos, mas condição e fundamento do ser e do existir” (SAWAIA, 2009, p.367). Os afetos são vitais na relação que o homem estabelece com o mundo externo, nas necessidades que se apresentam frente à vivência no social.

Para concluir a análise das categorias analíticas da presente dissertação, vale apresentar o conceito de Conatus de Espinosa (E. III prop.3), fundamental para compreender a dimensão política dos afetos.

1.3 Conatus

Espinosa concebe o homem enquanto uma potência, dotado de uma força interna denominada conatus, que luta para perseverar na existência. Este esforço quando está na mente é denominado como vontade, quando articula mente e corpo é apetite: “o desejo é o apetite juntamente com a consciência que dele se tem” (ESPINOSA, 2013, p. 106).

Este esforço, que consiste em “conservar a proporção interna ao corpo, variando a intensidade dessa proporção conforme nossa vida nos faz seres cada vez mais complexos” (CHAUÍ, 2011, p. 91) não se reduz a uma noção de sobrevivência do corpo, mas de uma busca pela liberdade e felicidade que, para o autor, é tão necessário quanto as necessidades físicas. A busca pela autonomia e pela liberdade se integra como força motora da existência do homem (SAWAIA, 2009).

Segundo Espinosa é possível dividir a afetividade em dois conceitos: afetos ativos e afetos passivos. Os *afetos ativos* são provenientes de bons encontros, que aumentam meu conatus ou a potência do corpo para agir e da mente para pensar. Por outro lado, os *afetos passivos* são originários de encontros que diminuem essa potência, colocando-me em estado de heteronomia; são paixões. Os mesmos

afetos podem ser passivos ou ativos, dependendo da causa eficiente que os produz. Uma alegria poderá ser inadvertidamente um afeto passivo, desde que diminua minha autonomia. Por conseguinte, uma tristeza, no presente caso, *o sofrimento ético-político* poderá ser um afeto ativo, desde que acompanhado de ideia adequada de suas causas e apoiado por bons encontros.

A positividade e a negatividade dos afetos não estão associadas à ideia de bom e de mau, não consiste em um valor; são coisas singulares que promovem efeitos no *conatus*. Nas definições que encontramos na Quarta Parte da *Ética*, Espinosa afirma que é um bem aquilo que sabemos, com certeza, que nos é útil. Sendo que é um mal aquilo que sabemos, com certeza, que nos impede de desfrutarmos de algum bem.

[...] dependendo das condições de nosso corpo, ele buscará outros cuja imagem pareça aumentar sua força vital, sem poder dar-se conta de que eles a diminuirão, em vez de aumentá-la; da mesma maneira nosso corpo poderá afastar-se de outros que efetivamente o regeneram e fortalecem, imaginando-os como enfraquecedores e adversários (CHAUÍ, 2011, p. 92).

Segundo Espinosa, são três os afetos primários ou primitivos: *desejo, alegria e tristeza*. O autor diz que as demais afecções, como amor, ódio, medo, esperança, contentamento, entre outras, sempre nascem como desdobramentos desses três afetos. Enfoca que: “Afora esses três, não reconheço nenhum outro afeto primário. [...] desses três provêm todos os outros.” (E III, 11 esc.). Explicando:

O desejo é a própria essência do homem, enquanto esta é concebida como determinada, em virtude de uma dada afecção qualquer de si própria, a agir de alguma maneira (E III, AD 1).

A alegria é a passagem do homem de uma perfeição menor para uma maior (E III, AD 2).

A tristeza é a passagem do homem de uma perfeição maior para uma menor (E III, AD 3).

Na envergadura destas explicações, o desejo é a própria essência atual do homem; é sua força pulsante. O desejo está entrelaçado ao movimento para a autoconservação da existência do homem. Não é de movimento no sentido de uma mudança de lugar; é um estado do corpo. Desejo é ação; por isso, também é *conatus*, pois é a potência de agir. O desejo oscila em sua intensidade porque, enquanto

conatus, também é afetado por outros afetos advindos da alegria ou da tristeza. A variação dessa intensidade de alteração na potência depende da qualidade do desejo, do encontro com outros corpos, ou forças, externos, múltiplos e poderosos. Em sua qualidade, depende, também, se foi afetado pela alegria ou pela tristeza (ANTONIO, 2013).

A alegria e a tristeza não são perfeições ou imperfeições, mas o caminho, os atos para atingi-las. Esses atos, se forem alegres, vão aumentar a nossa potência; e, caso sejam tristes, diminuí-la, pois, conforme Chauí (2011) destaca:

[...] os afetos não são simples emoções, mas acontecimentos vitais e medidas de variação de nossa capacidade para existir e agir. Quando a alegria é acompanhada de uma causa externa, chama-se amor; quando a tristeza é acompanhada de uma causa externa, chama-se ódio; quando o desejo é alegre, chama-se contentamento; quando triste, frustração (p. 88).

Portanto, a ética volta-se para o conhecimento da origem dos afetos, para os efeitos que os afetos provocam no homem e no meio social, especialmente em relação a outro homem. O desejo que é ação requer conhecimento complexo de sua causa. Daí a recomendação de Espinosa, que não se deve eliminar ou criticar os afetos, mas compreendê-los e exercitar a capacidade de interpretar os afetos na busca de uma compreensão adequada do que ele promove no corpo e mente. Essa é a importância do desenvolvimento da capacidade de reflexão. Conforme Sawaia (2010) afirma:

É expansão do corpo e da mente na busca da liberdade, da felicidade, que são necessidades tão fundamentais à existência humana [...]. Daí sua conclusão de que a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do homem no seu processo de conservar-se, o que pressupõe passar da condição [...] da heteronomia à autonomia (p. 366).

Entende-se que o homem não se completa em si, mas em seu meio e sempre no encontro com o outro. Esta busca do conhecimento, a aproximação de si mesmo e de outro homem como ser humano, não se dá pela procura da aceitação servil, mas pelo desenvolvimento de uma emancipação legítima, da plena expressão de sua afetividade coletiva ao mesmo tempo. Ela ocorre pela alegria de viver, de sentir-se livre em pensamentos e realizações. A felicidade não resulta em diminuir o outro, desqualificá-lo, tirar-lhe coisas, provocar tristezas. Quanto mais conhecimento o homem tem de si mesmo, de seus afetos, maior terá do outro e da humanidade.

Ressalte-se que Espinosa afirma que uma concepção verdadeira jamais vence uma paixão simplesmente por ser uma ideia real, apenas uma paixão vence outra paixão se for mais forte e contrária a ela.

Um afeto não pode ser refreado ou anulado senão por um afeto contrário e mais forte do que o afeto a ser refreado. (E IV, 7);
O desejo que surge da alegria é, em igualdade de circunstâncias, mais forte que o desejo que surge da tristeza. (E IV, 18).

Espinosa desfaz a ideia de que a razão domina a emoção. Quando o autor salienta que os afetos precisam ser entendidos e não ignorados, ele esclarece que a afetividade é necessária e tem causas certas. As paixões alegres são mais fortes que as paixões tristes, elas não são equivalentes. Como exemplo a admiração pode combater o desprezo, e a esperança pode combater o medo.

Geralmente buscamos o que nos fortalece e tentamos nos afastar do que nos enfraquece, isto não é uma tarefa fácil porque, devido às nossas idealizações do mundo “não real”, por vezes imaginamos que estamos buscando o que nos fortalece, mas, na verdade, estamos procurando o que nos enfraquece. Sobre isso, Chauí (2011, p. 92) lança a pergunta: “Por que esse engano é possível?” Em seguida, ela nos oferece uma resposta, assinalando dois motivos principais:

[...] em primeiro lugar, porque o equilíbrio dinâmico de nosso corpo precisa ser incessantemente refeito e conservado em decorrência do poder das forças exteriores sobre nós; em segundo, porque, em nossa mente, alegria e tristeza nunca aparecem em estado puro ou nuas, mas combinadas sob a forma de afetos variados. É assim que a alegria causada por um outro chama-se amor e a tristeza causada por um outro chama-se ódio. A alegria pela expectativa de um bem futuro chama-se esperança, a tristeza pela expectativa de um mal futuro, medo (CHAUÍ, 2011, p. 92).

E, ela completa em outra passagem, que o engano é possível, por causada ilusão. A reflexão pode nascer no interior das paixões a caminho do conhecimento da própria paixão - não para racionalizá-la, mas para aceitá-la e compreendê-la na busca de nossa transformação, em outras palavras, para vitalizar o nosso *conatus*. Quanto mais tomamos conhecimento das nossas paixões tristes, mais tendemos a nos afastar dela, pois nos inclinaremos para aumentarmos a potência do nosso *conatus*, não para diminuí-lo. Isto porque não é o conhecimento racional que aumenta a nossa alegria, é o aumento da alegria que nos torna capazes do conhecimento. Chauí afirma:

A partir desse momento, [...] a ética não é senão o movimento de reflexão, isto é, o movimento de interiorização no qual a mente interpreta seus afetos e os de seu corpo, afastando as causas externas imaginárias e descobrindo-se e a seu corpo como causas reais dos apetites e desejos. A possibilidade da ação reflexiva da mente encontra-se, portanto, na estrutura da própria afetividade; é o desejo da alegria que a impulsiona rumo ao conhecimento e à ação. Pensamos e agimos não contra os afetos, mas graças a eles. A essência da mente, escreve Espinosa, é o conhecimento, e quanto mais conhece, mais realiza sua essência ou virtude (CHAUÍ, 2011, p. 99).

Levando tais reflexões à Psicologia, Vigotski complementa a teoria de Espinosa, reafirmando a indissociabilidade entre pensamento e afeto e introduzindo a mediação da linguagem.

O próprio pensamento não nasce de outro pensamento, mas do campo da nossa consciência que o motiva, que abrange os nossos pendores e necessidades, os nossos interesses e motivações, os nossos afetos e emoções. Por trás do pensamento existe uma tendência afetiva e volitiva (VIGOTSKI, 2001, 479).

De acordo com Vigotski, o pensamento e as consciências estão com os afetos. A dimensão afetiva constitui parte relevante tanto na expressão da linguagem verbal, quanto nas motivações que concernem ao pensamento e a ação humana. A discussão acerca da pesquisa sobre a afetividade e o estabelecimento do diálogo, assim como os meios e estratégias de ação mediadas por instrumentos motivacionais que se fizeram presentes na construção dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, serão valiosos para a reflexão acerca das adolescentes autoras de ato infracional, a concepção de linguagem e de sentido da palavra. O pensamento verbal constitui uma totalidade dinâmica e complexa, na qual o pensamento institui com a palavra um processo dialético e recriador, uma vez que a expressão de um pensamento pela palavra se faz em um caminho complexo, no interjogo entre sentido e significado. Neste sentido, “o significado medeia o pensamento em sua expressão verbal, isto é, o caminho entre o pensamento e a palavra é um caminho indireto, internamente mediatizado” (VIGOTSKI, 2001, p.479).

O significado é o sentido social da palavra é o que na teoria marxista equivale a dimensão ideológica, generalizado, o sentido e a dimensão singular, pessoal, a forma como os significados são vividos afetivamente na singularidade de cada um. Dentre os significados sociais, que afetam os sentidos das meninas em medidas socioeducativas em meio aberto, destacamos o gênero.

1.4 Gênero: como sentido e significado

O conceito de gênero foi estudado inicialmente, pela antropologia e pela psicanálise, situando a construção das relações de gênero na definição das identidades femininas e masculinas, como base para a existência de papéis sociais distintos e hierárquicos desiguais (FARIA, 1997).

Segundo Faria (1997), esse conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção singular, a partir do que é estabelecido, simbolicamente, como feminino e masculino, bem como dos papéis sociais destinados a cada um, no interior da sociedade.

Mais recentemente, as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1990).

A autora explica que a relação com a gramática é, ao mesmo tempo, explícita e cheia de possibilidades inexploradas, porque o uso gramatical implica em regras formais que decorrem da designação de masculino ou feminino; dessa forma, há possibilidades inexploradas, como a existente em vários idiomas europeus existe uma terceira categoria – o sexo três, indefinido ou neutro. Já a gramática relativa ao gênero é compreendida como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permitem distinções ou agrupamentos separados (Scott, 1990).

Scott (1995), em *Gênero: em uma categoria útil de análise histórica*, por sua vez, preocupou-se em olhar particularmente para o gênero como vetor de opressão. Tecendo a história do “gênero” como conceito acadêmico, a autora demonstrou como o seu uso descritivo, focado nas “construções sociais” dos “papéis próprios aos homens e às mulheres”, terminou por obscurecer sua dimensão pública, na medida em que não deixou espaço para o uso do gênero como categoria de análise para o campo político: como o do poder e das guerras, por exemplo.

No seu uso descritivo, o “gênero” é, portanto, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. O “gênero” é um novo tema, novo

campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1995, p.73).

Segundo Scott (1995), pensar o gênero em termos de produção de uma “história das mulheres”, ou ainda, de uma “antropologia das mulheres”, perpetua a oposição entre homens e mulheres. Ela afirma que este posicionamento teórico prolonga, principalmente, o englobamento “do mundo das mulheres no mundo dos homens”, e, conseqüentemente, os binarismos entre natureza/cultura, corpo/mente, privado/público. Scott defende que a categoria gênero deve ser pensada como “campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Scott, 1995, p.92). Ela privilegia o “gênero” frente às relações de opressão vinculadas à “raça” e à classe social.

Outra autora que desenvolve estudos nesse campo, Saffioti (1999) classifica a questão de gênero como categoria histórica, podendo ser concebido como: aparelho semiótico; símbolos culturais; evocadores de representações; conceitos normativos com grade de interpretação de significados; organizações e instituições sociais, identidade subjetiva; assim como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades. Neste processo, as relações de gênero são permeadas por uma diversidade que envolve as relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres e homens e homens, de modo que “o tornar-se mulher e tornar-se homem constitui obra das relações de gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 18).

A autora afirma que nem todas essas instâncias, em seus quadros referenciais teóricos, incluem a desigualdade na relação entre homens e mulheres.

A categoria gênero contribui para desnaturalizar e historiar as desigualdades entre homens e mulheres, sendo entendida de modo histórico e relacional e não como “oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres” para que não se incorra no erro de deixar de identificar “os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1992, p. 193).

Neste caso, a autora diz que gênero significa as relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais.

De acordo com Saffioti (2004, p.115), se considerarmos a construção social dos gêneros como imbricada num processo mais complexo que compreende as

várias dimensões de como a sociedade está estruturada e de como em cada conjuntura se alteram a composição e a dinâmica da luta de classes, é possível articulá-la, também, a outras dimensões como a de raça e de orientação sexual, uma vez que as situações de opressão se acentuam na medida em que essas dimensões se entrelaçam.

Segundo Santos Oliveira (2010), esta construção social do que é ser mulher e do que é ser homem se relaciona com o sistema patriarcal, entendido como um sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação históricas, no qual o homem organiza e dirige, majoritariamente, a vida social. Com o aumento da desigualdade social e a intensificação da exploração da classe trabalhadora, aprofunda-se a situação de dominação e exploração sobre a mulher. Assim, podemos afirmar que o sistema do capital articula exploração do trabalho com dominação ideológica e se apropria da lógica e valores do sistema patriarcal. Saffioti (2004, p. 56) vem impulsionando as discussões sobre esse sistema no Brasil, desde a década de 1980, ao tratar o patriarcado como o “regime atual de relações homem-mulher” e apontando algumas das razões pelas quais esse sistema se mantém:

1) Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) Dá direitos aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...]; 3) Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) Tem uma base material; 5) Corporifica-se; 6) Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

Existem diversas formas de opressão e, dentre elas, a autora destaca e acentua a diferença dos direitos dos homens em comparação com o direito das mulheres. As formas de opressão e de violação de direitos vivenciadas pelas mulheres se efetivam, também, no âmbito afetivo-sexual. Segundo Saffioti (2004, p.106), são inúmeras as modalidades de violência que se desenvolvem no universo da vida privada como também os problemas decorrentes da violação pelo Estado dos direitos sexuais e reprodutivos.

Existem muitas reflexões que alocam a prática infracional feminina como secundária à masculina. Meu trabalho, a princípio, circulou nesta ideia, algo comum que ouvia nos espaços onde percorria. Alguns estudos apontam que um número razoável de mulheres infratoras, adolescentes e/ou adultas, entra na “vida do crime” por conta da relação com seus companheiros ou grupo de amigos chefiados por homens. As pesquisas que traçaram esse perfil identificaram que as mulheres, em

grande parte, tinham envolvimento com a comercialização de entorpecentes (ALMEIDA, 2006; ASSIS; CONSTANTINO, 2001; MOURA, 2005;).

Incorporar gênero, de maneira transversal, nas medidas socioeducativas em meio aberto, é a possibilidade de ampliar o debate, conhecer e reconhecer que existem relações desiguais entre homens e mulheres e poder, com isso, refletir e visualizar a possibilidade de construção de novas relações. Segundo Grillo (2018), existe a presença inegável e importante das mulheres no contexto das medidas socioeducativas, em geral, assim como nas lutas sociais e na construção da história.

Todavia, trabalhar gênero, em um espaço específico junto à sexualidade, é a possibilidade de garantir ações mais efetivas na desconstrução desse modelo tão arraigado, construído e estruturado no desenvolvimento sexual que tanto tem prejudicado as mulheres e conseqüentemente os homens também.

Apesar da invisibilidade das mulheres, dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm demonstrado que elas são o contingente principal entre aqueles que se mobilizam para a luta por questões coletivas, no âmbito público (GOHN, 2010).

2. MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa tem como base de seus pressupostos teórico-filosóficos-práticos a concepção materialista-histórica-dialética de subjetividade desenvolvida por Vigotski (1999), que busca elaborar, a semelhança de Marx, “*O Capital*” da psicologia. O autor destaca a importância de compreender a subjetividade como totalidade que sintetiza de forma particular as contradições sociais da qual é também produtora. Deste modo, o indivíduo encerra em sua totalidade o singular e o universal, uma vez que se constitui a partir de suas relações com seus pares de iguais, na intersubjetividade e nas condições sócio-históricas nas quais se encontra inserido (LANE, 2012). Processo que se configura na tensão entre criação e determinação.

A busca, nesta pesquisa, é a de reconhecimento das histórias de vida das adolescentes, suas trajetórias e afetos com destaque ao sofrimento *ético-político*.

A inspiração se dá por meio das reflexões de Sawaia, que procura traduzir as ideias de Vigotski e de Espinosa na análise das emoções como fenômeno social, ao

apontar a necessidade de integrar a dimensão da afetividade nos estudos acerca da exclusão social, empregando o conceito de sofrimento *ético-político*. Em síntese, trata-se de uma perspectiva teórica que questiona a abordagem “naturalizante” dos fenômenos psicológicos e da neutralidade do pesquisador.

A ênfase metodológica está na análise do fenômeno como processo e não estado; de um lado, para entender a subjetividade como totalidade histórico-social, e de outro, para incorporar no processo da pesquisa a relação pesquisador /pesquisado, em lugar de escamoteá-la por meio do princípio da neutralidade científica. “Pesquisa implica em intervenção e acumulação de conhecimento” (LANE, 2012, p.47). Assim, a pesquisadora salienta que o problema da pesquisa é apenas por onde se começa o trabalho, podendo ser modificado ao longo do processo. Desta forma, consegui coletar os dados que cumprem a dupla função de, por um lado, acessar os pensamentos e sentimentos vinculados às temáticas e a história de vida e, por outro lado, fornecer um espaço de reflexão sobre as afetações vividas pelas adolescentes.

Segundo Lane (2012), a psicologia social crítica alinha-se à pesquisa-ação participante, por ancorar-se em uma concepção de que a pesquisa é efetivamente uma prática social, na qual os sujeitos envolvidos, tanto os pesquisadores quanto os participantes da pesquisa, constituem relações materiais a partir de suas respectivas subjetividades, que se objetivam no plano do estabelecimento de suas relações:

A partir de um enfoque fundamentalmente interdisciplinar, o pesquisador-produto-histórico parte de uma visão de mundo e do homem necessariamente comprometida e neste sentido não há possibilidade de se gerar um conhecimento “neutro”, nem um conhecimento do outro que não interfira na sua existência. Pesquisador e pesquisado se definem por relações sociais que tanto podem ser reprodutoras como podem ser transformadoras das condições sociais onde ambos se inserem; desta forma, conscientes ou não, sempre a pesquisa implica intervenção, ação de uns sobre outros (LANE, 2012, p.18).

Desta forma, a presente pesquisa sempre teve como norte de sua investigação a atenção para que as questões levantadas pelo campo de pesquisa resultassem em respostas das adolescentes que pudessem agregar valor às estratégias, de forma a auxiliar na construção de uma práxis entrelaçada às demandas apresentadas por elas e a necessidade de promover encontros pensados na questão feminina. De modo que:

A práxis psicossocial, quer em comunidades, empresas ou escolas, deve preocupar-se com o fortalecimento da legitimidade social de cada um pelo exercício da legitimidade individual, alimentando “bons encontros”, com profundidade emocional e continuidade no tempo, mas atuando no presente (SAWAIA, 2001, p.115).

A inspiração na pesquisa-ação-participante encontra suas motivações no fato de ser um modelo de produção de conhecimento que possibilita a criação de instrumentos distintos e diversos na pesquisa. Trata-se de uma proposta capaz de criar um espaço para processo criativo no fazer da pesquisa e de criar encontros nos quais pudessem aparecer as necessidades e vontades do cotidiano das adolescentes e de diminuição do estar solitário sem apoio ou qualquer escuta.

Segundo Sawaia (1987), a pesquisa-ação-participante tem rigor científico e preocupação metodológica, mas esse rigor não é estatístico e instrumental. Pelo contrário, esse modelo valoriza o saber popular como condição para as reflexões teóricas, pretende que a pesquisa se produza no âmbito da ação e de forma participativa na construção de sua proposta, a partir da “horizontalização” das relações entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa. (VELOSO, 2015). Por se estabelecer à medida que se realiza, exige atenção e avaliação constante para não se tornar uma investigação empírica que produz muita participação e pouco conhecimento.

A ação na pesquisa, a todo tempo, está sendo repensada coletivamente. O pesquisador deve estar atento às questões que aparecem no campo, em um movimento de refletir, à luz de seus pressupostos teóricos, os acontecimentos, e também repensando o processo teórico a partir da prática (VELOSO, 2015).

Visando a melhor interlocução com as participantes, nesta pesquisa, utilizei perguntas de fácil entendimento, buscando trabalhar em grupo e individualmente. Desta forma, os dados coletados cumprem dupla função de, por um lado, acessar os pensamentos e sentimentos vinculados às temáticas e à história de vida das adolescentes, bem como um espaço de análise na perspectiva de uma compreensão coerente da realidade vivida por elas, conhecer as determinações sociais de seu sofrimento e as formas singulares de vivê-lo e enfrontá-los

A respeito das determinações sociais, Sawaia (2001) defende que ela não elimina a capacidade de singularização e de criação dos sujeitos, ao contrário, afirma

que não há singularidade fora da sociedade, por esta não ser estado de natureza, mas historicamente configurada.

2.1 Procedimentos Metodológicos

Antes de detalhar os critérios do método adotado nesta pesquisa, é necessário relatar o caminho percorrido e como se deu o processo da pesquisa e expor as especificidades do atendimento socioeducativo em meio aberto. O procedimento desenvolvido nesta pesquisa foi estipulado em três etapas: i) entrevistas individuais; ii) entrevistas em grupos e iii) entrevistas com os técnicos dos serviços.

2.1.1 Procedimentos Realizados

A escolha de realizar a pesquisa com as adolescentes era o ponto principal para a formação do objeto de pesquisa, porém tinha em mente as dificuldades quantitativas em relação ao público feminino, que é numericamente menor do que o masculino no serviço, isso me fez pensar em ampliar meu campo para a pesquisa. Sendo assim, optei por uma abordagem com as adolescentes inseridas nas medidas tanto de Liberdade Assistida quanto de Prestação de Serviço à Comunidade. A busca se iniciou pela lista de atendimentos e as que estão frequentando e que frequentaram o serviço de medida socioeducativas nos últimos dois anos, que também entraram na delimitação da pesquisa. Atribuo a participação que elas tiveram devido ao vínculo com o serviço, uma vez que elas compareceram e contribuíram. Somente as que estavam com mandato de busca e apreensão foram convidadas, mas não compareceram. Ao todo, entre conversas e participações no processo de pesquisa, foram entrevistadas dez adolescentes/jovens entre 15 e 20 anos.

Aponto aqui, aos meus leitores, que as histórias de vida foram transcritas e resumidas e os pontos principais, no geral, expostos ao longo da análise. Confesso que o número de páginas seria muito maior do que as que estão aqui caso a totalidade

das entrevistas fossem transcritas, pois, os momentos de diálogo foram carregados de memórias e emoções trazidas pelas minhas entrevistadas, o mesmo aconteceu com o encontro em grupo e com as entrevistas dos técnicos de medidas socioeducativas.

A escolha em também compor a pesquisa com as entrevistas configura a possibilidade de ir avançando mais nas questões pessoais e individuais das adolescentes. Visualizar como elas estão inseridas nestes contextos sociais, no que se refere às questões de saúde, escola educação e habitação vistos como direitos assegurados pelo ECA.

2.2 Local da Pesquisa

Esta pesquisa se deve efetivamente a alguns aspectos de ordem teórico-prática, no âmbito da minha experiência na atuação no Serviço de Medida Socioeducativas em meio aberto (SMSE-MA), conveniado com o Centro Comunitário Castelinho. A entidade em que foi realizada a pesquisa é localizada na periferia da Zona Sul de São Paulo, onde trabalhava como coordenadora do serviço há aproximadamente dez anos. Neste percurso de trabalho, foram acumuladas diversas parcerias e contatos com os adolescentes de ambos os sexos, bem como com as entidades socioassistenciais, de educação, saúde e serviços privados, também foi feita parceria com a rede de proteção que atua na região.

Colocar a pesquisa a serviço da população alvo estudada significa que ela deve responder a alguma questão/problema/inquietação da mesma. Foram realizadas reuniões com a equipe técnica do serviço, nas quais os objetivos da pesquisa foram apresentados. A fim de sanar algumas dúvidas, foi declarada a importância da contribuição dos técnicos para a identificação das adolescentes que pudessem participar das entrevistas individuais e as que aceitariam a participação em grupo. Neste processo, a participação dos técnicos era fundamental, pois surgiram diversos momentos de diálogos e de sensibilização com as adolescentes, nos quais os técnicos

realizaram prontamente os convites para as adolescentes participarem das entrevistas individuais e do grupo.

2.3 Entrevistas Individuais

As entrevistas individuais foram realizadas no Centro Comunitário Castelinho, durante o processo no qual realizamos as entrevistas, três adolescentes e jovens se destacaram pela quantidade de conteúdos trazidos por elas no decorrer da entrevista.

A entrevista deu início com uma pergunta aberta com o objetivo de que elas pudessem falar um pouco sobre a sua história de vida e do modo pelo qual cada uma delas chegou à Medida Socioeducativa. Neste contexto, para uso dos relatos, foram destacados um retrato da trajetória de vida destas adolescentes e jovens. Ressalta-se que estamos, do início ao fim, empregando nomes fictícios e, em alguns momentos, utilizo nomes de flores, referindo-me a um jardim, para preservar a identidade das entrevistadas. Utilizei gravação e posteriormente transcrevi os relatos e o conteúdo das entrevistas e, além disso, utilizei um diário de bordo, no qual fui anotando as estratégias e as impressões que tinha a cada momento da minha pesquisa.

2.3.1 Entrevistas com os Técnicos Socioeducativos

As entrevistas com os técnicos aconteceram no próprio Centro Comunitário, em horário diferente do trabalho, expliquei-lhes sobre a minha proposta e todos já tinham conhecimento prévio da minha pesquisa na universidade. A equipe é composta de sete técnicos socioeducativos com formações em várias áreas do conhecimento. Dentre estes, conversei com três técnicos para essa amostragem de pesquisa. Esses técnicos têm formações nas seguintes áreas: Psicologia, Direito e Serviço Social. Utilizei gravação e na descrição das entrevistas reporto-me a períodos que compreendo ser importantes para a nossa pesquisa.

2.3.2 O primeiro Encontro

Nos serviço de medidas socioeducativas, os grupos são geralmente propostos em uma versão que consiste na presença de ambos os sexos, isto é, adolescentes tanto do sexo masculino quanto do feminino, embora apenas a segunda parte do grupo tenha o caráter da minha pesquisa com gênero feminino. Os detalhes para este encontro foram minuciosamente pensados, tendo sido agendado com dez dias de antecedência e foram convidadas oito participantes. Uma série de percalços, no entanto, ocorreram: uma delas estava grávida, passou mal e foi levada ao Pronto Socorro pela equipe técnica do centro comunitário neste dia, lugar este em que foi realizado o grupo; duas meninas chegaram muito atrasadas, quase no final do encontro e, portanto, não foi permitida a entrada delas e outra participante chegou no momento em que o encontro havia sido encerrado.

Participaram as duas adolescentes e uma jovem, todas do sexo feminino, cujos nomes foram modificados por questões éticas e de sigilo, e que apresentavam as respectivas idades: Lavanda, 15 anos; Jasmim, 14 anos e Rosa, 20 anos. Esse encontro teve duas horas de duração, entre perguntas, respostas e relatos. As estratégias utilizadas foram diferentes das entrevistas convencionais no serviço, pois não utilizamos as estratégias de início, meio e fim.

Sei que o leitor pode até esperar desse grupo, como ocorre em geral, contudo, naquele encontro, a princípio, nem imaginaríamos onde poderíamos chegar. Relato isso, pois a vinculação que tínhamos não era de muita proximidade era conhecimento de encontros nos corredores dos serviços e um breve cumprimento. A escolha dos nomes fictícios foi pensada em um jardim, não com a proposta de romantizar, mas de colocar em destaque a beleza, resistência, fragilidade e o estar ali de cada componente. Lavanda, 15 anos, cumpre medida socioeducativa de Liberdade Assistida; Jasmim, 14 anos, cumpre medida de Prestação de Serviço à Comunidade e Rosa, 20 anos, já havia encerrado as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, nosso encontro teve duração de duas horas, embora depois tenhamos feito um lanche coletivo com café e canjica. O

grupo foi gravado e a transcrição ocorreu de forma total das falas das adolescentes, assim como da proposta da pesquisadora.

O formato da minha investigação, nesta pesquisa, foi uma busca da dimensão da afetividade, em aproximar-me das adolescentes com uma proposta mais aberta como instrumento norteador de criação. Dessa forma, algumas perguntas foram muito mais um “apoio” na proposta de diálogo aberto e descontraído, do que uma redução da formatação de um espaço de indagações para um mero instrumento metodológico.

No campo de atuação, pude compreender que as potencialidades das atividades propostas tinham a tarefa de envolver a participação das adolescentes. A ação em grupo e a criação a partir dos momentos construídos e vividos, em contato com a simples e mais complexa tarefa do cotidiano, foram trazidos à tona, mostrando sua potência em termos de significados e de afetos.

Pesquisar afetividade e histórias de vida exige muitos cuidados metodológicos na investigação, por exemplo: enfrentar a dificuldade para falar sobre sentimentos de forma mais profunda, sem chavões ou sem ficar no plano das nossas opiniões. A falta de vínculo se torna ainda mais delicada quando se trata das adolescentes inseridas em medida socioeducativas, porque eu, para elas, além de ser a coordenadora do serviço, estava naquele momento como pesquisadora. Como já afirmei, em alguns momentos os vínculos com os técnicos são maiores porque eles têm o atendimento direto do cotidiano. Essas dificuldades exigiram um cuidadoso convite para a participação, até mesmo com os procedimentos propostos, a fim de que estes fossem sensíveis à escuta das experiências afetivas delas, sem entrar no campo do invasivo.

Foram escolhidas duas formas de abordagens neste encontro, a proposta inicial era de fazer cartazes, desenhos ou colagem para estratégia utilizada como facilitadora da abertura em nossa relação, a segunda proposta era a de perguntas simples, a primeira proposta foi recusada pelo grupo e, então, ofereci a segunda sugestão que seria falar das questões.

Tinha como proposta a construção de uma metodologia que, mesmo sem muito tempo hábil, pudesse garantir a construção de vínculos necessários para que as adolescentes entrassem no campo do diálogo, de narrar a própria história de vida.

As ações foram registradas em diário de campo e as entrevistas gravadas. Foram realizadas várias leituras das entrevistas, no sentido de elencar as principais unidades de sentido que compõem as suas histórias de vida. As informações dos registros foram utilizadas como uma forma de complementar os dados e explicitar a dinâmica da afetividade. Tal dinâmica constitui o subtexto da reflexão sobre a dialética entre potência de vida/emancipação e sofrimento *ético-político*/potência de servidão/padecimento. Segundo Vigotski (1996), a motivação e emoção constituem a gênese dos sentidos, por trás de cada pensamento existe uma tendência afetivo-volitiva. Nessa perspectiva, os sentidos do discurso só podem ser compreendidos quando se compreende sua base afetivo-volitiva. Buscou-se, portanto, captar tal dinâmica, compreender o sentido expresso pelos sujeitos e as unidades que o compõe.

2.4 Questões Éticas

A base desta pesquisa em Psicologia teve como característica principal o ser humano e suas relações socio-históricas, bem como a sua história de vida. Sendo assim, garante-se que a pesquisa seguirá os princípios básicos de autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, descritos na resolução 196/96 Do Conselho Nacional de Saúde. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabelece como obrigação do psicólogo a responsabilidade pela pesquisa, a avaliação dos riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos quanto pela divulgação dos resultados, para proteger os participantes e as comunidades as quais pertençam.

Nesta pesquisa, conversamos anteriormente com as adolescentes, esclareci indagações sobre a minha proposta de estudo na universidade e que não estaria atrelado à obrigatoriedade do cumprimento da medida socioeducativa.

Após a explicação, solicitei a elas a autorização para o uso do gravador, expliquei o tempo de duração das entrevistas, assim como no caso do grupo, o período que estaria previsto para o término. Também apresentei o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, a leitura foi feita junto ao grupo e individualmente

antes do momento das entrevistas. Abrindo, nas duas ocasiões, tempo e espaço para caso surgissem dúvidas a respeito do conteúdo do termo.

A postura ética se fez presente, durante todo o processo, na escuta, no cuidado com elas e com a abertura de espaço para serem ouvidas e participar. Todas as adolescentes que aceitaram participar, portanto, seguiram na entrevista sem nenhuma intercorrência.

Diante do acima exposto, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC - SP e a Plataforma Brasil e obteve sua aprovação.

3. A POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA: CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA, GARANTIAS E DIREITOS

Iniciamos, de forma resumida, com uma breve introdução sobre a história dos cuidados de crianças e adolescentes no Brasil, pois é um tema extenso, o qual precisaríamos traçar um novo trabalho sobre esta temática, caso aprofundássemos nossa perspectiva em todos os seus detalhes.

A política de proteção social a criança e adolescentes autores de ato infracional no Brasil vem sendo referenciada desde 1990, quando houve a criação do ECA - *Estatuto da Criança e do Adolescente* e, depois, pelo SINASE- 2012, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Esses avanços foram conquistados por meio de pressões dos movimentos populares e da sociedade civil, na década de 1980, que culminou na *Constituição Federal de 1988*, na qual se institui o estado democrático e de direito. Nela se dispõe no artigo 228 que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente, afasta a doutrina de situação irregular, bem como estabelece no artigo 228 que “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (BRASIL, 2016, p.133).

Após este reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente pela *Constituição Federal de 1988*, surge a necessidade de detalhar os direitos conquistados a esse público. Assim, deu-se início a várias discussões e mobilizações no país, elas culminaram na elaboração do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, promulgada pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (BIDARRA; OLIVEIRA, 2007).

A história se inicia no século anterior, pela *Doutrina da Situação Irregular*, que foi sustentada pelo *Código de Menores* (Decreto n. 17943-A de 1927 e Lei 6697/79), que admitiam situações de não proteção à criança e ao adolescente. A resposta era a de afastar os adolescentes infratores da sociedade, segregando-os em estabelecimentos como a FEBEM, desrespeitando as condições humanas e usando o termo “menor” como forma pejorativa.

A partir da Convenção Interamericana do Direito da Criança e da organização das Nações Unidas (CDC-ONU), ratificada no Brasil em 1989 e da *Constituição Federal de 1988*, o ECA, em 1990, também diferencia criança e adolescentes,

crianças sendo aqueles de zero a 12 anos incompletos, e adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, garantindo a imputabilidade⁷, que é estabelecida na *Constituição Federal de 1988*.

A partir do ECA, o ato infracional ficou definido como conduta do crime, ou uma contravenção penal (artigo 103). Aos adolescentes que praticam atos infracionais, a lei prevê a imposição pelo poder judiciário.

Verificada a prática do ato infracional, as medidas socioeducativas listadas no artigo 112 do ECA são destinadas pela autoridade competente, que poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. Parágrafo primeiro, medidas referentes à proteção⁸.

A medida aplicada ao adolescente levará em conta sua capacidade de cumpri-la, assim como as circunstâncias e a gravidade da infração. Em suma, além do caráter pedagógico, que visa à reintegração do adolescente em conflito com a lei na vida social, as medidas socioeducativas possuem outro objetivo, o sancionatório, em outras palavras, uma resposta à sociedade pela lesão decorrente da conduta típica

⁷ “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos as normas da legislação especial (CF/88, art 228).

⁸ Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, as seguintes medidas:

I- encaminhamento aos pais e responsável, mediante ao termo de responsabilidade;

II- orientação, apoio e acompanhamentos temporários;

III- matriculas e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV- inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção e apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;

V- requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

praticada. Frasseto (2011, online) define medidas socioeducativas como a “resposta estatal dotada de coercitividade dirigida em face de um jovem autor de ato infracional”.

No caso de adolescentes transgressores a lei, considera-se tais ações como atos infracionais. Neste caso, a aplicação de punição denomina-se como responsabilização e resulta em cumprimento de medida socioeducativas previstas no ECA.

3.1 Assistência Social

A Assistência Social ocupa papel central no atendimento a adolescentes autores de atos infracionais. Esse atendimento foi gradativamente incorporado à Assistência Social, à medida que esta começou a se organizar enquanto política pública, cujos marcos legais são a *Constituição Federal de 1988* e a *Lei Orgânica da Assistência Social* (1993).

Em 2004, o atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto foi definido como serviço continuado pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme estabelecido na Política Nacional de Assistência Social Apresentação 10 - PNAS, que define os eixos estruturantes para a implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Com a aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, em 2005, os municípios iniciam o processo de adesão a este novo modelo socioassistencial.

Posteriormente, em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) foi caracterizado como serviço socioassistencial de caráter continuado no SUAS. O Serviço de MSE em Meio Aberto realiza o acompanhamento do cumprimento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, que se fundamenta no atendimento especializado, na escuta qualificada, no acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias de forma integrada aos demais serviços

socioassistenciais e às políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer.

A garantia do acesso aos serviços e a ação integrada entre as políticas setoriais são imprescindíveis para a concretização dos objetivos das medidas socioeducativas e para a ampliação da proteção social ao adolescente e sua família.

3.1.1 SINASE – Lei 12.594/12

Com a *Constituição Federal de 1988*, houve a descentralização das ações governamentais na área de assistência social, conforme explícito no art. 204, I da CF/88.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

O principal objetivo do SINASE é regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas às adolescentes que pratiquem ato infracional.

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos⁹, o SINASE:

[...] articular em todo o território nacional os Governos Estaduais e Municipais, o Sistema de Justiça, as políticas setoriais básicas (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, etc.) para assegurar efetividade e eficácia na execução das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, de Privação e Restrição de Liberdade, aplicadas ao adolescente que inflacionou.

O SINASE elucida que, de forma primordial, o desenvolvimento de uma ação socioeducativa deve ser sustentada nos princípios dos direitos humanos enquanto promove alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturados em bases éticas e pedagógicas.

Para Veronense e Lima (2009, p. 37):

⁹ SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. Atendimento Socioeducativo (SINASE). O sistema atua no acompanhamento da aplicação de medidas socioeducativas por meio de parcerias entre governos. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas%3E> . Acesso em: 23 abril 2018.

O SINASE é fruto de uma construção coletiva envolvendo diversos seguimentos do governo, representantes de entidades de atendimento, especialistas na área e sociedade civil que promoveram intensos debates com a finalidade de construir parâmetros mais objetivos no atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Trata-se de uma política pública que verdadeiramente procura atender aos preceitos pedagógicos das medidas socioeducativas conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Essas normativas que dispõem sobre a expansão e a qualificação enfatizam a territorialização, um dos eixos estruturantes do SUAS, garantindo a descentralização do atendimento nos CREAS e integrando a execução do serviço ao acompanhamento familiar do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

O ECA prevê três níveis de garantias de direitos inspirados na *Constituição Federal*. O primeiro nível estabelece um conjunto de direitos fundamentais destinados a todas as crianças e adolescentes; o segundo nível destina-se às crianças e adolescentes com violação de direitos que são vítimas ou correm risco de sofrer violência, maus tratos, negligência; e o terceiro nível corresponde à responsabilização dos adolescentes (SARAIVA, 2002).

Trataremos, adiante, sobre a responsabilização das adolescentes, decorrente da prática de ato infracional em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto Liberdade Assistida e ou Prestação de Serviço à Comunidade. São reconhecidos sujeitos de direitos desde a promulgação do ECA, sem distinção de cor, raça ou classe social, considerados pessoas em desenvolvimento a quem o Estado deve assistir como pessoas com prioridade absoluta.

3.2 Serviços de Medida Socioeducativas em Meio Aberto

Em 2009, o Município de São Paulo assume a execução do serviço de medida socioeducativa em meio aberto como política pública. Essa execução tem como finalidade acompanhar os adolescentes em cumprimento de medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), medidas essas que são determinadas judicialmente, conforme previstas no ECA - *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

A gestão da execução das MSE - Medida Socioeducativas em meio Aberto está sobre a responsabilidade da SMADS - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, que tem como estratégia principal a territorialização dos atendimentos em consonância ao SUAS – Sistema Único da Assistência Social.

A supervisão técnica da execução dos SMSE – Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, fica a serviço do CREAS – Centro de referência Especial da Assistência Social, que funciona na cidade como polos de referências. Esse órgão fica responsável pela articulação e coordenação da Proteção Social de alta e média complexidade, dando orientação e apoio especializado e continuado às famílias e indivíduos com seus direitos que foram violados.

A definição da portaria 46/SMADS/2010¹⁰ explicita que a

Unidade Pública onde se ofertam serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos nas diversas situações de violações de direitos na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva.

Tendo como função preventiva a

ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios, por meio de desenvolvimento de potencialidades e de aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

O papel do CREAS é o de articulador dos serviços de média complexidade. A Portaria 46/SMADS/2010 ressalta sua finalidade de operar a referência e contratransferência com a rede de serviços socioassistenciais, com as demais políticas públicas e com as instituições que compõem o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente.

em estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos, no intuito de estruturar a rede efetiva de proteção social.

Surge, então, o Plano *Decenal de Atendimento Socioeducativo do Município de São Paulo*, ele tem a função de planejar a política pública de natureza intersetorial. A implementação da política pública das medidas socioeducativas em meio aberto tem como orientação o ECA e o SINASE, apresentando alicerces transversais e intersetoriais estatais e da articulação com a sociedade.

¹⁰ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas>. Acesso em: 08/12/2018.

A finalidade desta política fica na perspectiva de identificar as situações e dimensões que conformam a vulnerabilidade social de adolescentes e famílias (UNICEF, 2007). Essa vulnerabilidade fica destacada frente à histórica desigualdade social e aos processos contemporâneos de exclusão, tomando como referencial o enfoque de direitos humanos, econômicos e sociais.

O agente executor das MSE de LA e PSC tem uma atuação ampla no contexto socioeducativo: orientar a organização das redes, formação continuada; a identificação de recursos e serviços, desenvolvimentos de práticas colaborativas para o pleno desenvolvimento de adolescentes e jovens, entre outras ações.

O serviço referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS tem por finalidade promover a atenção socioassistencial e o acompanhamento dos adolescentes e jovens de ambos os sexos em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, de Liberdade Assistida e/ ou Prestação de Serviços à Comunidade determinada judicialmente.

O objetivo desses serviços é oferecer acompanhamento social aos adolescentes e jovens durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade.

O serviço deve contribuir para o acesso e direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço, faz-se necessária a observância da responsabilização do adolescente face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados, de acordo com as legislações e normativas específicas, para a orientação no cumprimento das medidas socioeducativas¹¹.

¹¹ Possibilitar o acesso às políticas públicas, especialmente a educação formal e saúde; Possibilitar a inserção no Programa de transferência de renda; Criar condições para a construção de projetos de vida que vise a ruptura do adolescente e jovem com a prática de ato infracional; Estabelecer contratos com adolescentes e jovens sobre a possibilidade e limites do trabalho a ser estabelecido e normas que regulem o período de cumprimento de medida socioeducativa; Fortalecer a convivência social e comunitária; Desenvolver vivências que favoreçam a autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção e autonomia; Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural, e o Desenvolvimento de habilidades e talentos no próprio serviço ou na rede socioassistencial; Avaliar sistematicamente o percurso do adolescente e do jovem após o cumprimento da medida por um período mínimo de 6 meses; Considerar-se-á também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantias

Os serviços estão vinculados ao CREAS e mantêm relação direta com a equipe técnica deste Centro, que deverá operar a referência e a contratransferência com a rede de serviço socioassistencial da proteção social básica e especial e com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

As atribuições do CREAS¹² são as de realizar reuniões mensais de coordenação técnica e monitoramento e avaliação com as execuções dos serviços; ter acessos aos relatórios e prontuários e PIA – Plano Individual do Adolescente dos casos atendidos; propor estudo de casos em conjunto com a executora, principalmente aqueles que com maior dificuldade de adesão à proposta de trabalho; articular-se ao Sistema de Garantias de Direitos; Incluir os atendimentos ao Cadastro Único; Articular com o CRAS os casos de atendimentos de adolescentes e jovens para a inserção na rede socioassistencial da proteção Social Básica quando for o caso; Incluir os adolescentes e jovens na rede socioassistencial de Proteção Social Especial e nos programas de transferência de renda quando for o caso; Acompanhar as visitas domiciliares quando for necessário; Acompanhar no mínimo uma oficina mensal com adolescentes e grupos.

Ademais, ainda são atribuições da equipe técnica do CREAS¹³: Provocar reflexões sobre a conduta infracional, suas motivações e consequências para o próprio adolescente, sua família, comunidade, e para a sociedade em geral; Tornar conhecido os direitos dos adolescentes atendidos e as várias situações em que esses direitos são violados;

de Direitos; O serviço deverá identificar no município e locais de Prestação a Serviços MSE, a exemplo de: entidades sociais, hospitais, escolas, programas comunitários ou outros serviços governamentais; A prestação de serviços terá jornada máxima de 8 horas semanais, podendo ser executada aos sábados e domingos ou dias de semana, sem prejuízo da frequência escolar ou trabalho, em tarefas gratuitas de interesse geral; A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

¹² Fonte: Prefeitura de São Paulo (Texto adaptado). Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protacao_social_especial/index.php?p=28944 Acesso: 08/12/2018.

¹³ Fonte: Minuta referente ao Serviço de Proteção (Texto adaptado). Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/EDITAL%20120\(1\).doc](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/EDITAL%20120(1).doc). Acesso: 08/12/2018.

- Facilitar a elaboração por parte do grupo, estratégias para a superação das práticas infracionais e a noção sobre garantias de direitos do adolescente e jovem, sua família e comunidade;
- Fomentar o desenvolvimento de potenciais artísticos e culturais dos adolescentes;
- Valorizar a origem histórico-cultural, étnica, social e política do adolescente;
- Facilitar a expressão e a publicitação dos talentos dos adolescentes e jovens;
- Provocar reflexões sobre vocações profissionais dos adolescentes e jovens e discutir, de forma crítica, o mundo do trabalho;
- Identificar demandas por cursos ou programas que atendam interesses dos adolescentes e jovens.

3.3 Caracterização do Município de São Paulo

O Município de São Paulo está dividido em 32 subprefeituras, que estão subdivididas em 96 distritos. As subprefeituras estão oficialmente agrupadas em oito regiões, levando em consideração sua localização geográfica e ocupações. Os serviços de medida socioeducativas atualmente são executados por organizações sociais sem fins lucrativos, tais serviços estabeleceram junto à SMADS um termo de parceria na execução da Política da Assistência Social com o Centro Especializado da Assistência Social CREAS.

Esses tipos de convênio estão previstos no Decreto nº 6.308 e nas Resoluções CNAS 109/2009 e 27/2011¹⁴, os quais manifestam: as entidades que celebram este tipo de convênio com o poder municipal são caracterizadas como de atendimento de

forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.

¹⁴ Disponível em: <http://www.pcdlegal.com.br/beneficios/2017/11/29/capitulo-i-das-definicoes-e-dos-objetivos/?versao=dvisual>. Acesso: 18/12/2018.

A prioridade para o atendimento dos usuários nos SMSE é de que seja em um local mais próximo da sua residência e essa distribuição possibilita verificar os territórios mais vulneráveis que necessitam de intervenção mais efetivas.

A Portaria 46/SMADS/2010 assinala que a qualidade da prestação dos serviços prestados pela rede conveniada, está associada à qualidade e à adequação dos espaços físicos, meios técnicos, humanos e materiais utilizados, bem como ao cumprimento dos requisitos inerentes à promoção de cidadania e dos direitos fundamentais dos adolescentes.

Portanto, a portaria¹⁵ traz um arcabouço importante no que se refere às condições físicas, materiais e humanas das entidades, adotando um quadro referencial de normas para contribuir para a existência dos necessários padrões de ofertas dos serviços.

3.3.1 Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Município de São Paulo

A execução das medidas socioeducativas chegam até os SMSE por determinação judicial, o adolescente que comete o ato infracional é responsabilizado, passando a cumprir medidas socioeducativas previstas no ECA para contribuir, de maneira pedagógica, para aproximação e compreensão da dinâmica de vida, no contexto familiar e comunitário que envolve os adolescentes do sexo masculino e feminino. Este acompanhamento tem o objetivo de garantir o acesso aos direitos, sempre com o intuito de provocar mudanças de valores pessoais e sociais dos adolescentes, como forma de alcançar um novo sentido e um projeto de vida.

De acordo com o ECA, as medidas socioeducativas podem acontecer em meio aberto, ou com privação de liberdade, isto é, sob internação. As medidas que são

¹⁵ Esses procedimentos e técnicas apresentadas por Portaria 46/SMADS – 2010, com relação às dimensões fundamentais pelo ECA e pelo SINASE, preveem a integralidade das ações do atendimento socioeducativo pela via da integração intersetorial e interinstitucional dos órgãos envolvidos, respeitando se as diretrizes do Sistema único de Assistência Social – SUAS.

encaminhadas pelo poder judiciário para cumprimento em meio aberto são de responsabilidade do Poder Executivo local, que age por intermédio da proteção social especial de média complexidade realizada pela Política de Assistência Social nos serviços sob a coordenação do CREAS - Centro de Referência de Assistência Social. Segundo documentos orientadores do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) oferece o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O acompanhamento a adolescentes e jovens encaminhados é feito pela DEIJ – Departamento de Execuções da Infância e Juventude e ou da Vara de Infância e Juventude. Caso haja excessos nos Serviços de atendimento, ficou estabelecido que cabe ao CREAS fazer o acompanhamento dos adolescentes, contribuindo no trabalho de responsabilização do ato infracional praticado.

O Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto possui interface com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, compondo o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Esse plano tem como objetivo organizar a rede de atendimento socioeducativo e aprimorar, implicar e monitorar a atuação dos responsáveis pelo atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

A Liberdade Assistida (L.A) traz em seu bojo o acompanhamento orientado que possibilita a aproximação e manutenção das relações familiares e comunitárias. Já a medida de Prestação de Serviços à Comunidade (P.S.C) permite a realização de atividades junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários governamentais. O acompanhamento é realizado de forma sistemática e informado por meio de relatórios ao juiz responsável pelo caso. Esse mesmo juiz determina a continuidade ou o fim da medida aplicada e, a qualquer momento, ele poderá solicitar uma audiência com adolescente e ou técnico que o acompanha. Em caso de descumprimento, o juiz pode determinar inclusive a privação de liberdade como forma de sanção do não cumprimento das medida aplicada. O acompanhamento ao adolescente é estabelecido de acordo com os prazos legais: no mínimo seis meses para a medida

de Liberdade Assistida e inferior a seis meses para a medida de Prestação de Serviços à Comunidade.

Existe ainda uma ferramenta importante para a construção e acompanhamento deste atendimento que consiste na elaboração do (PIA) Plano Individual de Atendimento com a participação do adolescente, sua família e o técnico de que o acompanhará até o final da medida. Neste plano é salutar conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem clarificados. O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática e frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

A Prestação de Serviços à Comunidade deverá identificar os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, UBS, escolas e outros serviços governamentais. Esta medida deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, apresentando jornada máxima de oito horas semanais, conforme determinação judicial, sem prejuízo da escola ou do trabalho. A inclusão do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões para que possa contribuir em seu desenvolvimento pessoal e social.

O Trabalho Social dos serviços de medidas prestados aos adolescentes e jovens consiste¹⁶: na acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; referência e contra referências; encaminhamentos para a rede de serviços locais governamentais e não governamentais; articulação interinstitucional com as instituições sociais e com os órgãos do sistema de garantia de direitos; produção de orientações técnicas e materiais informativos; monitoramento e avaliação do serviço; construção de plano individual e familiar de atendimento, considerando as especificidades da adolescência; orientação sociofamiliar; acesso a dados e histórico pessoal do adolescente; estímulo ao convívio familiar, grupal e social através de atividades individuais e grupais; desenvolvimento e inclusão dos adolescentes em projetos sociais; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estreitamento de relações e trabalho integrado com o judiciário e demais órgãos e instituições no município.

¹⁶ Fonte: Texto adaptado da Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 28/ 08/ 2018.

A supervisão das medidas socioeducativas é exercida pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, tendo como finalidade dar suporte socioassistencial e a orientação para gerentes e técnicos sociais, das medidas socioeducativas em meio aberto, de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade, determinadas judicialmente. O serviço de medidas deve contribuir para o acesso aos direitos e a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Esse serviço está vinculado ao CREAS e mantém relação direta com a equipe técnica dos serviços de medidas, que opera a referência e a contrarreferência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial e com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

O CREAS, dentro do SUAS, define suas competências voltadas para a oferta e referenciamento dos serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme estabelece a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O trabalho social especializado ofertado pelo CREAS exige que a equipe profissional seja interdisciplinar, contando com profissionais de nível superior e médio, habilitados e com capacidade técnica para o desenvolvimento de suas funções. Ele possui maior domínio teórico-metodológico por parte da equipe, intencionalidade e trabalho sistemático e permanente no acompanhamento a famílias/indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos nas situações atendidas.

Os Serviços de medidas pressupõem a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado aos adolescentes e jovens. Também se faz necessária a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com os serviços e os profissionais da equipe, além de postura acolhedora destes, pautada na ética e no respeito à autonomia e à dignidade dos sujeitos.

Nesse contexto, a escuta qualificada em relação às situações e aos sofrimentos vivenciados pelos usuários torna-se fundamental para o alcance de bons resultados e para a viabilização do acesso a direitos. O vínculo de trabalho dos profissionais e capacitação permanente garante a oferta contínua e ininterrupta dos serviços,

fortalece o papel dos trabalhadores na relação com os usuários, consolida a equipe como referência no território e favorece a construção de vínculo de confiabilidade. Em relação às medidas socioeducativas, é importante estar em sintonia no processo de articulação e construção de metodologias de trabalho entre equipe especializada e outras instituições e órgãos de defesa de direito. Os órgãos de defesa de direitos, em razão de sua finalidade e competência, são compostos pela rede de articulação do CREAS: o Poder Judiciário; o Ministério Público; o Conselho Tutelar; o Conselho de Direitos e os serviços públicos governamentais e não governamentais. A coerência entre as conquistas legais e sua operacionalização no campo dos direitos sociais têm nos conselhos o espaço para o acompanhamento e controle social.

3.4 Local da Pesquisa e seus Objetivos com os Serviços de Medidas

O Centro Comunitário Castelinho é uma entidade beneficente, sem fins lucrativos, fundada em 1964. Encontra-se na Zona Sul de São Paulo e desenvolve seus projetos em várias comunidades do Distrito de Cidade Ademar.

Dentre os projetos desenvolvidos pela entidade, daremos ênfase ao serviço de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

A proposta é de uma pedagogia na qual se trabalha os grupos, as maneiras de convivência comunitárias com os e as adolescentes e jovens em medida socioeducativas em meio aberto, ou em medidas protetivas ou, ainda, sem nenhum tipo de medida (as definidas pelo ECA). Ainda assim, esses jovens e adolescentes se apresentam em situação de vulnerabilidade social e dentro do ciclo de violência, portanto, uma das propostas é inseri-los na busca e na inclusão via cursos profissionalizantes oferecidos pela própria entidade ou entidades parceiras e na escola, sendo esse um diferencial deste projeto na região.

Há, ademais, a busca de um atendimento com um fortalecimento de vínculos entre adolescentes - projetos técnicos - entidades e com as unidades escolares, saúde, CREAS e CRAS. Destacamos as participações da equipe técnica em reuniões de rede de atendimento no pensar e repensar da política pública; a participação de

eventos; fomentação e discussão nos espaços sobre a medida socioeducativas, atualização em relação aos debates sobre a adolescência, a violência e mecanismo para a inserção e a profissionalização, entre outros. Outro modo de inserção é o próprio trabalho realizado com os adolescentes e jovens de envolvê-los nas discussões, eventos e espaços de fóruns DCA, sugerindo serem produtores e organizadores de culturas jovens, potencializado pelas artes como o grafite, o esporte e as discussões sobre as políticas públicas de sua região.

O serviço de medida socioeducativas do centro comunitário mobiliza esforços da rede social para um melhor desenvolvimento da proposta pedagógica. Tendo suas principais finalidades o estímulo e valorização das singularidades individuais e coletivas de seus participantes, adolescentes, jovens e família.

Sabemos que esse trabalho com os e as adolescentes e jovens em condição muito especial, que são as medida socioeducativas, seu campo de ação tem dificuldades e limites no desenvolvimento de suas estratégias, até porque o projeto está fundamentado no princípio da incompletude institucional.

Sobre a rede de serviços, ela possibilita, aos técnicos e gerentes, o trânsito por outros espaços, para que visem a melhorar qualitativamente as condições de atendimento e troca de experiências. O importante do serviço é destacar diversas possibilidades de metodologias inovadoras e criativas de atendimentos, na perspectiva de outros paradigmas de atenção na construção da identidade dos e das adolescentes e jovens, qual seja: uma pedagogia inclusiva que leva em conta as potencialidades de cada um deles ou delas, tendo ética, alicerce nas relações das práticas, dos debates e da construção do conhecimento.

A relação pedagógica do serviço de medidas socioeducativas do centro comunitário desenvolve com seus atendidos leva em conta: os e as jovens e adolescentes e seus familiares, a situação vivenciada por todos eles, observando que todos são sujeitos de direitos, buscando a valorização pessoal e o crescimento profissional. O ponto de partida deste projeto é o saber fazer coletivo, democrático e pluralista na busca de condições humanas para a vida em sociedade.

O serviço de medida acompanha 90 adolescentes e jovens de ambos os sexos, em medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à

Comunidade, entre a faixa etária de 12 a 21 anos incompletos e suas respectivas famílias.

O projeto nasceu a partir da promulgação da Doutrina de proteção integral no Brasil pelo ECA, que pressupõe um novo modelo paradigmático de proteção e atenção a esse grupo etário.

Nesta perspectiva, a ação pedagógica sempre tem sido feita cuidadosamente, sua aplicação é baseada em estudos na área, no sentido de alcançar o protagonismo juvenil, subjacente ao ECA, que afirma que os adolescentes são sujeitos de direitos e, assim, podem e devem exercer a sua cidadania.

3.5 Metodologia de Atendimento dos Serviços Socioeducativos em Meio Aberto no Centro Comunitário

Os (as) adolescentes e jovens que chegam aos serviços socioeducativos são acolhidos prontamente por mediação de um técnico. Esse técnico apresenta a entidade, faz a releitura da medida socioeducativa aplicada pelo juiz, no sentido de esclarecer a forma de cumprimento e as maneiras que poderá ser cumprida na entidade ou fora dela. No caso dele está cumprindo uma medida de Prestação de Serviço à Comunidade.

Na sequência, faz-se um novo encontro, como prazo de pelo menos uma semana, e inicia-se a elaboração do PIA - Plano individual de Atendimento, que consiste em um rol de ações e atividades individuais e coletivas que o adolescente e o responsável precisam construir junto ao seu técnico. Depois dessa construção finalizada, estabelece-se o prazo de um mês para que a proposta seja homologada pelo juiz, Defensoria Pública e Ministério Público.

Os atendimentos individuais e/ou grupais visam promover os encaminhamentos das demandas dos adolescentes e jovens, o levantamento das pontencialidades e interesses, assim como a reflexão sobre a medida judicial aplicada a ser cumprida, enfatizando o compromisso com o bom cumprimento e as metas estabelecidas no PIA.

As atividades grupais abordam temas cotidianos e de interesses coletivos, como escola, esporte, sexualidade, drogadição, violência, DST e AIDS, relacionamento familiar, profissões entre outros. Tem o objetivo de proporcionar reflexões sobre a vida dos adolescentes e jovens e a comunidade, procurando buscar sentidos e significados para as atividades de cultura, comunitárias, esportivas e de lazer.

No PIA, são registradas as metas e objetivos nos quais os adolescentes e os jovens têm que atingir para o futuro encerramento da medida socioeducativa aplicada.

Também dentro deste trabalho, ocorrem as visitas técnicas domiciliares, o acompanhamento junto à escola, UBS, CAPS e outras unidades acolhedoras. Momento este no qual o técnico se aproxima da realidade do adolescente e firma parcerias com as redes de serviço.

Com relação ao sistema de justiça, o que define e aplica as medidas socioeducativas, os relatórios são elaborados a partir de ações e atividades desenhadas por todos aqueles que participaram das ações e atividades, atendimentos, visitas, encaminhamentos, cujos dados e informações colhidos, por meios de instrumentais próprios, para cada um das partes envolvidas. Tais dados são sistematizados e encaminhados periodicamente de acordo com os acordos legais estabelecidos pelo fluxo: dez dias R.I. - Relatório Informativo de Comparecimento; trinta dias o PIA; noventa dias o Relatório de Acompanhamento e, em mais noventa dias, poderá ser solicitado pelo técnico que o acompanha o Relatório de Encerramento da Medida. Ainda assim, os relatórios podem ser solicitados pelo poder judiciário a qualquer tempo.

No caso na medida de Prestação de Serviço à Comunidade, o interesse e aptidão do (a) adolescente e jovem são levados em conta para a escolha dos locais de cumprimento, de preferência próximo a sua residência.

As metas dos atendimentos visam o rompimento do círculo vicioso do ato infracional, redução de índice de reincidência, alteração das relações familiares, exercício do protagonismo juvenil e a consolidação do projeto de vida.

3.6 Dados Empíricos

No decorrer da presente subdivisão, assim como em seus subitens, uma série de características em relação às características sociológicas e de história de vida das adolescentes e jovens entrevistadas são apresentadas.

3.6.1 Perfil das Adolescentes

O interesse aqui é de tratar especificamente sobre os sujeitos da minha pesquisa, debater sobre suas características e compreender o perfil das adolescentes e jovens e, na sequência, elaborar os recortes das suas histórias de vida.

Como elucidado anteriormente, os dados foram coletados em entrevistas com quatro adolescentes e em conversas com a equipe técnica, elaborou-se o diário de campo com a percepção advinda do momento da entrevista, assim como arqueei as informações relativas a uma série de características das entrevistadas: idade, medida, cidade de origem, cor, renda, família, moradia, escolaridade, ato infracional, primeira medida ou reincidência. De maneira mais específica, detive-me em delitos que envolvessem o uso de álcool e outras drogas.

As quatro adolescentes participantes são naturais de São Paulo capital, as idades variam de 15 a 20 anos, as medidas aplicadas a elas são estipuladas diante das sanções planejadas pelo ECA e SINASE. Como já discutido em capítulo anterior, o ECA prevê a aplicação de medida socioeducativa a adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, que cometerem ato infracionais e a execução da medida pode se estender até os 21 anos, quando poderá ocorrer a liberação compulsória. Dessa forma, justifica-se a presença de uma adolescente de 20 anos, como sujeito desta pesquisa. Considerando, o fim da coleta de dados (agosto de 2017).

Quadro 1. Idades, medida aplicada e origem de nascimento declarada durante a entrevista.

Identificação	Idade	Medida aplicada	Cidade de Nascimento
---------------	-------	-----------------	----------------------

Lavanda	17	L.A	São Paulo
Jasmim	15	P.S.C	São Paulo
Margarida	19	P.S.C	São Paulo
Rosa	20	L.A e P.S.C	São Paulo

Fonte: elaboração da autora

Em relação aos dados relativos à medida aplicada, somente para a adolescente Rosa ocorre a medida cumulada, fato que entendemos como “endurecimento” do juiz na hora da aplicação da medida, podendo relacionar-se ao tipo de infração cometida. As medidas de prestação de serviço à comunidade, recebida por duas adolescentes, retratam uma leitura mais branda do poder judiciário frente às infrações cometidas por elas.

3.6.2 Cor

Sobre a categoria cor, trabalharemos com a classificação elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizamos as expressões utilizadas pelas meninas, pensando em observar a autotranscrição. O quadro 2. Identifica as adolescentes e jovens pela sua cor.

Quadro 2. Distribuição segundo a raça declarada durante a entrevista e fenotipicamente.

Identificação	Como se vê	Cor/IBGE
Lavanda	Morena	Parda
Jasmim	Morena	Parda
Margarida	Branquinha	Branca
Rosa	Neguinha	Preta

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas

Dados do Depen/MJ 2018 informam que a população carcerária (pessoas adultas) é composta em sua maioria por pretos ou pardos, assim como o sistema socioeducativos (SINASE, 2006). Esses dados destacam que a população mais vulnerável à criminalização e mais suscetível se repercutem, de algum modo, em

nossa pesquisa.

3.6.3 Renda

A renda mensal está registrada no quadro 3. Diz respeito ao montante percebido individualmente das adolescentes antes de receber as medidas socioeducativas, a maioria não soube dizer valores exatos, em apenas um dos casos o valor montante era estável fruto de trabalho fixo.

Quadro 3 - Declaração de renda da familiar

Identificação	Renda
Lavanda	Não soube
Jasmim	Não soube
Margarida	Um salário mínimo
Rosa	Menos que salário mínimo

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas

No caso de Margarida, sua mãe sempre trabalhou de carteira registrada e sustentou a família, sua filha disse que sempre faz serviços esporádicos, mas com renda inferior a um salário mínimo. Antes da medida, Lavanda era sustentada pela genitora e no momento da pesquisa, estava sem renda alguma, pois tem recebido ajuda de vizinhos do serviço de medida e do CREAS. Jasmim diz que sua mãe tem feito “bicos de faxineira” e que, às vezes, seu “pai manda algum dinheiro”, mas não soube informar o quanto. O sustento de Rosa advém do trabalho próprio, bicos em lanchonetes e alguns trabalhos de ajudante geral realizado pelo companheiro.

3.6.4 Grupo Familiar

As meninas entrevistadas residiam assiduamente com duas pessoas ou mais, todas ligadas por algum grau de parentesco.

Quadro 4 – Identificação por pessoas que convive e grau de parentesco ou afinidades

Identificação	Pessoas residentes	Grau de parentesco
Lavanda	4	Companheiro, filha, irmão
Jasmim	4	Mãe, irmão, irmã
Margarida	3	Companheiro, filha
Rosa	3	Companheiro, filha

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas

Esclarecendo o quadro 4, Margarida declarou residir com o marido, mas, no momento da entrevista, disse que estava brigada com o companheiro e que estava residindo com a genitora e seus dois irmãos. Lavanda vive com irmão e seu companheiro, mas seu pai reside no mesmo “quintal” e, diariamente, frequenta sua casa. No geral, não contamos com a presença de genitores.

3.6.5 Adolescentes com Filhos

Quadro 5 – Número de filhos por adolescentes atendidas

Identificação	Número de filhos
Lavanda	01
Jasmim	00
Margarida	01
Rosa	02

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas

O quadro 5 nos aponta que somente uma das adolescentes não teve filhos, sendo que a maioria delas (três), na faixa etária dos 17 anos, já possuem. Entretanto, merece registro que uma adolescente já era mãe de duas crianças aos 13 e a outra já era mãe aos 14 anos de idade. Isso nos aponta a ausência de orientação sexual para as adolescentes, assim como a falta de planejamento familiar.

3.6.6 Escolaridade

Conforme o ECA, os adolescentes que cumprem MSE, **Ar/t. 119**. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, (...) entre outros: **II** - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula.

Quadro 6 – Distribuição segundo nível de escolaridade

Identificação	Escolaridade
Lavanda	Parou na 7 série
Jasmim	Parou na 5 série
Margarida	Parou na 7 série
Rosa	Parou no 2 serie do E.M

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas

Não destoante das demais pesquisas sobre adolescentes autoras de ato infracional, as meninas em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto possuem uma baixa escolaridade e apresentam distorção quanto à idade-série (ASSIS; CONSTANTINO, 2001; FACHINETTO, 2008; RAMOS, 2007). Todas as cinco apresentam defasagem escolar, não terminado o ensino fundamental. Margarida, na entrevista, menciona o desejo de se formar em medicina veterinária. As outras comentam sobre o desejo de voltar aos estudos.

Os serviços de medida buscam, além de inserir as adolescentes em unidades escolares, cursos profissionalizantes e tentar colocá-las, de alguma forma, no mercado de trabalho.

3.6.7 Ato Infracional

O ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal, já discutida em um dos capítulos dessa dissertação. Mas para identificar o tipo de infração é necessário pesquisar o código penal.

Quadro 7 - Identificação conforme o ato infracional que resultou na medida socioeducativa

Identificação	Ato infracional	Reincidência
Lavanda	Furto	Primária
Jasmim	Furto de celular	Primária
Margarida	Roubo sem arma	Reincidente
Rosa	Assalto à mão armada	Primária

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas

Rosa praticou 157, é o número do artigo no Código Penal que descreve o crime de assalto à mão armada. Por este motivo, o código 157 se transformou numa gíria popular, esse linguajar é utilizado principalmente entre os criminosos para descrever, com discricção, a ação de assaltar alguém. O caso de Jasmim foi na escola na qual furtou o celular de um colega de classe, fato este onde sofreu perseguição de familiares da vítima.

3.6.8 Drogadição

Quadro 8 – Dados sobre o uso de substâncias lícitas ou ilícitas de álcool e outras drogas

Identificação	Drogas lícitas	Drogas ilícitas
Lavanda	Não declarou	Não declarou
Jasmim	Cigarros	Maconha
Margarida	Álcool	Não faz uso
Rosa	Uso esporádicos	Já fez uso esporádicos de maconha

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas

As adolescentes e jovens relatam, em algum momento, já terem feito uso de álcool, a única a afirmar que faz uso com frequência é Margarida. Todas relataram terem feito uso de maconha em alguma vez na vida, mas que já não o fazem mais, o único caso de uso frequente é somente de Jasmim. Nenhuma afirma o contato ou uso com drogas mais pesadas como *crack* e/ou cocaína. Lavanda relata, na entrevista, que sua mãe era usuária de *crack*.

4. ANÁLISE DOS RELATOS: A PROCESSUALIDADE DO SOFRIMENTO *ÉTICO-POLÍTICO* E AS PRINCIPAIS MEDIAÇÕES

Apresentamos, agora, a análise do material recolhido das adolescentes durante as entrevistas realizadas em grupo e as entrevistas com os técnicos, destacando as categorias de sentidos que dele emergiram, relacionadas ao sofrimento *ético-político* e na desigualdade social. Visamos, dessa forma, responder ao objetivo da pesquisa, que é o de analisar a história de vida das adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto.

Esta pesquisa demonstra que, para compreender o sofrimento e as ações das adolescentes, é necessário investigar os afetos e os motivos vividos por elas, temos que inserir estas reflexões nas condições de vida que as levaram a chegar até este lugar que, por si só, já é muito discriminado. Muitas vezes nós, que estamos nos atendimentos e na execução das medidas socioeducativas, ficamos e nos sentimos esvaziados de argumentos e sem respostas para as frequentes indagações de porque e como elas chegaram até lá e de como fortalecê-las para saírem dessa situação. Este é um dos questionamentos constantes nos relatos dos técnicos:

“O serviço de medida sempre faz adaptações para atender as adolescentes, buscando falar de temas que visam os seus interesses e até oficinas são produzidas para melhor atendê-las, contudo se olharmos para a política de atendimento não tem nada voltado para elas” (Técnico, Caio).

“Eu acredito que pelo fato de serem uma minoria, nesta condição, as adolescentes, acabam ficando esquecidas (...). Temos que ver que as meninas também estão em medida socioeducativas e não temos esse olhar cauteloso, atendemos pela massa maior, os meninos” (Técnica, Bela).

“O tratamento é igual ao dos meninos e das meninas e que o tratamento tem que ter um diferencial, acredito que temos que ter mais opções de cursos, mais proposta de encaminhamentos, pois, até nas vagas de empregos enviadas pela SMADS, há somente oportunidades para os meninos não aparecem vagas para elas” (Técnica, Bela).

A igualdade de condições e oportunidades para com todos os adolescentes, meninos, meninas e transgêneros é o desejado, mas, para tanto, é preciso contemplar as especificidades de cada indivíduo da população atendida e ter consciência de suas singularidades e forma como estão inseridas dentro desse sistema.

A pobreza, o descaso público, a vulnerabilidade socioeconômica (pobreza, miséria, fome, moradia, saúde) são condições comuns entre todas elas e, indiscutivelmente, está na origem de suas trajetórias que redundam em algumas das medidas socioeducativas, mas, cada uma tem a sua singularidade. Quando desejamos algo, nos esforçamos por continuar a existência. Apetite e desejo manifestam, pois, o conatus. Constitui, segundo Espinosa: “a própria essência do homem, enquanto esta é concebida como determinada, em virtude de uma dada afecção de si própria a agir de alguma maneira” (E3, *Def.1*)

Este esforço, que consiste em “conservar a proporção interna ao corpo, variando a intensidade dessa proporção conforme nossa vida nos faz seres cada vez mais complexos” (CHAUI, 2011, p. 91) não se reduz a uma noção de sobrevivência do corpo. Pelo contrário, esse esforço é uma busca pela liberdade e felicidade que, para o autor, é tão necessário quanto as necessidades físicas. A busca pela autonomia e pela liberdade se integram como força motora da existência do homem (SAWAIA, 2009).

Entendendo que a determinação social não é absoluta e que as jovens buscam perseverar na existência, nossa pesquisa, ao eleger os sentidos do ato infracional, busca entender, dialeticamente, a relação entre as condições sociais e miseráveis de vida e a singularidade da experiência de cada uma delas. Elas são meninas, mulheres, mães, filhas, namoradas, sonhadora, revoltadas, enfim, em uma perspectiva espinosiana, elas são seres buscando perseverar na existência como fala Espinosa. Pessoas que sofrem e buscam perseverar como gente em condições diversas de vida. Acrescenta-se que também são indivíduos que vivenciam cotidianamente o que Sawaia denomina de sofrimento *ético-político*

O sofrimento *ético-político* é o sofrimento produzido pela exclusão social. Constitui-se pela forma como as pessoas cotidianamente vivenciam a desigualdade e a injustiça social, uma vez que elas estão submetidas a condições indignas de vida como a opressão, a fome, a exploração e a deslegitimação social.

O sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época história, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 2006, p.104,105).

Trata-se, portanto, de um sofrimento que mutila a existência, bloqueando a capacidade humana de expandir a vida, resultado motivado pela incessante exposição às injustiças sociais (SAWAIA, 2003). Dessa forma, para entender o sofrimento e o que levou cada uma delas ao cometimento da prática infracional, é preciso entender, como indica Davis (2013), a interseccionalidade entre diversas questões sociais que se entrelaçam: gênero, idade e classe.

Entendendo como uma das principais características da adolescência, como nos fala Vigotski (1996), a possibilidade de abrir seus horizontes, de expandir suas relações, necessidades e projeto de futuro, o sofrimento *ético-político* incide de forma marcante na retaliação dessas potencialidades, demarcando a costura clara entre os processos subjetivos, o sofrimento produzido pela exclusão e as possibilidades de transformação da realidade.

A análise das falas das adolescentes aponta nuances desse sofrimento que foram categorizados nas seguintes unidades: ausências e violências, educação, família, gravidez, a família do tempo futuro, experiência de ser mulher e adolescente, ato infracional, a vida no cumprimento em meio aberto. A partir da análise das entrevistas com os técnicos, é possível dividi-las em três momentos: as diferenças e convergências, a história contada, a medida socioeducativa.

4.1 Ausências e Violências

A condição social de miséria não é relatada diretamente, elas não falam da fome, da moradia precária, entre outras ausências, pelo menos não a colocam como principal sofrimento. Apenas uma delas reclama das condições de moradia, justamente a única que a pesquisadora conheceu a residência. Acreditamos que esse seja o motivo de seu comentário sobre o local.

A entrevista com Rosa aconteceu em sua residência, fomos até lá porque ela já estava com oito meses de gravidez de seu segundo filho e, portanto, aguardando o momento da maternidade. Sofremos o impacto de ver, concretamente, o que caracteriza a vida daquela jovem. Sua casa possui dois cômodos; um muito pequeno, na parte de baixo do domicílio, e outro ligado por uma escada que dava acesso ao cômodo superior, tudo feito em alvenaria, sem reboco e com piso grosso.

Contou que havia construído o quarto de cima há poucos meses, acrescentando que lá só tinha um armário velho sem portas para colocar as roupas. Esse quarto ainda não estava sendo habitado, pois não conseguia subir as escadas em decorrência da gravidez. No cômodo inferior estava todo o restante dos móveis, um fogão em estado degradante, uma pia, havia uma cama grande de casal no qual todos dormiam, ela, o companheiro e a filha de um ano e seis meses. As péssimas condições estavam tanto nas condições internas quanto nas externas, fomos percorrendo longas vielas estreitas e becos até chegar na região exterior. Nesse local, havia esgoto a céu aberto que era fétido e o mau cheiro era potencializado pelo dia de sol forte deste dia.

O odor estava tão forte que a jovem estava constrangida, como se fosse problema dela aquela situação. Sofrendo, na verdade, por uma falta de um Estado que atue em condições de moradia e saneamento básico.

“Nossa, hoje está muito quente e o cheiro aqui dentro fica assim mesmo, hoje está bem pior que nos outros dias” (Rosa).

O sofrimento que foi mais relatado é o da ausência e da violência centrada na família e na escola. Essa análise nos indica que é identificável nas falas das adolescentes e jovens uma referência às ausências sofridas por elas desde o nascimento.

Rosa destaca que desde os dez anos, na infância, já se encontrava sem seus pais e rapidamente teve que assumir as responsabilidades do domicílio e da família, cuidando de sua irmã mais nova de cinco anos.

“Quando meus pais morreram eu fiquei com minha irmã mais nova, no começo recebíamos ajuda dos vizinhos depois, ficamos só” (Rosa).

Para Lavanda, o sofrimento de ter sido “arrancada” do convívio da mãe muito criança, sem saber quando voltaria a ter contato, denota momentos de confusão e conflitos vividos por ela e seu irmão.

“Eu e o meu irmão fomos sequestrados pelo meu pai, fomos para bem longe, eu tinha de 4 para 5 anos, não me recordo de quanto tempo a minha mãe levou até descobrir onde nós estávamos. Acho que a cidade onde fui encontrada tem o nome de Vista Alegre, interior de São Paulo, quando ela nos encontrou, me trouxe primeiro e depois de um tempo pegou o meu irmão. De lá partimos para morar em Osasco, mas por pouco tempo, retornamos a São Paulo” (Lavanda).

O sofrimento pela ausência da mãe e acompanhado do sofrimento pela violência paterna.

“Meu pai vivia bêbado, bebe muito até hoje, também tem várias crises de bebedeira, chega em casa e começa a ofender a minha mãe falecida e a mim. Ele me diz sempre que pareço com ela e tantas coisas mais. Um dia desses pegou a faca, para tentar me matar, até hoje tenho passado muito sufoco, (...) quando esta bêbado começa ameaçar a gente, xingando no mesmo teto que minha mãe morava, isso já é demais” (Lavanda).

Margarida ressentia-se de não ter tido convívio direto com a sua genitora, que trabalhava muito para garantir o sustento dela e seus irmãos e irmãs.

“Minha mãe nunca foi tão presente, ela trabalhava durante o dia e à noite” (Margarida).

No geral, as quatro adolescentes/jovens relatam, de diferentes formas, que sofreram a solidão na infância, assim como perdas, falta de carinho, do brincar e a obrigação de trabalhar em casa ou fora de casa, realizando atividades dos adultos. Essa é a configuração central do sofrimento *ético-político* na infância, que elas foram

resgatar em suas memórias. Uma infância tão próxima, em certos pontos, em termos cronológicos e subjetivos. Ausências e imposições que deixaram marcas de sofrimento, os quais, por sua vez, tornaram-se a mediação das experiências de vida.

Ao mesmo tempo em que narram os sofrimentos ligados às ausências, cenas de violência aparecem. Lavanda contou-nos sobre uma perda, com os olhos molhados de lágrima, lembrando de sua mãe, e da falta que hoje ela representa em sua vida e de sua filha.

“Agente apronta e as consequências vêm” (Lavanda).

Ademais, Margarida chorava em relação ao rótulo de ladra:

“Briguei esses dias com a prima do meu marido porque ela me chamou de “ladrona”, seu eu pudesse não tinha feito, as pessoas falam que eu roubava, é um olhar muito ruim sobre mim. Fico triste por ser julgada sempre” (Margarida).

Margarida e Lavanda choravam muito quando lembravam das humilhações que sofreram de parentes, amigos e vizinhos, sobre os atos infracionais que cometiam. Trata-se de um choro de desespero, tristeza e de revolta.

“Pode crer! Sendo chamada de “ladrona” por todo mundo. E a humilhação de nossa mãe...pode crer!” (Jasmim, durante entrevista em grupo).

“Quando some algo em casa, já vem um dizer que você pegou, mesmo sem ter sido você. Já tem fama de ladrona tudo fica mais difícil” (Jasmim, grupo).

(...) “quando eu vou na casa da minha avó, mãe da minha mãe, ela faz tantas coisas para mim. Já a mãe do meu pai, só briga comigo. Eu passo em frente à casa dela ela fala “aquela Ladrona”. Não gosto dela”.(Jasmim grupo) Jasmim ‘e a que mais fala sobre relações violentas na família: Meus irmãos nasceram para apanhar, quando eles querem algo são bonzinhos, porém quando não...bato muito neles (...) bato mais na minha irmã mais velha de dezessete anos, acho que era para ela bater em mim, mas é ao contrário (Jasmim).

A potência de conservação é também poder de ser afetado, o que significa que ela, apesar de ser irreprimível, varia de intensidade, a depender das intersubjetividades que me constituem, isto é, das afecções (*affections*) que meu corpo e minha mente sofrem nos bons ou nos maus encontros do passado, do presente e do futuro (SAWAIA, 2009 p. 366).

Neste trecho, Sawaia explica as afecções de Espinosa. Elas aparecem nas falas das adolescentes com ar de muita reprovação, especialmente quando contam dos problemas que, tanto elas quanto as mães, enfrentam em relação à perda de confiança das pessoas mais próximas familiares, amigos e parentes.

4.2 Família

Família é onipresente, é o núcleo da afetividade. É lá que aparecem os sofrimentos, porém, também, as pequenas alegrias. Ela é a esperança de outro futuro, assim como a possibilidade de criar uma nova família, conforme exposto no item seguinte.

As adolescentes apontam, como tema comum, a instabilidade da presença de suas respectivas mães. Essa ausência familiar as remetem ao sofrimento e causam momentos de conflitos e desentendimentos em suas vidas.

Sawaia (2005, p.58), ao refletir sobre o sofrimento *ético-político*, afirma que ele empobrece e afunila o campo de experiências e da memória. Seu exemplo mais emblemático é a manifestação da violência contra familiares, alcoolismo, na intimidade, ou como passividade ou rebelião e criminalidade, na vida pública.

Os afetos dessas adolescentes em relação à família são contraditórios, pois elas sentem mágoas e ressentimentos, por algum momento, em virtude de se sentirem desamparadas. Em outros momentos, elas, de forma geral, valorizam os laços familiares e se culpabilizam pelas rupturas.

A figura materna ora é fonte de conflito, ora se transforma em amor e gratidão, isto é, oscila quando ausente ou presente.

“Fiquei muito triste de ter virado as costas para a minha mãe, nesta briga com meu marido. Era para ficar do lado dela e não com ele. Agora sou ligada mais a ela do que com ele, as coisas estão bem diferentes” (Margarida).

Margarida interpreta, em seus relatos, “o virar as costas” para mãe como uma forma de imaturidade. Em momento de briga entre mãe e marido, ela precisou escolher um lado, e escolheu o marido. Só depois de engravidar e se tornar mãe ela percebe a importância deste sentimento em sua vida, transição que podemos observar nos três momentos abaixo:

“Sempre briguei muito com minha mãe, ela tinha muito ciúmes entre eu e minha irmã, minha irmã e ela” (Margarida).

“Quando engravidei, houve uma briga entre o meu marido e a minha mãe, fiquei sem falar com ela durante a gravidez. Sempre briguei muito com a minha mãe” (Margarida).

“ (...). Quando minha filha nasceu a nossa relação melhorou muito, estamos mais próximas (Margarida).

O companheiro é apresentado como alguém que a quer retirar do crime:

“(…) Conheci meu marido, e ele começou a dizer para eu não cometer mais esses atos, isso não era vida” (Margarida).

Rosa se mostrou bem forte, segura e que entende sobre seus direitos e enfrentamento de suas dificuldades. Rosa conta que está no seu segundo casamento e que o seu primeiro companheiro a agredia:

“Eu apanhava muito, mas batia também, eu não deixava barato, mas não igual a ele não tinha a mesma força, desde que e separou não mais o encontrei, fiz denúncia na delegacia de proteção à mulher” (Rosa).

Neste segundo casamento, porém, ela diz viver bem, ele é muito bonzinho, apesar de que, durante a gravidez, ela diz ter enjoado dele.

Lavanda é a única que relata ter vivido em um ambiente familiar “feliz e saudável”, porém apenas quando sua mãe parou de usar *crack*.

O uso de drogas são fatores presentes na vida das adolescentes e jovens, Lavanda conta sobre o uso de *crack* da sua mãe e do sofrimento de todos de sua família pelo envolvimento.

O caso da mãe de Lavanda, o uso dessa substância a levou a óbito e as consequências foram sentida pela adolescente. Ela conta que tudo mudou, tendo relatado situações de surra e do controle exercido por seu pai, irmão e companheiro sobre seu comportamento. Como seu pai parecia um pouco desacreditado no lugar de “homem da casa”, por conta do alcoolismo, seu irmão e seu companheiro também se fortaleceram no lugar de cuidado e controle sobre a adolescente.

Rosa está no segundo casamento, afirma que agora vive bem. Ele é “bonzinho”, segundo ela, não bate nela como o seu primeiro companheiro:

“Meu marido é assim: lava roupas, limpa a casa, cuida da minha filha, eu nem agradeço. Ele cuida de tudo para mim e eu não agradeço” (Rosa).

As questões de Rosa, em relação à convivência, apresenta desconfortos em relação à forma que trata o marido e como é vista pela sogra, não entrou em profundos detalhes, mas apresenta tristeza do modo como vive como seu atual companheiro e com a mãe dele. Margarida, por sua vez, encontra apoio de seu companheiro para que não viva nas questões de subtrair os pertences alheios, preocupado com sua integridade física e moral.

“Minha sogra não gosta de mim, pois eu levava o filho dela pro mau caminho” (Rosa).

Apesar da dinâmica de violência e ausência enfrentada pelas entrevistadas, percebe-se uma esperança de que tudo vai mudar e, ademais, de que é preciso mudar. Às vezes sentem culpa e se responsabilizam como Lavanda:

“Acho que eu seria mais humilde com a minha família, eu trato eles muito mal, sou agressiva, bruta e muito chata” (Lavanda).

O fato é que vivem uma ambivalência de emoções. A figura materna ora é fonte de conflito, ora se transforma em amor e gratidão, sentimentos que oscilam pela ausência ou presença dos familiares. Passam pelo afeto, mas sempre devem lidar com sentimentos de humilhação e rancor. Lavanda se culpabiliza pelas rupturas com pai, que é, constantemente violento, assim como a maioria dos companheiros e irmão.

4.2.1 A Gravidez é a Família no Tempo Futuro

O nascimento de um filho surge como algo que as impulsionam a constituir, agora sim, uma família. Para tanto, porém, é necessário mudar, sendo a mais fundamental mudança o abandono do roubo.

“Quero estudar e trabalhar quero construir um futuro para a minha filha” (Margarida).

A gravidez aparece em todas as histórias de vida das adolescentes, elas tornam-se mãe no início da adolescência, aos 14 anos em média, e todas relatam ser uma concepção não planejada. Sempre aparece em momentos de dificuldades e que traz muito sofrimento e sentimento de desespero.

“Fiquei na Fundação CASA, por um mês e quinze dias, logo em seguida conheci meu companheiro e engravidei dele. Foi um momento de desespero vivido por nós, eu e minha mãe. Não tinha nada de bom, as coisas em casa não estavam nada bem, ainda mais com uma gravidez. Deus do céu! o que será de mim agora?(...) Meu companheiro nesta hora foi muito bacana, acalmou a minha mãe, dizendo que ficaríamos juntos e que não me abandonaria” (Lavanda).

“Tive minha filha muito jovem, tinha 15 anos. E fui morar com meu marido” (Margarida).

“Sou mãe de duas crianças, nenhuma das duas foi planejada, esses filhos são do segundo relacionamento” (Rosa).

Ter o apoio e o “assumir” do companheiro lhes trazem certo alívio. Elas deixam claro, portanto, que a presença do companheiro é de grande importância para ajuda lá na criação dos filhos.

Ao mesmo tempo em que a gravidez é vivida com medo e insegurança, é também um momento de mudança, de esperança e de sentimento de acolhida

As questões relativas à chegada da filha para Lavanda são bastante contundentes, ela enfatiza a importância da presença desta filha nos momentos de sua vida. Nas palavras dela, a chegada da filha foi uma forma de reparar da perda de sua mãe.

Para Margarida, a filha representa algo que lhe dá força e coragem para transformar a condição de vida, busca na mãe a ajuda necessária e tem sonhos e planos de ter uma vida melhor.

“Ser mãe para mim é uma maravilha, a minha filha está prestes a completar dois anos de idade, o nome dela é Orquídea” (Margarida).

“(…) Quero construir um futuro para a minha filha” (Margarida).

“Quero estudar e trabalhar e ter um futuro para a minha filha. Preciso trabalhar de qualquer jeito, pois, quero dar uma casa para a minha mãe. Estou casada, porém, do amanhã não sei, tenho que pensar um futuro para a minha filha” (Margarida).

“Antes (...) eu tinha dinheiro, fazia os cabelos, as unhas no salão, dava dinheiro para ela, em resposta, eu ouvia da minha mãe que não era para fazer isso, porém eu persistia. Foi então que engravidei e diminuí as idas aos *shoppings* para roubar” (Margarida)

“A própria essência do homem, enquanto está concebida como determinada, em virtude de uma dada afecção qualquer de si própria a agir de alguma maneira”

(E3, *Def.* 1). Um filho é motivo de aproximação com a mãe e de pequenas alegrias, de pensar no futuro e ter sonhos com eles. Sendo, portanto, um motivo para sair dessa vida infracional.

“O fato da minha mãe não estar mais entre nós é complicado (...) quando ela estava viva ela gritava, cantava e ficava com a gente, mas a tristeza da saudade fica sendo superada pela presença da minha filha florzinha, quando estou triste ela solta aquele sorriso, me dá alegria e vontade de lutar pela vida” (Lavanda).

Tanto para Espinosa quanto para Vigotski, os afetos têm função importante no psíquico e estão conectados a todas as outras funções como a memória e a imaginação. Eles constituem o subtexto dos pensamentos e das ações dos homens: “os afetos não são estados psicológicos ou construtos linguísticos, mas condição e fundamento do ser e do existir” (SAWAIA, 2009, p.367). Os afetos são vitais na relação que o homem estabelece com o mundo externo, nas necessidades que se apresentam frente à vivência no social. No caso das meninas, o amor pelos(as) filhos(as) e o acolhimento por parte do companheiro configuram o desejo de mudar:

“Então eu ia aos shopping roubar. Hoje, Graças a Deus, não vou mais, pois, pensei bem: se eu for presa quem é que vai cuidar da minha filha?” (Margarida).

4.3 Educação

Em relação à educação formal, percebemos que apesar da obrigatoriedade imposta pela medida socioeducativa, todas permanecem fora da unidade escolar. Contudo, na conversa com elas, a educação aparece como importante e fundamental para suas vidas. Esse tema é repercutido por elas, de diversas formas, em uma série de momentos de nosso diálogo:

“Quero terminar os meus estudos. Imagina só, falta um para eu completar para ir para a faculdade e eu não termino, quero terminar e fazer faculdade de administração” (Rosa).

“Tenho preguiça de estudar, parei na sexta série” (Jasmim).

“Eu também parei na sexta série, mas quero voltar a estudar nesse ano, opa! Esse mês! Quero estudar e trabalhar (...) quero estudar para ser veterinária, adoro animais (...)” (Margarida).

“Eu voltaria para a escola e pararia de aprontar” (Rosa).

“Quero fazer enfermagem (...)” (Jasmim grupo).

Os empecilhos que as colocaram fora da escola não são narrados, somente Margarida relata ter parado de estudar para ir fazer furtos em *shopping centers*,

“la praticamente todos os dias com falta na escola, a minha mãe começou a desconfiar” (Margarida).

Com relação às falas sobre a escola, é necessário considerar que elas estão em processo socioeducativo, sabem que a volta aos estudos é meta para receber extinção da medida. Como detalhei claramente na metodologia, fui coordenadora, tais fatos podem levá-las a enfatizar a intenção de voltar a estudar. Porém, o sonho de entrar em uma universidade está presente na vida dessas adolescentes, em realizar cursos superiores na qual poderão trazer a esperança de rompimento desse ciclo, não apenas uma fala moldada pela instituição.

Entretanto, pode-se indagar: se elas querem, por que não se esforçam para tanto? Parece que conhecem o certo, mas optam pelo errado. Escolher o pior não é dilema só delas, é um problema de todos nós. Essa questão já incomodava Espinosa no século XVII. Elas sabem da importância da escola, querem cursar, mas diferentes forças as afastam, forças que elas parecem não entender, elevando o tom da autocrítica e da própria responsabilização: “tenho preguiça” “parei, mas quero voltar”. Aqui, aparece uma questão para as medidas socioeducativa: criar as possibilidades para elas realmente terem meios para considerar as questões dos estudos.

Um afeto não pode ser refreado ou anulado senão por um afeto contrário e mais forte do que o afeto a ser refreado (E IV, 7);

O desejo que surge da alegria é, em igualdade de circunstâncias, mais forte que o desejo que surge da tristeza (E IV, 18).

Considerando que uma paixão triste só poderá ser combatida por outra paixão mais forte e contrária, as paixões alegres são mais fortes que as paixões tristes, elas não são equivalentes. Por exemplo, a admiração pode combater o desprezo, e a esperança pode combater o medo. Neste caso, as adolescentes anulam seu desejo de estudar, sendo mais forte do que seu desejo de continuar e concluir os estudos, uma vez que a paixão mais forte não se faz constantemente presente como possibilidade de mudança.

4.4 A Experiência de Ser Mulher e Adolescente

A figura catalisadora dos afetos é a mãe e o filho(a). Por outro lado, o pai é ausente ou ligado à violência e ao alcoolismo. As rupturas com pai e companheiros e a busca de uma companhia que cuida e acolha suas demandas afetivas são outro padrão presente nos relatos.

Lavanda relata que as surras eram constantes de todos os homens que ela convivia. Não é objetivo analisar a questão de gênero, mas é impossível não constatar a presença desse tópico, portanto, seria uma falha da pesquisa não destacar esta questão. O sofrimento delas é maior pelo fato de serem mulher. Os “homens da casa” começaram a agir como se tivessem total domínio da vida de Lavanda, pois a agrediram de diversas formas¹⁷.

As histórias de vida delas mostram, de diversas formas, meios de viver e conviver com a violência, física, psicológica e policial.

Rosa, mãe do segundo filho, cuidou desde muito nova de sua irmã mais caçula, pois as mortes dos pais deixaram-lhe esta herança. Ademais, já teve um primeiro

¹⁷ Helieth Saffioti (2004) afirma que o exercício do poder nas relações de gênero patriarcais, especialmente no meio familiar, é atribuído aos homens. Ela destaca que o homem não precisa sequer estar presente ou promover, ele mesmo, ações que garantam sua vontade. A função do patriarca é transmitida e exercida também pelas mulheres, que poderão desempenhar o papel de vigilantes e de mantenedoras da ordem, garantindo a reprodução do poder do homem.

casamento, que se lembra com bastante tristeza pelas violências sofridas pelas mãos do companheiro. Teve que buscar ajuda e proteção policial, pois sofria todos os tipos de lesão corporal e, mesmo revidando, se achava mais fraca fisicamente. Revidava, mas não o suficiente para ficar muito machucada. Não tem mais contato com este primeiro companheiro. Convive com este segundo companheiro há mais de três anos, ele é pai de seus dois filhos. Ela sempre o incentivou a roubar junto com ela e, com isto, ela não é muito bem vista pela sogra, porque ela sempre foi vista por ela como má companhia para seu filho. Disse que com ele fazia várias “*fitas*”¹⁸, mas segue sempre idealizado, de certa forma, por ela “ele sempre é muito molão”.

Algumas falas demonstram que conviver com violência resulta em uma naturalização da conduta, pois aparecem, em algumas falas, expressões como “engraçado” e “merecido”.

“Dou muita risada quando as mulheres que vivem lá na minha rua apanham do marido, e ainda porque merecem. Eu conheço várias garotas que apanha muito na cara, e que isso é para elas aprender” (Jasmim grupo).

“Vejo que antes da minha mãe se separar do meu pai, a vida dela era muito ruim, toda hora meu pai batia nela...agora ele quer voltar e fica dando de bonzinho eu digo para ela não vai não porque ele está assim só agora” (Jasmim grupo).

Neste diálogo, Jasmim, que parecia se divertir ao ver as vizinhas apanhando, e culpabilizá-las, como se elas merecessem, quando se lembra da mãe e do convívio com pai violento, faz a crítica dessa atitude. Inclusive, aconselha a sua mãe a não reatar com o pai para escapar da violência. A violência sofrida pela mãe “era muito ruim” e não pode ser aceita, indicando, assim, o duplo sentido da palavra violência, o pessoal e o social. Essa diferença foi muito bem demarcada por Vigotski, quando ele distingue sentido de significado. Cabe aqui apontar que a adolescente, no seu pensamento abstrato, a memória não é somente memória do que ocorreu, ela obteve também a capacidade de imaginação e de apropriação da vida do outro, além da sua.

¹⁸ **Fita** é uma gíria usada bastante em São Paulo pra designar qualquer coisa. **Fita** substitui em várias ocasiões a palavra: "coisa". - Mano, tenho várias **fitas** pra fazer hoje.

4.5 Violência Social: da Polícia, da Segurança Particular e da População

A violência policial é outra dimensão fundamental do sofrimento *ético-político*. Esse tipo de ação policial aparece constantemente nos relatos delas e são de diversos tipos, desde extorsão humilhação e até violência física. Diferente da violência no seio da família, elas não sentem como natural e estão sempre preocupadas com ela, com muito medo, inclusive de morrer por causa dela:

“Tive várias entradas na polícia (...) os policiais foram me buscar em casa e eu estava com a minha filha no colo (...) já sofri tanto, apanhei de polícia. Desta vez que me buscaram eu estava com a minha filha, foi pura sorte porque a minha irmã estava lá em casa. Ia ser presa com a minha filha acho que ia demorar mais se fôssemos presa as duas” (Rosa).

“A pior coisa é você ir no camburão da polícia (...), o policial perguntou se ele queria que eu liberasse, eu disse que sim, então propôs para eu arrumasse, cinco mil reais pra cada um...eu disse não tenho esse dinheiro todo não sinhô, cinco mil para cada” (Jasmim, grupo).

Os diversos tipos de “acertos” são exigidos no dia a dia pelos policiais em troca de sua liberdade. No caso desses dois policiais, solicitaram um valor absurdo em troca da liberdade da adolescente.

“Apanhei muito na delegacia, meu marido não, mais eu... nossa demais! Eu tinha um celular entre meus seios, escondido, coloquei para gravar os policiais me batendo, pediram para que eu fizesse “chupeta”¹⁹ aí me liberavam” (Rosa).

Neste caso, Rosa conseguiu fazer a denúncia, pois, segundo ela, tinha um celular com o modo gravar ligado em seus seios. Esse artifício fez com que ela entregasse a gravação para o juiz no momento da audiência. Segundo a jovem, isso fez com que o juiz acatasse sua denúncia e os policiais sofressem um processo.

¹⁹ Sexo oral da mulher no homem: “boquete”.

“Já apanhei na barriga. Quando eu falava que estava grávida era pior, eles batiam exatamente na barriga” (Margarida).

“Certa vez uns seguranças me bateram, mas não chamaram a polícia, essas atitudes aconteciam frequentemente” (Margarida).

“Um dia, no shopping Praça da Moça, apanhei de um policial do “choque”, eu já estava saindo de uma loja quando os seguranças me viram. Soltei a sacola no chão e saí correndo, eles me seguiram. Um homem me parou dizendo que era policial, então eu parei, com medo de levar um tiro” (Margarida).

“Eu estava na rua e os policiais jogaram a viatura em cima de mim...cheguei em casa dizendo: Mãe não posso sair na rua porque a polícia quer me matar” (Jasmim grupo).

“Eu e meu companheiro fizemos várias “fitas” juntas com ele, fomos “pegos” e fomos “linchados” pelos populares. Neste dia sofri muito e ainda na delegacia sofri “assédio” pelos policiais eles queria que fizesse “chupeta” para me deixar sair” (Rosa)

A violência policial e da segurança particular foi citada por todas as adolescentes e jovens, percebemos que essa é, portanto, uma ação comum. Todas elas possuem uma ou mais histórias relativas a esses episódios. Observa-se que é algo constante e frequente na vida dessas adolescentes. A forma de reagir a essa violência é diferente da familiar. Elas não aceitam essa violência como natural, como fatalismo. Elas se revoltam e tem muito medo, mas a aceitam de forma velada como decorrência do ato que cometem, considerado como criminoso, e buscam formas de evitá-la.

“Não aparecia nenhuma “passagem” eu era muito esperta, corria e saia na mão com os seguranças. Minha amiga e eu partíamos para cima “deles” (...)Eu não era tão conhecida, as minhas amigas entravam nos lugares e eles já sabiam quem eram elas. Às vezes eu saia “na cara do segurança” eles nem percebiam, nem me notavam, por isso eu não era muito pega. Não eram os mesmos seguranças, já era combinado, uma de nós conversavam com um deles e a outra saia com as coisas era assim. Tínhamos os esquemas de como fazer” (Margarida).

Vimos que a literatura não aborda esse tipo de ocorrência com as adolescentes/jovens, somente aparecendo nos estudos sobre os adolescentes os meninos.

O abuso e o pedido de algum benefício em troca da liberdade são constantes em todos os excessos praticados pelos policiais. Sendo assim, os policiais fazem uso de uma “mercadoria política” (MISSE, 2006), quando recebem dinheiro ilegalmente de traficantes e assaltantes. Segundo Misse (2006), a corrupção policial é uma “mercadoria política” na qual existe uma apropriação privada de um poder concedido pelo Estado ao policial. Trata-se de um mercado informal e ilegal

cuja troca combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor de troca (MISSE, 2006, p.207).

A corrupção policial é apenas uma dessas “mercadorias políticas”, que incluem outras atividades como a chantagem em troca da liberdade.

Estamos diante de uma denúncia que exige a responsabilização dos que violam os direitos da criança e do adolescente. A impunidade dos infratores aumenta a revolta e o ódio das meninas, indo de encontro aos objetivos das medidas socioeducativas e reforça o sentimento de abandono e da falta de reconhecimento de si como sujeito de direito.

4.6 O Ato Infracional

A escolha deste nome, como unidade de sentidos, pode parecer um posicionamento favorável à judicialização e um reforço aos estigmas de que essas meninas são vítimas. A intenção é justamente o contrário, a dissertação não visa entrar no mérito do julgamento ou justificar os atos considerados infracionais, mas lembrar de que elas são pessoas (crianças e adolescentes) lutando para perseverar na existência “cada força esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser” (E3 Def. 6). O nosso maior desejo é perseverar na existência, é esse desejo que motiva as nossas ações. Espinosa afirma que o homem é um grau de potência, uma força interior para se conservar, perseverar na própria existência, um esforço de resistência, que Espinosa chama de conatus e, também, de apetite e de desejo (cupiditas), quando o apetite é consciente. “O desejo é a própria essência do homem,

é a força que nos leva ao encontro com algo que sentimos que compõe com a potência de nosso corpo e alma para se conservar” (E3, Def.9) assim, compreender esse ato na sua totalidade. Elas foram julgadas e estão cumprido a sentença que as encaminhou à instituição em análise.

Do ponto de vista da psicologia social crítica, interessa-nos situar este ato na história do sofrimento dessas jovens, analisar possíveis motivações e efeitos, uma vez que o objetivo é fornecer elementos para o aperfeiçoamento das medidas socioeducativas orientadas pela preocupação com a justiça, combate à violência e estimular a potência de vida dessas adolescentes e jovens.

“Eu saí para roubar quando tinha 13 anos, junto com a minha prima e uma amiga da rua, nós não tínhamos nenhuma arma, não sabíamos ao certo o que fazer” (Lavanda).

“Quando fui presa, passou um filme na minha cabeça, pensava no que havia causado para toda a família, inclusive à minha mãe, que estava trabalhando e não sabia de nada. Entrando na delegacia, minha mãe foi informada e rapidamente chegou até lá. (Lavanda).

“(...) eu frequentava os shoppings para roubar, direto com as minhas amigas, agora não vou mais. Estou de dois a três anos sem frequentar os shopping. ...“De dois a três anos, mas nossa! Eu ia em todos os shoppings de São Paulo, dentre eles: Suzano, da praia (litoral), Tatuapé e outros mais.(...)” (Margarida).

Margarida relata os furtos de pequenas coisas, geralmente objetos de desejo sazonais, a depender das festas comemorativas: ovos de páscoa, brinquedos para a irmã. Sem uso de arma de fogo, ela corria pelos corredores dos *shoppings* ora conseguia levar o produto dos furtos, ora era pega pelos seguranças.

Outros relatos também foram feitos de outra maneira, como os expressos por Rosa, que já planejava e levava seu companheiro para executar assaltos junto com ela, uma forma mais elaborada e planejada de ação praticada por ela, até com uso de arma de fogo.

“Nós fazíamos vários assaltos na região em onde morávamos e também outros bairros próximos... Eu era a idealizadora dos assaltos ele era sempre muito “molão”. “Sempre

eu organizava os esquemas” (Rosa).

“Fazíamos várias “fitas” junto com ele, foram pegos no mesmo ato infracional e então fomos “linchados” pelos populares neste dia pensei que iria morrer” (Rosa).

Jasmim diz ter subtraído um celular de uma colega de sala de aula e que isso gerou diversos conflitos nos quais sofreu ameaça de morte pela família da colega de classe.

Lavanda saiu com uma prima no intuito de “roubar” qualquer coisa e quando já estava desistindo, encontrou dois garotos da rua onde morava que saíram de casa com a mesma intenção.

Eu sempre saía com as meninas que residem no bairro onde moro” (Margarida).

“Eu não era tão conhecida, as minhas amigas entravam nos lugares e eles já sabiam quem eram elas. Às vezes eu saía “na cara do segurança” eles nem percebiam, nem me notavam, por isso eu não era muito pega. Não eram os mesmos seguranças, já era combinado, uma de nós conversavam com um deles e a outra saía com as coisas era assim. Tínhamos os esquemas de como fazer” (Margarida).

Dessa forma, podem facilmente, enredarem-se em uma cadeia de paixões de padecimento e servidão (SAWAIA, 2004, p.38).

Na ilusão de defenderem a liberdade e de satisfazerem suas necessidades, Margarida deixa clara a vinculação do ato infracional com os interesses do ter.

“Eu e as meninas ficávamos ansiosas para irmos no shopping roubar, na época de Páscoa, já sabíamos que teríamos ovos de páscoa e um monte de chocolates. Em época de brinquedos a minha irmã queria os da TV, eu fazia isso para ajudar a minha mãe que não tinha condições de nos dar roupas e as coisas para nós, então eu ia. (Margarida) Eu e as meninas ficávamos ansiosas para irmos, era época de Páscoa, já sabíamos que teríamos muitos ovos de páscoa e um monte de chocolates. Em épocas de brinquedos a minha irmã queria os da TV, eu fazia isso para ajudar a minha mãe que não tinha condições de nos dar roupas e as coisas para nós, então eu ia. Hoje, graças a Deus, não vou mais, pois, pensei bem: se eu for presa quem é que vai cuidar da minha filha?” (Margarida).

Bertini (2015), a partir da interpretação feita por Sawaia (1987), afirma que se pode denominar essa inclusão como perversa,

que provém de ideias imaginativas, feitas pelo próprio sistema nos indivíduos. Eles passam a perceber que as apropriações materiais ou simbólicas os levam a fazer parte do todo, finalmente correspondendo adequadamente ao que a sociedade cria a cada instante. Esse sistema inclui para excluir, ou seja, para manter os homens na dependência de um estado de coisas que não diz respeito a sua própria liberdade e potência, e são levados a nunca alcançarem a satisfação mercadológica, pois o mercado protela a noção de perfeição amanhã sempre terá outro produto mais moderno sendo criado para ser consumido (BERTINI, 2015, s/p).

Entretanto, como elas questionaram: como é possível comprar pelos meios legalmente previstos pela sociedade o brinquedo para a irmã, como ter ovo de páscoa? A adolescente se sentia aprisionada ao apelo dos comerciais e o desejo de possuir, também entra em contradição quando diz que quase não era pega e, ao mesmo tempo, todas elas relatam, ao longo das entrevistas, tantas histórias de violência.

“Fui “pega” no shopping Aricanduva (...). Havia um segurança no caminho, ele me parou de imediato chamou um policial, ele fez inúmeras perguntas, como: Cadê o seu pai? Eu respondi que meu pai era um policial que havia falecido, então ele falou um monte uma série de lição de moral, questionou se o meu pai ficaria feliz em saber que a filha dele fazia isso. Nossa! Eu comecei a ficar muito nervosa. Ele me levou para a delegacia e minha mãe logo foi me buscar. Neste mesmo dia apanhei muito da minha mãe, além de ouvir muito ela ainda me colocou de castigo” (Margarida).

“Eu e meu companheiro fizemos várias “fitas” juntas com ele, fomos “pegos” e fomos “linchados” pelos populares. Neste dia sofri muito e ainda na delegacia sofri “assédio” pelos policiais eles queria que fizesse “chupeta” para me deixar sair” (Rosa).

Elas sabem que seus atos afetam muitas pessoas e, até mesmo, elas próprias. Que chegam a colocar em situações de risco, possibilidade de morte, humilhação, assédio, medos e sofrimento.

Elas têm, entretanto, a ilusão de que participar dessas “fitas” é uma forma rápida de ganhar dinheiro. Não é fácil, porém, pois correm o risco de gerar sofrimento na mãe, de morrer e apanhar da polícia. Mesmo assim, elas insistem, pois pensam

que estão resolvendo seus problemas e que, com isso, solucionarão seus desejos. Todavia, elas seguem “no reino da servidão”, como diria Espinosa (Et, IV).

Chamo de servidão a impotência humana para regular e refrear os afetos não está sob seu próprio comando. Mas sob o do acaso, a cujo poder está a tal ponto sujeitado que é, muitas vezes forçado, ainda que perceba o que é melhor para si, a fazer, entretanto, o pior (Part. IV, n.p; prefácio).

Portanto, muitas vezes elas podem saber o que é melhor para elas e o aprovar, porém seguem a fazer o que é pior para elas. Ainda assim, há possibilidades de mudança.

“Vejo um carro de polícia, hoje continuo andando. Antes parecia que eles estavam me seguindo, por todos os lados. Hoje ando e não tenho mais medo deles” (Rosa).

Espinosa compreende afeto como:

As afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções (...) Assim, quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, por afeto compreendo, então, uma ação; em caso contrário, uma paixão (Et, III, 3 def.).

Contudo, podemos nos iludir e ter ideias inadequadas sobre o que é um bom encontro, potencializador de alegria e acabamos lutando pela nossa servidão como se lutássemos pela nossa liberdade (SAWAIA, 2009)²⁰. Nesse caso, somos afetados por paixões. Portanto, quanto mais ideias inadequadas a mente tem, maior número de paixões a que ela é submetida.

Essas jovens e adolescentes, que estavam sem alternativas e perspectivas de empregos estáveis com relativamente boa remuneração, encontravam-se em um cenário que as influenciavam a buscar alternativas, sofrendo em casa com todos os tipos de privação e violência. Destaca-se, ademais, como a gravidez resulta em mudanças nesse cotidiano, embora não resolva completamente as questões de privação e violência pelas quais elas passam.

²⁰ indico este texto onde a autora traduz de forma simples a teoria dos afetos de Espinosa e a ideia de que perseverar na própria existência é mais do que se conservar vivo, como deixa claro Espinosa. Trata-se da expansão do corpo e da mente por busca de liberdade e da felicidade que são necessidades tão fundamentais a existência humana como são os alimentos os abrigos e a reprodução biológica. Daí sua conclusão de que a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do homem no seu processo de conservar se, o que pressupõe passar da condição de escravo ao modo livre, da heteronomia à autonomia.

“Jamais teria aprontado. Para quê? Não tenho nada dessa época, isso não leva a nada, eu trabalho, meu marido trabalha (...), nosso dinheiro rende mais agora...Já passei tanta humilhação” (Rosa).

“Parei de estudar por causa das idas aos *shoppings*, ia praticamente todos os dias. Com as faltas à escola, a minha mãe começou a desconfiar. Eu tinha dinheiro, fazia os cabelos e as unhas no salão, dava dinheiro para ela. Em resposta, eu ouvia de minha mãe que não era para eu fazer isso, porém, eu persistia. Foi então que engravidei, ocorrido isso, diminuí as idas” (Margarida).

“Acho que a minha filha me deu força para continuar a não roubar mais. Senão acho que ia entrar para esta vida errada de novo. Eu espero voltar a estudar, trabalhar e viver a minha vida, tirando as coisas ruins de perto de mim. Levar uma vida a diante para poder trabalhar. Pelo que passei não quero que minha filha passe” (Lavanda).

Silva (2014, p. 107), em sua pesquisa com adolescentes autores de ato infracional, constata que o desejo ou a intenção ou, pelo menos, a verbalização da intenção de “saída do mundo do crime”, no caso deles tráfico de drogas, aparece vinculada ao atravessamento de novos afetos associados ao amor. Sempre quando a rotina é quebrada pelo surgimento de um ser (filho, sobrinho).

O desejo de mudança está ligado a afeto da ordem do carinho, responsabilidade e amor. Quando relatam os motivos que os levam a refletir e sair da criminalidade, são unânimes em afirmar o caráter afetivo dessa escolha, seja para evitar o sofrimento da mãe, pelo nascimento da sobrinha ou dos próprios filhos (SILVA, 2014, p.107).

O nascimento de uma criança, pela qual nutrem afeto e se sentem responsáveis, amplia a capacidade de existir das adolescentes e lhes traz a responsabilidade e a esperança de criar uma família, como ressaltam Lavanda e Margarida. Os afetos pelos filhos se mostram mais poderosos do que o de possuir materiais e de consumo fácil.

Ressalta-se, todavia, que a mudança não se dá por um passe de mágica, é preciso oferecer condição para a transformação e, para que a mudança de sentimento se concretize em ação, condições relacionais, institucionais e econômicas, o que nem sempre surge no momento em que elas engravidam.

4.7 A vida no Cumprimento em Meio Aberto

Essa unidade da dissertação está diretamente relacionada à execução da medida socioeducativa, aos sentimentos, às ações e ao entendimento panorâmico de todo esse cenário que as envolve. É importante repetir o alerta já feito anteriormente, sobre elas falarem o que é esperado por quem está no serviço. Esta preocupação esteve presente em toda a análise, Vigotski nos ofereceu o norte da análise, isto é, buscar o subtexto da fala e das ações. Segundo essa perspectiva, no subtexto da fala e das ações se encontram a motivação, a base afetivo-volitiva das pessoas. . Essas adolescentes, com poucos recursos, necessitam dar respostas imediatas e/ou em um período curto determinado para suprir as suas demandas.

As avaliações das medidas socioeducativas variam. A maioria critica, de forma geral, com as expressões, “foi chato”, porém, algumas avaliam positivamente. Ressaltam a dificuldade de falar sobre a medida socioeducativa, sendo um tema de menor desenvoltura em suas falas. Vejamos o que elas narram:

“Eu não gosto desse negócio de medida, isso é muito chato, ficar lá no posto de saúde fazendo as coisas” (Jasmim).

“A medida foi um pouco chata e um pouco bom, eu precisava fazer algumas coisas, passei muito mal na gravidez, foi de risco, sentia muita falta de ar e não dormia direito à noite. No outro dia tinha que vir para o atendimento” (Margarida).

“No início senti que era muito ruim pra mim, tinha que ir todas as semanas lá, na verdade fui me acostumando, achando que cada dia ficava melhor pra mim. Tinha que refletir sobre o que eu fazia, que não era certo né? Fui vendo as melhorias que surtiam para mim” (Rosa).

“A medida para mim foi boa me ajudou em muitas coisas” (Lavanda).

Elas também comentam sobre as diferentes atividades desenvolvidas, assim como o impacto que cada uma das atividades e locais tiveram sobre elas:

“(…) Fui para a audiência, duas vezes. Já cumpri duas vezes a Medida. Nunca fiquei presa. Deixei de cumprir a Medida então o juiz mandou me chamar. Vinha uma vez aqui e depois sumia, era este o ciclo” (Margarida).

“Fui pega duas vezes, uma delas deram extinção e na outra peguei P.S.C. Mas não gosto tenho que ficar lá na UBS, fazendo as coisas²¹” (Jasmim).

“(…) eu fiz PSC, mas foi bom, ficava numa salinha ligando pra os pacientes e marcando consultas. Era de boa! Ninguém sabia (…)” (Jasmim grupo).

Rosa relata a ambivalência emocional frente ao o encerramento da medida, De um lado se mostra bastante grata com o desenvolvimento que ela teve neste percurso e reconhece a efetividade na sua vida e que a sentira falta dos encontros do vínculo com a técnica que a acompanhava.

“A medida me ajudou muito, a minha técnica conversava muito comigo. E não era a ponto de me julgar, conversando com ela eu me sentia mal, refletia o que fiz, mas não a ponto de me ofender” (Rosa).

“Cumprimos aqui no Centro Comunitário, a minha medida acabou mais rápido por que eu estava trabalhando com registro enquanto Jacinto ainda está cumprindo” (Rosa).

²¹ geralmente os serviços de medida tem contatos com serviços de saúde próximo as residências das adolescentes e com isso elas executam serviços de adm. Geralmente eles dão como serviços a serem executados carimbar os receituários, se percebem um desenvolvimento maior do (a) adolescente eles até colocam para fazer ligações para informar aos pacientes dia e horário de consultas)

“Eu fiquei feliz e triste ao mesmo tempo em saber do meu encerramento, questioneei a minha técnica se agora que terminou iria me abandonar. E ela disse “claro que não”, porque vou sentir falta dos conselhos dela. Apesar que meu companheiro vai continuar aqui, vou ganhar bebê e às vezes vim com ele. Vai ser legal também” (Rosa).

A Prestação de Serviço à Comunidade é vista, de um lado, como algo positivo e, por outro lado, denota-se a dificuldade de se estar em um local de convivência de sua vizinhança e preocupações de encontrar alguma pessoa lá e passar por alguma situação de constrangimento e ou vergonhosa.

A fala de Rosa sintetiza o que caracteriza a medida socioeducativa deveria ser, como bom encontro: é o estabelecimento de uma relação, ser reconhecida com gente e ser olhada sem acusação e crítica. Reafirma, assim, o que já foi ressaltado nas unidades anteriores: a importância de acolhimento, do bom encontro, do sentir-se reconhecida e de fazer algo interessante e valorizado.

4.8 A fala dos Técnicos: Bela, Caio e Ana

Reconhecendo a relevância e a importância na relação da adolescência e conflitualidade, quando da discussão sobre ato infracionais, assunto bastante delicado, inclusive com aqueles responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto no município de São Paulo (COSTA, 2016, p.164).

Os técnicos que foram entrevistados disseram ter atendido em algum momento meninas, mas reconhecem que são poucas que aparecem no serviço para atender, em relação ao número de meninos.

“Eu já atendi muitas meninas, percebo que agora tem aumentado o número de adolescentes atendidas” (Ana).

Em pesquisa realizada em 2006, indicava-se que a participação das adolescentes no crime era de 13,6% do total dos adolescentes autores de ato infracional, sendo que na população feminina da cidade é de 50,6%. É um índice que se mantém ao longo do período e é uma tendência mundial. Ainda assim, existem notícias da imprensa sobre a entrada das adolescentes em ações criminosas consideradas publicamente mais grave, como no estado do Rio de Janeiro, já que mulheres começam a chefiar o tráfico de drogas em algumas regiões (TRASSI, 2006, p.151).

Ana trabalha no serviço de medida há mais de doze anos e percebe um crescimento do número de adolescente que estão chegando para o atendimento. Entre os outros técnicos entrevistados, Bela tem cinco anos no atendimento e Caio está há três anos. Os três afirmam haver diferenças entre atender meninos e meninas e que as meninas são mais fechadas, insensíveis e agressivas.

Bela e Caio afirmam que preferem trabalhar com os meninos e Ana, ao contrário, identifica se muito mais na lida com as adolescentes.

“Eu acho que dá um certo “confronto” no atendimento as adolescentes, os meninos aceitam mais facilmente as orientações” (Bela).

“Eu acho que os meninos tem mais orgulho em fazer parte do “mundo do crime”, já as meninas ficam mais envergonhadas, sobretudo quando passam pela internação” (Caio).

“Me identifico muito no atendimento às meninas e acho que as meninas se identificam mais quando são atendidas por técnicas mulheres” (Ana).

Sobre os atendimentos às adolescentes, os técnicos destacam histórias de vida de algumas adolescentes que atenderam. Alguns relatam as fragilidades e as diferentes necessidades que aparecem em suas histórias de vida.

“Eu destaco a história de Gardênia, que era uma adolescente muito insensível, nem um pouco sensível, isso ela não era mesmo! Chegar a chorar, não tinha isso não” (Bela).

A técnica afirma buscar alguma sensibilidade na adolescente e que não encontrava e que alguns meninos atendidos por ela eram mais sensíveis. Eles são mais de contar as coisas nos atendimentos do que as meninas, de acordo com ela. Relatou também que já chegou a ouvir gritos de Gardênia e que fora questionada por colegas de trabalho sobre o tratamento da adolescente a ela. Caio também reforça algumas de suas dificuldades com uma das adolescentes, enquanto Ana reafirma e explica mais profundamente sua maior facilidade no contato com as adolescentes “meninas”:

“Eu disse aos meus colegas de trabalho, que ela respondia assim, por que ela não podia dar aquilo que nunca havia recebido da vida, como carinho da forma que viveu não poderia exigir isso dela” (Bela).

“Eu tive uma adolescente que achei bem difícil estabelecer vínculo, ela demorou muito para contar sobre o seu ato infracional e sobre a sua vida” (Caio).

“Eu me identifico bastante com o atendimento das meninas, eu acredito que existe maior identificação das meninas com as técnicas, do que com os técnicos, acho que é semelhante como mãe e filha, pois elas choram, desabafam e sabem ouvir” (Ana).

Os técnicos apontam diferenças nos atendimentos de cada uma das adolescentes, quanto à questão de busca de sensibilidade, de estabelecimento de vínculos e das dificuldades dos atendimentos relacionados a elas. Quanto às histórias de vida das adolescentes, os técnicos apontam situações que marcaram nas suas trajetórias de atendimento às adolescentes.

“Quando atendia Gardênia, ela tinha um filho e ao longo do atendimento ela engravidou novamente e a responsabilidade era toda dela, vinha para o atendimento, com o filho no colo, a barriga estava enorme, precisou ir a uma audiência e aconteceu da mesma forma. Sendo assim, o cuidado recebido era nosso aqui do serviço, acredito

que não há preocupações ou cuidados para com esses casos vindo do poder público” (Bela).

“Sobre Violeta, ela comete ato infracional desde os 12 anos, ela rouba para o seu próprio consumo, são lojas de roupas no *shopping* e do bairro, cosméticos, xampu para os cabelos, maquiagens, ela faz pequenos furtos e ela faz parte de um grupo de meninas da região e que algumas já passaram por medida socioeducativas, em outra ONG da região, esse grupo chama se “Ajax”, refere se a um time de futebol da região e ao produto de limpeza, sendo assim “elas fazem a limpa”, nas lojas e lugares por onde passam” (Caio).

“Eu atendi uma adolescente, que foi abusada sexualmente pelo pai, e em seguida descobriu que esse abusador não era pai e sim padrasto, a mãe a expulsou de casa alegando que ambos deveriam morar juntos, não vendo outra saída a jovem foi trabalhar em um prostíbulo, lá ela dizia que se sentia valorizada, havia uma visão ilusória do amor, em relação ao trabalho, em meio a esta etapa a adolescente contraiu uma DST. Ela encontrou depois um rapaz que assumiu o relacionamento ela era consumidora de cocaína, ela dizia fazer uso para atender os clientes. Posteriormente ela saiu de lá, no entanto, sentia falta do trabalho, pois lá se sentia amada e desejada” (Ana).

Em relação às trajetórias de vida apontadas pelos técnicos, aparecem diversas questões relacionadas às vidas das adolescentes que, possivelmente, podemos traçar um paralelo com as adolescentes das entrevistas. Aparecem, fortemente, as questões familiares, as questões do roubo para obter mercadorias, gravidez, o cuidado de seus filhos sem amplo apoio e a violência familiar. Dois fatos novos, entretanto, são a prostituição e a ausência de relatos de violência policial, enfim, trata-se de um ciclo de histórias que se configuram em outras meninas autoras de ato infracionais com nuances de especificidades.

4.8.1 A Medida Socioeducativa

Os técnicos consideram, no geral, que a medida socioeducativa contribui muito, mas gostariam que houvesse mais cursos para encaminhar as adolescentes.

“O tratamento deve ser igual ao dos adolescentes, mas tem que ter um diferencial, deve existir mais cursos destinados a elas, que a maioria dos cursos e vagas de emprego que aparecem que são direcionadas da própria secretaria de assistência social, há somente oportunidade para os adolescentes” (Bela).

“A medida socioeducativa contribui para o crescimento e a visão global das adolescentes a descoberta de novos caminhos que elas não imaginavam que existe” (Caio).

“Eu acho que a medida é positiva, mas acredito que muitas delas não deveriam chegar até aqui, para mudar sua vida, já que chegam até aqui acho que temos a obrigação de tentar ampliar os horizontes delas, pois a vida é muito maior do que são apresentadas para elas” (Ana).

Em São Paulo, chama atenção pela ausência de programas educacionais, culturais, recreativos, esportivos, nas políticas públicas ou nas ONGs para as adolescentes entre 16 a 17 anos. Os programas socioeducativos têm para permanecer com os adolescentes em função dos desafios do manejo de sua conduta e as regras expulsivas que constroem, é sabido que nesta fase ele é visto como tendo que dar conta da sua própria vida (TRASSI, 2006 p 152).

A autora relata sobre uma realidade de escassez de programas capazes de fornecer novas oportunidades e perspectivas, algo que permanece até hoje, segundo os técnicos, mas a questão apontada por ela refere-se, aqui, sobre os adolescentes e não às meninas. Isso torna ainda mais grave as faltas, pois se não há o necessário para o gênero masculino, que é o privilegiado pela constituição, muito menos para o feminino.

Estamos falando de uma política que não é direcionada a elas, isso torna ainda mais difícil a sua inserção, aumentando a invisibilidade como afirma Garcia.

Retirar essas vozes da invisibilidade implica um trabalho de desocultação de tudo que foi deixado de lado pelo pensamento ocidental oficial, acadêmico, como, por exemplo, a criação de uma nova visão do pensamento e da presença das mulheres, que as retire da posição desfavorável e inferior, com que foram sempre identificadas na cultura, pois quando revisitamos a história uma dúvida nos assalta (...) (GARCIA, 2011, p. 106).

Tal desafio implica em analisar o saber que resultara na exclusão das mulheres. Hoje não há como negar participação das mulheres na história e no cotidiano. Trazer

o ponto de vista das adolescentes e suas demandas, suas diversidades e as suas necessidades na sociedade em geral é uma obrigação.

A preparação adequada dos(as) profissionais, aliada à estrutura e às condições materiais, cria condições favoráveis para o atendimento socioeducativo em meio aberto. Entretanto, a falta de cursos profissionalizantes destinados às adolescentes fragiliza o alcance dos objetivos da medida socioeducativa. Isso torna, frequentemente, as intervenções cansativas, como muitas vezes apareceu no relato de uma das adolescentes.

“A medida é um pouco chata e um pouco bom (...)” (Margarida).

As equipes atuam, basicamente, para a solução de demandas masculinas, que é a maioria. Os poucos cursos profissionalizantes que aparecem, muitas vezes, não atendem as demandas trazidas pelas adolescentes, fazendo com que sobressaíssem cursos nos quais elas não possuem interesse.

“Eu já atendi uma adolescente em grupo, uma adolescente que era atendida por outra técnica, percebi que ela não gostou de participar. Eu até questionei a técnica de ter colocado a adolescente no grupo, geralmente as adolescentes não fazem atividades coletivas” (Bela).

“Quando a adolescente que eu atendia foi colocado no grupo eu senti ela um pouco acuada” (Caio).

“Nós, técnicos, temos que analisar cada caso em suas singularidades, tem meninos que são extrovertidos e introvertidos, vejo que as intervenções feitas são similares” (Ana).

No tocante aos grupos e aos atendimentos, como apontado pelos(as) próprios(as) profissionais entrevistados e corroborado pelo relato das meninas, há

falta de planejamento de atividades de inclusão a elas, desconsideração pela diversidade e singularidade. As instituições as tratam como massa homogênea.

Os desafios são grandes e requerem, antes de mais nada, a nosso ver, posicionamento. Assim, quando falamos em universalização das políticas públicas, sob responsabilidade do Estado, estamos indicando uma determinada compreensão de Estado, sociedade e indivíduos. Nela cada indivíduo poderá ser sujeito histórico. Resistir ao movimento que leva ao inverso disso – anulação do sujeito- passa também, neste momento, a nosso ver, por lutar por políticas públicas (GONÇALVES, 2010, p. 64).

A autora trata de reconhecer o viés subjetivo que está presente nesse campo e, ainda, ampliar a compreensão e propor intervenções que levem em conta o indivíduo em consideração.

A execução da medida em meio aberto, neste caso, necessita pensar na peculiaridade do atendimento às adolescentes para que proporcione espaço de discussão e crítica, planejamento do futuro e que elas sintam que têm potência de desenvolvimento pessoal e profissional. A medida deve ser, portanto, espaço de diversidade, multiplicidade e com a ampliação de meios para a participação de todos. A elaboração do PIA é instrumento reconhecido pelo SINASE como elementar para garantir a equidade no processo educativo, porém segue a ausência de direcionamento de um atendimento destinado a elas.

A condição específica dessas adolescentes que acabam por ficar excluídas das condições de vida digna, nem sempre é contemplada, pelo contrário, há uma série de discursos que visam a naturalizar diferenças, cujas tramas foram sendo historicamente confeccionadas. Sendo que é o objetivo desta pesquisa entender o papel das emoções e do sofrimento *ético-político* nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que falte muito a ser dito sobre esse tema - as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas - é necessário dar um primeiro passo no amplo debate que o constitui. Deve-se esclarecer que muitas das questões levantadas durante as entrevistas: gravidez, violência familiar, educação, entre outras, poderiam se tornar tópicos para outras dissertações, teses e artigos. A presente dissertação mostrou, contudo, como muitos dos temas não podem ser apenas interpretados isoladamente, pois constituem fragmentos de um mosaico que resulta realidade ampla.

Faremos, adiante, uma breve síntese que permitirá a dar continuidade nesta discussão, reavaliar esse caminho até que possamos dar uma continuidade futuramente. Essa dissertação nasceu das minhas inquietações do cotidiano profissional como coordenadora dos serviços de medida socioeducativa. Diante de poucas pesquisas desenvolvidas especificamente com as adolescentes que cometeram ato infracional e em medida de meio aberto, tomamos como desafio, sistematizando as histórias de vida das adolescentes, a análise de seus percursos de vida, partindo da teoria e dos estudos formulados por Espinosa, Vigotski e Sawaia.

Pautamos a discussão na dialética inclusão/exclusão, pois ela se materializa na gestão empreendida das subjetividades. Assim, para compreender a vivência da exclusão social, não é possível apenas o traçado da perspectiva econômica, uma vez que “elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência” (SAWAIA, 2006, p.9).

A questão das adolescentes e das meninas em medidas socioeducativas nos mostrou que existem elementos fundamentais para serem tratados, especialmente no contexto atual. Neste momento, em que o conservadorismo político e social se fortaleceu no Brasil e no mundo, uma série de questões podem ser levantadas em relação ao futuro de jovens e adolescentes. Dessa forma, discussões sobre o endurecimento penal são, constantemente, colocados em pauta, assim como se acalora debates sobre a violência contra mulheres, a violência policial, entre tantos outros.

A afetividade aparece nas histórias de vida das adolescentes, uma vez que essas vidas são permeadas por emoções e sentimentos intensos e agudos. Esse “fenômeno” da afetividade, assim denominado por nós, atravessa as histórias de suas vidas e as manifestações, sociais, biológicas e psíquicas das diferentes emoções das histórias de vida delas.

SAFFIOTI, (2004) afirma que o exercício do poder nas relações de gênero patriarcais, especialmente no meio familiar, é atribuído aos homens. Ela destaca que o homem não precisa sequer estar presente ou promover, ele mesmo, ações que garantam sua vontade. A função do patriarca é transmitida e exercida também pelas mulheres, que poderão desempenhar o papel de vigilantes e de mantenedoras da ordem, garantindo a reprodução do poder do homem.

Nesta pesquisa, a afetividade é considerada um fenômeno *ético político* configurada culturalmente, portanto, atravessadas por estereótipos e determinismos daí o destaque ao conceito. Na família, primeiro espaço de convivência social, lugar que é muito valorizado pelas adolescentes, aparece permeado de conflitos, inseguranças e ausências. Ainda assim, segue a ser um local ambivalente, no qual há a busca de um lugar que possa proporcionar alegrias e bons encontros. O fator violência policial aparece em diversos momentos da entrevista, surpreendendo-nos negativamente. Trata-se, sobretudo, de um espaço de contenção e coerção no qual os conflitos são expostos e os afetos que são permeados de tristeza, insegurança, rancor e medo.

A gravidez não planejada aparece em momentos e situações diversas nos quais há desconforto e extrema preocupação, as questões de cuidados dos filhos, no geral, restringem-se somente a elas e as suas famílias como principais responsáveis. Os pais, por outro lado, aparecem apenas como um pedido de “apoio”.

Os vínculos estabelecidos com os técnicos socioeducativos aparecem como importantes, laços afetivos que são construídos e estabelecidos pelas adolescentes atendidas no decorrer dos atendimentos.

Em relação à entrada na medida socioeducativa, os caminhos foram diversos, embora, em comum a todas elas, exista o desejo de mudar de vida, cuidar-se, ser mãe, filhas e mulher.

A instituição na qual são atendidas ainda se constitui pela orientação do atendimento masculino, assim, acreditamos que a utilização do PIA, pode ser um principal instrumento para equidade no processo socioeducativo para elas, onde apresentam-se alheios às questões das adolescentes. Essa cultura de foco na profissionalização dos homens é enraizada no sistema e na sociedade em proveito das questões masculinas e detrimento das femininas.

O tema que escolhemos envolve diversas dimensões de análise. Compreendo, portanto, que diversos aspectos não foram contemplados de forma completa, porém deixamos os desafios para que possamos abrir caminho para novos pesquisadores ou articuladores da política socioeducativa, assim como interessados em aprofundar a abordagem com outros prismas. A dissertação indica a necessidade de que as medidas socioeducativas para as adolescentes em conflito com a lei possa ter um debate qualificado. Ademais, demonstra-se o quanto é preciso estar atento às questões de suas demandas e que, assim, possamos oferecer ferramentas que consigam desenvolver suas potencialidades, alicerçando-nos na visão e no fortalecimento das políticas públicas e de proteção destinadas a elas e voltadas a elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Crime, justiça e desigualdade jurídica. **Revista USP**, n.21, p. 132-151. 1994.

ALBUQUERQUE, M. C. A; BENDAZZOLI, F. T; DELGADO, L. N; DORNELLES, A. L; LOPES, A. N. I. S. A; OLIVEIRA, H. B; RODRIGUES, A. P. S; SOUZA JUNIOR, G. B. **Medidas socioeducativas em conflito: um diagnóstico a partir das equipes técnicas e adolescentes do meio aberto**. Mimeo, 2013.

AMIN, A. R. Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. In: K.R. MACIEL & L. A. FERREIRA (Orgs.). **Curso de direito da criança e adolescentes aspectos teóricos e práticos** (pp. 1-10). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

ARRUDA, J. S. **Para ver as meninas**: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na CASE. 2011. 243f. (Dissertação de Mestrado) – UFBA, Salvador, 2011.

ANTONIO, M. L. B. Relações socioafetivas intergeracionais e a guarda de crianças. In: ANTONIO, M. de L. B; GUERRA, M. N. O. P. B; MELLO, F. A. O. P. **Família, (Des)Proteção social e Direito à Vida**. São Paulo: Veras, 2013 . – (Coleção Coletâneas).

_____. Mediação familiar no Fórum da Comarca de Santos: relato de uma experiência. In: SEIXAS, M. R; DIAS, M. L. (Orgs.), **Violência Doméstica** – a prática da terapia familiar promovendo a cultura da paz. 1ª ed. São Paulo: Santos, 2013.

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, n.11, p. 65-70. São Paulo: Boitempo, 2000.

ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo**: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BARATTA, A. O paradigma de gênero: questão criminal á questão humana. In: C. H. CAMPOS (Org.). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, p. 19 – 88, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e histórica da cultura. Obras escolhidas. São Paulo: vl. 1, Ed. Brasiliense, 2012.

BERTINI, F. M. A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, 2015.

BIDARRA, Z. S; SALATA, C. P. Intervenção Profissional Pautada no Referencial dos Direitos Humanos, na Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. In: FABRIS, D. R; CESCONETO, E. A; SMAHA, I. N. (Org's.). **25 anos do Curso de Serviço Social da Unioeste: diálogos e reflexões no contexto dos direitos humanos**. Cascavel: Edunioeste, 2013. p. 207-222. BOVE, L. **Espinosa e Psicologia social: ensaios de ontologia política e antropogênese**. Revisão técnico-filosófica de Marco Ferreira de Paula; organização de David Calderoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora/ Núcleo de Psicopatologia, Políticas Públicas de Saúde Mental e Ações Comunicativas em Saúde Pública da Universidade de São Paulo - Nupsi-USP, 2010. (Intervenções Democráticas, v. 1).

BRASIL. Lei n. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Revista Educação – EAC, Brasília, n. 26, Jul./ set.1995.

_____. **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016.

_____. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução n.113 do CONANDA, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/ Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

BENELLI, J. **Cartografia das instituições de assistência social a crianças e adolescentes**, Universidade Estadual Paulista. Júlio Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras. Apoio Fundação de Amparo á pesquisa do Estado de São Paulo, 2010. Assis, SP, Brasil.

BERTINI, F.M. Sofrimento Ético-Político: uma análise do estado da arte. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004 São Paulo, SP, Brasil.

BRUÑOL, M. C. O interesse superior da criança no marco da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. In: MENDEZ, E. G; BELOFF, M. (Orgs.). **Infância, lei e democracia na América Latina**. v.1. Blumenau: FURB, 2001.

CARVALHO, M. Violência urbana e juventude: o problema da delinquência juvenil. **Revista Infância e juventude**, p. 4 – 33, 2000.

CHAUÍ, M. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, L. A. **Infância e Violência Física e Intrafamiliar**: Os significados e Sentidos para Crianças Vítimas, 123 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

COSTA, C. H. **Adolescente em conflito com a lei**: um olhar sobre as metodologias utilizadas na execução das medidas socioeducativas em meio aberto no serviço do centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Monica Paixão Trevisan - Sapopemba, 2016, 96f. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

PAIVA, I. L; Cruz, A. V. H. A psicologia e o acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei. In: OLIVEIRA, I. F; YAMAMOTO, O. H. (Orgs.). **Psicologia e políticas sociais**: temas em debate. 1ed. Belém: Edufpa, 2014, p. 1-20.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Plataforma Gueto, 2013.

DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escua, 2002.

ESPINOSA, B. de. **Tratado Político**. Baruch de Espinosa. Pensamentos Metafísicos. Tratado da Correção do Intelecto. Tratado Político. Correspondência. Seleção de textos de Marilena de Souza Chauí. Traduções de Marilena de Souza Chauí, Carlos Lopes de Mattos, Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes, Antonio Simões, Manuel de Castro. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial. 3ª ed, 1983.

_____. **Tratado teológico-político**. Tradução de Diogo Pires Aurélio. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Paideia)

_____. 1632-1677. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FACHINETTO, R. F. **A “casa de bonecas”**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS. 224f. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FARIA, M; NOBRE, M. **Gênero e Desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997. p. 09 - 33 (Coleção Cadernos Sempre Viva).

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GIDDENS, A. **Sociology**. Cambridge: Polity Press, 1997.

GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GLEIZER, M. A. **Verdade e certeza em Espinosa**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

ILANUD; UNICEF. **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas**. Brasília: ILANUD; UNICEF, 2004.

KRAMER, S. **A política do pré- escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1992.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, p. 10-19, 2012.

_____. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In LANE, S. T.M; SAWAIA, B. B. **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LAKATOS, E. M. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1990.

MENESES, E. R. **Medidas socioeducativas: uma reflexão jurídico-pedagógica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

MISSE, M. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MORIN, E. **Sociologia.** Portugal: Publicações Europa América LDA, 1984.

MUSHA, E. H. **Jovens de projetos sociais em tempos neoliberais: o personagem do social.** 131f. (Dissertação de mestrado) PUC São Paulo, SP.

NEGREIROS, J. **Delinquências Juvenis.** Trajetória, Intervenções e Prevenção. Porto: Livpsic, 2008.

VOLPI, M. (Org.). **O adolescente e o ato infracional.** São Paulo: Cortez, 2006.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa de saúde.** 12ª Edição. Petrópolis, São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

RUTTER, M; GILLER, H; HAGELL, A. **Antisocial Behavior in Young People.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

RIZZINI, I. Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. In: SOUZA, S; RIZZINI, I (Orgs.) **Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais.** Goiânia: Cãnone Editorial, p. 23-44, 2001.

RIZZINI, I. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a era Vargas. In: PILOTTI, F. J; RIZZINI, I. (Eds.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, pp. 225-286, 2011.

SALIBA, M. G. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

_____. **Olho do Poder.** Análise crítica da proposta educativa do estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: OLIVEIRA, A; BRUSCINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAWAIA, B. B. **As artimanhas da Exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, . p. 7-13, 2006.

SAWAIA, B. B. **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. Família e Afetividade: a Configuração de uma Práxis Ético-Política, Perigos e Oportunidades. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Fome de felicidade e liberdade**. Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Ed.), Muitos lugares para aprender, p. 53-63, 2003.

_____; O sofrimento ético- político como categoria de análise dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. **As artimanhas da Exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro, Vozes, 2006a, 11 Edição, p. 99-120.

_____; Psicologia e Desigualdade Social: Uma reflexão sobre a liberdade e transformação social. Revista Psicologia & Sociedade; 21 (3): 364, 372, 2009.

SANTOS S. M. M; OLIVEIRA. L. Igualdade nas Relações de Gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.13, n.1, 2010, p.11-19.

SILVA, L. F. **Crime, ostentação e afetividade: um estudo psicossocial sobre o adolescente em conflito com a lei**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

SPAGNOL, A. S. **Jovens Perdidos**. Um estudo sobre jovens delinquentes na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

SPOSATI, A. **Mapa da Exclusão/ inclusão social da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

TEIXEIRA, J. **O sistema sócio-educativo de internação para jovens autores de ato infracional do estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2008.

_____. **Obras escogidas**. Tomo IV. Madrid: Visor, 1996.

_____. Pensamento e palavra. In: VIGOTSKI, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. Martins Fontes, São Paulo, p. 395-486, 2001.

VOGEL, A. Do Estado ao estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e atendimento no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, F. J; RIZZINI, I. (Eds.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 287-322, 2011.

REFERÊNCIAS DA INTERNET

BRASIL. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Guia de orientação n.1 (Versão). Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate a fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em :<file:///D:/Documents%20and%20settings./d634898.SAS/Meus%20documentos/Downloads/GUIA_CREAS.pdf>.

_____. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (**Sinase**), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratique ato infracional; altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (**Estatuto da Criança e do Adolescente**); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, Decretos Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_3_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm>.

_____. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo do Adolescente em conflito com a lei**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/atendimento%20socioeducativo/atendimento%20socioeducativo.html>. Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 12 fev. 2018.

FRASSETO, F. A. **Pela necessidade de uma doutrina do processo de execução de medidas socioeducativas**. Acervo Operacional dos Direitos da Criança e Adolescente, Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (ABMP). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/227329114/Flavio-Americo-Frasseto-Pela-Necessidade-de-Uma-Doutrina-Do-Processo-de-Execucao-de-Medidas-Socio> . Acesso em: 18 de abril de 2018.

MOORE, H. **Compreendendo sexo e gênero**. Disponível em: www.4shared.com/document/xSKsyf8s/Henrietta_Moore_COMPREENDENDO.html. Acesso em: 1 de março de 2018.

SAFFIOTI, H. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher.** São Paulo em Perspectiva, v.13, n.4, oct./dec. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

UNICEF. **A Convenção sobre Direitos da criança :adaptada pela Assembléia geral das nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990.** Disponível em: HTTP://www.unicef.pt/docs_publicações/convenção_direitos_crianças2004.pdf. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

SAWAIA, B. B; SILVA, D. N. H. Pelo reencantamento da psicologia: em busca da positividade epistemológica da imaginação e da emoção no desenvolvimento humano. **Caderno Cedes**, v. 35, p. 343-360, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622015000400343&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em 08, de janeiro de 2019.

ANEXO A - Narrativa de Lavanda, Histórias Contadas por uma Menina/Mãe

Lavanda é uma adolescente de 15 anos e é proveniente de uma família de quatro irmãos, mãe de uma menina de seis meses. Reside com o seu companheiro e um dos seus irmãos, ela vive na periferia de São Paulo. Cumpre as Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Falando sobre as medidas e a infância, ela relata que:

“Desde pequena sofri bastante, em casa tinha muitas brigas do meu pai com a minha mãe. Eu e o meu irmão fomos sequestrados pelo meu pai, fomos para²² bem longe, eu tinha de quatro para cinco anos, não me recordo de quanto tempo a minha mãe levou até descobrir onde nós estávamos. Acho que a cidade onde fui encontrada tem o nome de Vista Alegre, interior de São Paulo, quando ela nos encontrou, me trouxe primeiro e depois de um tempo pegou o meu irmão. De lá partimos para morar em Osasco, mas, por pouco tempo, retornamos a São Paulo”.

“Minha mãe era usuária de drogas: cigarros, álcool e *crack*. Ela fazia uso constante, houve um tempo em que ela parou de usar, acho que mais ou menos por três anos, um tempo maravilhoso, pois ela ficou forte, gorda e muito mais bonita do que já era. Ela então encontrou um novo companheiro, meu padrasto; eles ficaram algum tempo juntos. Se separaram; foi quando ela voltou a fazer uso do *crack*. Sinto falta desta época, acho que foi o momento mais feliz que me recordo ter vivido.

Minha mãe voltou a viver com o meu pai e foi tendo vários problemas de saúde, lembro-me que ela ficou internada em um hospital e lá permaneceu por 11 dias em coma, fez cirurgia, teve alta e pode viver de novo. Ela trabalhava como empregada doméstica, sustentava a todos nós. Meu pai nunca ajudou em nada em casa, tudo era ela quem comprava, fazia e cuidava. Por muito esforço nos trabalhos como empregada doméstica, teve uma hérnia, então teve que se submeter a uma nova cirurgia e tinha recomendação médica de não passar muito nervoso. Porém, não tinha como não passar; eu e o meu irmão em casa sem trabalharmos, sem ter as coisas

²² Algumas das falas das adolescentes empregam variações sociolinguísticas distintas da gramática normativa da língua portuguesa, algumas adaptações foram feitas, porém, mantiveram-se algumas pronúncias para aproximar o escrito à oralidade da fala.

para comer. Mesmo assim, ela teve que continuar trabalhando do mesmo modo, com os pontos da cirurgia. Isso me deixava muito triste e preocupada, procurava um jeito de ajudar em casa, mas não tinha muito o que fazer”.

“Eu saí para roubar quando tinha 13 anos, junto com a minha prima e uma amiga da rua, nós não tínhamos nenhuma arma, não sabíamos ao certo o que fazer. Estávamos quase desistindo. Quando voltávamos para casa encontramos mais três amigos lá do bairro que estavam com a intenção de roubar carros, sendo assim, eles nos convidaram para participar. Então iniciou a cena de filme, foi muito empolgante, eles já foram logo parando um carro, era um ‘tipo Hyundai’, ‘Tucson’, não tinha como desistir, precisava entrar no carro, não poderia mais ficar ali parada na rua senão o dono do carro que estava ali nos pegava. Não sei bem ao certo o que aconteceu e o menino que estava no volante disse que tínhamos que abandonar o veículo e ir para outro. Foi quando já estávamos entrando noutro carro, o motorista já havia sido rendido, então, apareceu a ‘Força Tática’. ‘Mano’, que emoção, que medo! Um fugia para um lado e outros para o outro. Sei que a minha prima e os outros dois garotos conseguiram fugir com o carro, mas eu, minha amiga e outro menino ficamos fora do carro e saímos correndo. Porém, foi impossível, nos escondemos atrás de um veículo que estava estacionando e vimos que o policial já tinha pegado o nosso amigo. Eu e a minha amiga fomos vistas, começamos a correr e correr, corremos muito. Um policial veio correndo atrás de nós, um pedestre que estava passando na rua colocou o pé na minha frente, caí no chão. Em seguida, o policial que estava logo atrás correndo, caiu em cima de mim e deu uma cambalhota”.

“Quando fui apreendida, passou um filme na minha cabeça, pensava no que havia causado para toda a família, inclusive à minha mãe, que estava trabalhando e não sabia de nada. Entrando na delegacia, minha mãe foi informada e rapidamente chegou até lá. Sem saber o porquê da minha decisão de ter feito aquilo e ter parado ali na delegacia, ela chorava muito, foi uma decepção só, um momento de muita emoção para mim vê-la daquele jeito, o que eu tinha causado, sobretudo porque as coisas lá em casa não estavam nada bem, pensava que tinha piorado tudo”.

“Fiquei na Fundação CASA por um mês e quinze dias. Logo em seguida, conheci o meu companheiro e engravidei dele. Foi outro momento de desespero vivido por nós, eu e minha mãe. Não tinha nada de bom, as coisas em casa não estavam

nada bem, ainda mais com uma gravidez, Deus do Céu! O que será de mim agora? Meu companheiro nesta hora foi muito bacana, acalmou a minha mãe dizendo que ficaríamos juntos e que não me abandonaria. Depois de dois meses do nascimento da minha filha aconteceu o falecimento da minha mãe. Deus me deu uma filha e levou a minha mãe. Foram momentos muito difíceis, ficamos sabendo da morte dela após dez dias de desaparecimento. Nós fomos procurados por um vizinho, dizendo que havia encontrando um corpo de uma mulher parecida com minha mãe em um terreno baldio perto de casa, então fomos até o local e era ela. E que segundo a comunidade ela foi morta por pauladas na região da cabeça, não sei bem ao certo quem poderia ter feito isso; nunca ficamos sabemos sobre dívida de drogas, ela não roubava nada de ninguém, era muito boa e querida por todos. Em casa estamos querendo saber o porquê disso e porque aconteceu desta forma tão violenta. As investigações estão sendo feitas, o meu irmão já foi chamado para dar depoimento, contudo parece que não tem sinal do que pode ter ocorrido”.

“Meu pai sempre foi muito ausente, nunca teve responsabilidade conosco, filhos dele, acho que ele nos sequestrou para provocar a minha mãe. Sei que quando tínhamos um padrasto ele ficava com muita raiva, não aceitava a nossa vida, não aceitava que ficássemos com ele. Lembro-me que o meu pai sempre passava na rua em que morávamos, parecia que estava nos vigiando, acho que ele não sabia exatamente qual era a casa em que vivíamos, sabia só a rua, vivia alcoolizado, bebe muito e até hoje, também tem várias crises de bebedeira. Chega em casa e começa a ofender a minha falecida mãe e a mim. Ele me diz sempre que pareço com ela e tantas outras coisas mais. Um dia desses pegou a faca, para tentar me matar, até hoje tenho passado muito sufoco, quando ele não está bêbado as coisas são melhores, ele chega em casa, até janta ou almoça, depende do horário, fica numa boa, mas, quando ele está bêbado, começa a ameaçar a gente e, imagina, xingando no mesmo teto em que minha mãe morava, isso já é demais! Digo para ele que não vou admitir isso e então começa tudo de novo. Certo dia ‘o meu sangue esquentou’, ele começou a ofender a minha mãe, eu estava na pia fazendo o almoço, peguei um copo de vidro e joguei na cara dele, foi ruim ter feito aquilo, é o meu pai, mas perdi a paciência, pedi desculpas, fiquei muito triste em ter feito isso, queria conseguir ficar mais calma”.

“A vida está bem difícil depois que a minha mãe faleceu. A minha filha, meu marido e meu irmão, somos todos por um e um por todos, às vezes tenho vontade de

deixar e largar tudo, deixar tudo para trás, porém, lembro das coisas que já passei, minha vida está totalmente diferente do que era antes. O fato de minha mãe não estar mais entre nós é complicado, pois já tenho um pai que não me ajuda, fica totalmente indiferente, eu e o meu marido ficamos em casa naquele silêncio. Quando estava viva ela gritava, cantava e ficava sempre com a gente, mas a tristeza da saudade fica sendo superada pela presença da minha filha 'Florzinha', quando estou triste e ela solta aquele sorriso, me dá alegria e vontade de lutar por ela e pela vida”.

“O meu companheiro foi preso depois que eu saí, a audiência dele ficou para o ano seguinte, quando ele soube da minha gravidez, já estava no sétimo mês e, mesmo assim, como já disse, ele ficou comigo, tenho uma boa relação com a família dele, posso contar com a minha sogra para muitas coisas, inclusive em relação à minha volta à escola, deixaria minha filha com ela. Por um período, o meu companheiro estava me agredindo, querendo me dar uns murros, depois dessas agressões ficou mais difícil, eu disse que não queria estar com ele se fosse para continuar me batendo. O resultado foi um 'xeque mate', estamos tentando ficar numa boa. Ele ainda não está trabalhando, começou a organizar os documentos para arrumar um trabalho. O meu irmão é a única pessoa de casa que está trabalhando. Nós, eu e o meu irmão, temos brigado muito, isso tem acarretado situações muito difíceis. A minha técnica chamou a minha irmã mais velha, que mora em Guarulhos, para intervir, pois as situações não estavam nada bem, nos agredíamos fisicamente e eu, como irmã mais nova e mais magrinha, sempre saio perdendo nas brigas, pois o confronto, todavia, perco sempre. Contudo, agora parece que estamos bem, tenho feito a marmitta dele e cuidado das roupas também”.

“Acho que foi isso, o nascimento da minha filha, que me deu força para continuar e não roubar mais. Senão acredito que ia entrar para essa vida de coisa errada de novo. Eu espero voltar a estudar, trabalhar e viver a minha vida, tirando essas coisas ruins de perto de mim. Levar minha vida adiante para poder trabalhar. Pelo que passei, não quero que Florzinha passe”.

ANEXO B – Margarida: Sonhos e Apresentação da Vida Atual

“Tenho 19 anos, estou casada e com uma vida bem tranquila. Não estou estudando agora, mas pretendo e também fazer um curso de veterinária. Estou com dificuldade para encontrar um emprego.

Ser mãe, para mim, é uma maravilha, a minha filha está prestes a completar dois anos de idade, o nome dela é Luiza. A relação com o meu marido é “quase boa”, namoramos por um ano e somos casados há três.

Se Deus quiser serei veterinária, amo animais, adoro! Embora o único animal que eu tenha seja um peixe, quero dar um cachorro para minha filha, eu gosto muito.”.

“A minha vida era muito difícil, eu frequentava aos *shoppings* assiduamente com as minhas amigas, agora não vou mais. Estou de dois a três anos sem frequentar os *shopping*.

Hoje revendo roupas que uma amiga compra no Brás, como não estou trabalhando, peço ajuda da minha família, às vezes a minha mãe compra fraldas, antes ela pagava aluguel, como não é a realidade de hoje, ela consegue me ajudar mais. “De dois a três anos, mas, nossa! Eu ia em todos os *shoppings* de São Paulo, dentre eles: Suzano, da praia (litoral), Tatuapé e outros mais.

Eu e as meninas ficávamos ansiosas para irmos, era época de Páscoa, já sabíamos que teríamos muitos ovos de páscoa e um monte de chocolates. Em épocas de brinquedos, a minha irmã queria os da TV, eu fazia isso para ajudar a minha mãe que não tinha condições de nos dar roupas e as coisas para nós, então eu ia. Hoje, graças a Deus, não vou mais, pois, pensei bem: se eu for presa quem é que vai cuidar da minha filha?”.

“Fui pega no *shopping* Aricanduva, eu estava saindo com as meninas e, uma delas, me mandou sair pela porta de trás, na verdade não era a saída, era o estacionamento. Havia um segurança no caminho, ele me parou e de imediato chamou um policial, ele chegou e fez inúmeras perguntas como: “Cadê o seu pai?”.

Eu respondi que o meu pai era um policial que já havia falecido, então, ele iniciou um discurso com uma série de lição de moral, questionou se o meu pai ficaria feliz em saber que a filha dele fazia isso. Nossa! Eu comecei a ficar muito nervosa.

O policial me levou para a delegacia, minha mãe logo foi me buscar.

Neste mesmo dia, apanhei muito da minha mãe, além de eu ouvir muito, ela ainda me colocou de castigo. Mesmo depois destes ocorridos, continuei indo aos *shoppings*.

Certa vez, uns seguranças me bateram, mas não chamaram a polícia, essas atitudes aconteciam frequentemente.

Um dia, no *shopping* Praça da Moça, apanhei de um policial do “choque”, eu já estava saindo de uma loja quando os seguranças me viram. Soltei a sacola no chão e saí correndo, eles me seguiram. Um homem me parou dizendo que era policial, então eu parei, com medo de levar um tiro.

Fecharam a porta do *shopping*, eu estava com as minhas amigas, o segurança nos levou para as escadarias, onde não havia câmeras. Nós começamos a rir dos seguranças, eles os seguranças debocharam de nós. Um deles gravou e o outro estava mais distante olhando o movimento, depois veio e bateu em nós.

Depois deste dia, conheci o meu marido, ele começou a dizer para eu não cometer mais estes atos, que isso não era vida.

Parei de estudar por causa das idas aos *shoppings*, ia praticamente todos os dias. Com as faltas à escola, a minha mãe começou a desconfiar. Eu tinha dinheiro, fazia os cabelos e as unhas no salão, dava dinheiro para ela. Em resposta, eu ouvia de minha mãe que não era para eu fazer isso, porém, eu persistia. Foi então que engravidei, ocorrido isso, diminuí as idas.

Já apanhei na barriga. Quando eu falava que estava grávida era pior, eles batiam exatamente na barriga. Fui para a audiência duas vezes. Já cumpri duas vezes a Medida.

Nunca fiquei presa. Deixei de cumprir a Medida, então o juiz mandou me chamar. Vinha uma vez aqui e depois sumia, era este o ciclo.

Não aparecia mais nenhuma “passagem”, eu era muito esperta, corria e “saía na mão” com os seguranças. Minha amiga e eu partíamos para cima deles, tentava bater também neles.

Eu não era tão conhecida, as minhas amigas entravam nos lugares e eles já sabiam quem elas eram. Às vezes, eu saía “na cara do segurança” e eles não percebiam, nem me notavam, por isso eu não era muito pega. Nunca eram os mesmos seguranças, já era combinado, uma de nós conversava com um deles e a outra saía, era assim. Tínhamos o esquema de como fazer.”.

“Sempre saía com as meninas que residem no bairro onde moro.

Certa vez, fui com um menino ao *shopping* Morumbi; o levei para segurar as sacolas. Fui a uma loja chamada *B Market*, essas lojas que têm aquelas bonecas que se parecem com bebês reais. Elas custavam de quinhentos a dois mil reais. Neste dia, eu consegui trazer cinco bonecas que custavam, cada uma, quinhentos reais e mais quatro unidades num valor aproximado de dois mil reais.

Foi então que eu dei a sacola com as bonecas para o menino e falei para ele ir para o ponto de ônibus, me esperar lá, pois, eu ainda tinha que ir em outra loja, de esportes, queria pegar umas calças legging e uma garrafinha de água, não era para mim e, sim, para outra menina. Quando estávamos saindo do *shopping* para irmos embora, os policiais nos pegaram.

Eles vieram com outras meninas que estavam em outra parte do *shopping*, diziam que tinha sido elas que haviam “nos dedurado”. Havia uma menina maior de idade, a mais ciente, que depois nos disse que eles fizeram este jogo psicológico para contarmos onde estavam os objetos que havíamos pegado nas lojas.

Neste dia ninguém foi preso, as coisas estavam na sacola com o menino que estava esperando no ponto de ônibus. O segurança não tinha provas, nós fomos soltas. O que eles sabiam foi o que foi visto pelas câmeras, e o menino não estava mais lá!”.

“Alguns eu vendia. As bonecas, fiquei com uma, tenho até hoje, a outra dei para a minha irmã. As roupas que pegava, vendi lá na rua, havia pessoas que pegavam para vender e depois me davam o dinheiro. Era assim. Muitas pessoas venceram

desta forma, construíram uma casa, reformaram a casa da mãe e eu... não fiz nada. Gastava todo o dinheiro com besteira. As meninas que conheço, hoje têm dinheiro, juntaram e também reformaram a casa, eu... nada, mas também, ter coisas que foram frutos de roubo...

Sabe me arrependo de ir para o *shopping*, eu apanhava de gente estranha e não aceitava apanhar da minha mãe, fui xingada de coisas que não era. Eu tenho muita falta de ar, mesmo assim eu corria com as sacolonas cheias. A moça maior de idade que sempre ia junto comigo dizia que não podia soltar as mercadorias.

Briguei esses dias com a prima do meu marido porque ela me chamou de “ladrona”. Se eu pudesse não tinha feito, as pessoas falam que eu roubava, é um olhar muito ruim sobre mim. Fico triste por ser julgada sempre.

Quero estudar, trabalhar e ter um futuro para a minha filha. Preciso trabalhar de qualquer jeito, pois quero dar uma casa para a minha mãe. Estou casada, porém, do amanhã não sei, tenho que pensar um futuro para a minha filha.”.

Minha mãe nunca foi tão presente, ela trabalhava durante o dia e à noite. Quando engravidei, houve uma briga entre o meu marido e a minha mãe, fiquei sem falar com ela durante a gravidez. Sempre briguei muito com a minha mãe, havia muito ciúmes entre mim, minha irmã e ela. Quando a Luiza nasceu, a nossa relação melhorou muito, estamos mais próximas.

Sou filha de pais diferentes, os meus irmãos são de outros pais, meu irmão foi criado pela minha avó na Bahia; minha irmã já foi muito para a Bahia. O meu pai residia no Rio de Janeiro, contudo, a minha mãe não me deixava ir para lá, pois, se eu fosse, ela sentiria muito a minha falta, já que era muito apegada a mim.

Fiquei muito triste de ter virado as costas para a minha mãe, nesta briga com meu marido. Era para ficar do lado dela e não com ele. Agora sou ligada mais a ela do que com ele, as coisas estão bem diferentes”.

“O que não faria mais hoje, na minha vida, é ir ao *shopping*. Hoje revendo roupas, quando dá eu guardo. Quero começar a trabalhar no ano que vem, no presente estou cuidando da minha filha, da casa e procurando um emprego. Vou fazer

um curso de manicure e *design* de sobrancelhas, com isso vou poder trabalhar em casa, ou em um salão.

A Medida foi um pouco chata e um pouco bom, eu precisava fazer algumas coisas, passei muito mal na gravidez, foi de risco, sentia muita falta de ar e não dormia direito à noite. No outro dia tinha que vir para o atendimento.

Durante os atendimentos, os técnicos falavam de várias coisas, me apoiavam, davam conselhos e encaminhamentos. Eu sempre refletia sobre as consequências dos meus atos, por vezes achava que o técnico repetia sempre as mesmas coisas, como: estudar, fazer curso, relações interpessoais com a minha mãe e marido, era assim. Eu estava grávida, não havia encaminhamentos para trabalhos, “parei de estudar por causa da gravidez.”.

ANEXO C - Rosa

Rosa tem 20 anos, é casada, tem uma filha de um ano e nove meses, está no oitavo mês de gestação do seu segundo filho, convive com o pai de seu filho há aproximadamente três anos, reside em um imóvel próprio em terreno da prefeitura. Mora com Lírio, seu companheiro, que cumpriu MSE com ela no Serviço de Medida, “Fui apreendida no mesmo ato infracional estávamos juntos, fazíamos tudo junto. Hoje não estou mais estudando, pois com duas crianças fica mais difícil.

Questiono como é a sua história de vida, e então ela detalha alguns acontecimentos de sua vida conjugal. “Estou no meu segundo casamento, vivi com o outro companheiro sob forte ameaça e muita violência doméstica. Eu apanhava muito, batia também, eu não deixava barato, mas não igual a ele não pois, não tinha a mesma força que ele”. “Me separei Graças a Deus, não veio mais, hoje ele tem restrições para se aproximar de mim, tive que ir na delegacia de proteção à mulher para denunciá-lo . Com esse novo companheiro eu vivo bem, apesar de que nesta gravidez estou meio enjoada dele. Coitado!” (sorriu)

“Nós fazíamos vários assaltos na região em onde morávamos e também outros bairros próximos. Rosa era a idealizadora dos assaltos ele era sempre muito ‘molão’. ‘Sempre eu organizava os esquemas’.

Minha sogra não gostava muito de mim, pois dizia sempre que eu levava o seu filho para o mau caminho. Fazíamos várias “fitas” junto com ele, foram pegos no mesmo ato infracional e então fomos “linchados” pelos populares neste dia pensei que iria morrer. Neste dia sofri muito, apanhei demais e lá na delegacia sofri assédio pelos policiais e gravei tudo, eles não sabiam que eu estava com meu celular. Apresentei tudo para o juiz, mas não deu em nada. Depois desse dia ainda foi para a UAI¹ fiquei um tempo lá”.

Seu companheiro também foi encaminhado, mas na unidade masculina. Ambos receberam sentença de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e foram cumprir no mesmo lugar.

Rosa esclarece: “cumpri muito rápido a minha Medida, já estava até trabalhando com registro em carteira” quando foi liberada, já Lírio, ainda estava cumprindo.

Questionei se Rosa havia percebido diferença no atendimento socioeducativo.

“A minha medida e do meu marido foi tudo igual, apesar de estarmos com orientadores diferentes, nós fomos bem atendidos, no começo eu achava ruim ter que vir toda semana ao Centro Comunitário, mais depois fui me acostumando, essa vinda aqui estava me fazendo bem. Eu fiquei aqui e muitas vezes ficava pensando no que eu fazia, as minhas atitudes não era certa, eu estava meio maluca sabe?

Para mim era ruim a obrigação de vir aqui, toda semana lá, eu na verdade fui me acostumando, achando que cada dia ficava melhor para mim. Tinha que refletir sobre o que eu fazia que não era certo Né? Fui vendo as melhorias para mim.

A minha técnica a dona L., conversava muito comigo, não fazia julgamentos, a mas eu às vezes me sentia-se mal pelas atitudes tomadas, pensava muito quando ela falava, às vezes coisas muito forte, mas não me ofendia.

A Minha medida me ajudou muito, a minha técnica conversa muito comigo. E não era a ponto de me julgar, conversando com ele eu me sentia mal, refletia no que fiz, mas não a ponto de me ofender.

Com o encerramento da medida eu fico feliz e triste ao mesmo tempo, pois, gosto muito da dona L., perguntei para ela se ela iria me abandonar, e ela disse: “Claro

que não!”. Isso me deu um alívio. Os conselhos que ela me dava sempre era para melhorar a minha vida, meu companheiro Lírio continuará no atendimento no Centro Comunitário, eu vou ter o bebê e vou vir com ele vez em quando. Vai ser legal também.

Eu gostei muito de ter participado do grupo naquele dia, foi aí que conheci as outras meninas, até marcamos um encontro e passamos uma tarde juntas, foi muito divertido e que agora somos amigas, “nós somos doídnhas, viu?!”, (Rosa sorriu).

ANEXO D – Encontro em Grupo: Costurando as Vidas – História de Vida²³

(Primeiro Momento)

Esta entrevista foi realizada com as adolescentes e jovens do sexo feminino cujos nomes, modificados por questões éticas e de sigilo, e idades são: Lavanda, 15 anos; Jasmim, 14 anos e Rosa, 20 anos.

Analisada por vários ângulos, no sentido da estratégia, planejamos uma dinâmica inicial como quebra-gelo para apresentação delas. Utilizei uma caixa de bombons, pedi para que cada uma escolhesse um deles e se apresentassem dizendo o nome, idade e o que mais quisessem falar sobre elas. Esta estratégia foi utilizada com o sentido de “adoçar” o nosso encontro. A dinâmica pretendia deixar a tarde agradável, descontraída e não tivesse caráter punitivo por estar ali, visto que era um dia muito frio, caía uma garoa fina.

A primeira a se apresentar foi Jasmim, que disse apenas o seu nome: “Sou Jasmim”. Achei breve e questionei se tinha algo mais a dizer sobre si, a resposta foi negativa.

Todas as outras meninas riram, logo em seguida, pedi para que Jasmim entregasse o bombom para uma das outras meninas que estavam participando do grupo. Rapidamente entregou para a que estava ao seu lado.

²³ Participação: três adolescentes e jovens / Duração: de duas horas

Rosa se apresentou dizendo o seu nome, a sua idade, que tem dois filhos, sorriu e entregou o bombom para a próxima.

Lavanda estava com a sua filha, Florzinha, a qual tinha seis meses de idade, disse apenas o seu nome e a sua idade.

Eu peguei um bombom, disse o meu nome, o trabalho que fazia no Centro Comunitário, abordei a pesquisa de mestrado e disse que futuramente conversaríamos sobre os resultados, comentei também sobre o sigilo da gravação em áudio, que usaria para consulta quando fosse transcrever.

A filha de Lavanda logo foi acolhida pelo grupo, as participantes deram-lhe um bombom. Encontramos alguém para ficar com a criança enquanto a mãe participava do encontro.

Eu disse às participantes que a caixa de bombons era nossa e que podiam se sentir à vontade para degustá-los durante o período no qual permaneceriam lá.

(Segundo Momento: Desenvolvimento da Atividade)

Propus às meninas que construíssem um diário para que pudéssemos discutir ou refletir sobre questões cotidianas, sendo assim, sugeri quatro frases:

O que você faria? O que faria diferente? O que você prioriza nos próximos anos? O que vale a pena repetir?

Dispus alguns materiais como cola branca, revistas, cartolinas, lápis de cor, canetinhas, canetões, lápis, enfim, diversos materiais para possíveis intervenções artísticas e/ou de colagens.

A proposta era de que elas pensassem, em conjunto, e conversassem sobre as frases que apresentei. Expliquei novamente, elas olharam, riram, porém, não quiseram. As conversas entre elas estavam focadas em saber onde cada uma morava, quem conheciam, quais eram os amigos em comum...

Uma das adolescentes sugeriu que fizéssemos juntas. Ninguém queria sair do lugar, movimentar-se em prol da atividade, tive a impressão de que eu necessitava

instigar mais em relação às questões. Talvez isso tenha acontecido pelo pouco vínculo citado anteriormente, acreditava que o grupo andaria bem, no entanto, eu precisava ir além na condução.

Sendo assim, propus que escolhêssemos as questões aleatoriamente, Jasmim disse: “*Não podemos começar por essa? O que acham?*”, as outras sorriram em sinal de aprovação, eu então, assim o fiz.

O que vale a pena repetir?

Jasmim afirmou: “Comida, banho, boas lembranças...”, todas riram. Continuou: “Quando vamos ao shopping e nossa mãe diz: compre o que você quiser. Aí você escolhe roupas, sapatos, vestidos, aquele ‘Mc [Donalds]’”.

Em seguida, Rosa disse que valia a pena repetir as lembranças com os pais dela, que hoje são falecidos.

Jasmim fala da esfiha de uma lanchonete da região e do “McFavela”, perto do Centro Comunitário, Lavanda concorda e revela gostar de ir também. Jasmim prossegue dizendo que no “McFavela” tem tudo o que tem no “Mc [Donalds]²⁴” e que, por suas atuais situações financeiras, preferem ir ao lugar que vende lanches porque custa barato e que o outro famoso custa muito caro, diz: “vamos lá por que custa baratinho, dez reais”. Jasmim continua, lembra da loja “Marisa”, a qual tem liquidação famosa, diz que é tudo baratinho, porém, que havia ido até lá e não tinha nenhuma roupa “legal”. “Tudo feia”, afirma ela.

Eu retomo a conversa e resumo as respostas que elas deram. Jasmim concorda e emenda, diz gostar de ir ao sacolão, afirma sempre ir até lá, finge que vai comprar e coloca um cacho de uvas no bolso, caqui e outras frutas também.

²⁴ Rede de *fast food* famosa.

Prossegue dizendo que vale a pena repetir as “chatices” dos irmãos, conta que tem um irmão de cinco anos de idade, uma irmã mais velha do que ela e outros mais novos. Jasmim diz que os irmãos nasceram para apanhar e que quando eles querem algo, são bonzinhos, porém, quando não, bate muito neles. Aproveita quando tem visita em casa, as pessoas dizem: “Nossa! Como eles são obedientes!”. Revela bater na irmã mais velha de dezessete anos, diz que era para a irmã bater nela, porém, que acontecesse ao contrário. Complementa a respeito da irmã: “Ela diz que eu só dou trabalho para a mãe, que eu deveria ser exemplo para o meu irmão mais novo. Uma vez ela me deu um grito quando eu estava na pia lavando a louça, dizendo que eu era uma ladrona, safada, aí eu desmaiei ela, peguei uma panela de fritar carne, tipo frigideira, e lasquei na cabeça dela. Aí depois, outro dia, ela apontou o dedo para mim, eu peguei no dedo dela e só não quebrei porque o meu pai estava em casa e eu morro de medo do meu pai.”.

Jasmim afirma que quando o seu pai recebe reclamações dela referentes à escola, ela nunca o responde, fica quieta, calada, porém, quando é com a sua mãe, ela responde, diz não importar-se, conclui dizendo que morre de medo do pai.

Rosa comenta, para Jasmim, que é claro que ela tem que ter medo de seu pai, porque ele é homem.

Jasmim diz que quando vai à casa de sua avó materna, a avó faz tantas coisas para ela, já a avó paterna só briga, quando Jasmim passa em frente da casa dela diz que é chamada de ladrona pela avó e que não gosta dela.

Rosa diz que Jasmim só gosta de comida mesmo e que precisa sair um dia com ela para comerem muito. Jasmim diz que a sua mãe tem “dentão” e que falou para ela: “Você é a Monica e eu tenho fome, sou a Magali”.

As meninas continuaram a falar sobre o que *valia a pena repetir*, uma que sente fome e já faz um suco, procura nos armários algo para se alimentar, as programações das tevês abertas, como novelas, citam uma série delas, inclusive comentam de uma das novelas, que “já passou umas quinze vezes”. Jasmim diz que tem uma novela que a mãe assiste que tem um homem usuário de drogas e que este caiu em um bueiro.

Dou seguimento a atividade e Jasmim diz para escolhermos outro tópico.

O que você está pensando em fazer para os próximos anos?

Rosa diz que quer terminar os estudos, que só falta uma série para concluir e ingressar na faculdade, quer terminar o ensino médio e cursar a faculdade em Administração. Jasmim diz que tem preguiça de estudar e que parou na sexta série. Lavanda, fala que parou de estudar na mesma série que Jasmim, contudo, queria voltar a estudar naquela mesma semana, pois já havia visto a sua vaga na escola juntamente com a técnica do centro comunitário. Jasmim fala que quer cursar enfermagem, que quando estiver no hospital e chegar algum “inimigo”, ela terminará de matá-lo. Todas as meninas ouviram, riram e apelidaram-na de Nazaré²⁵. Jasmim aprovou o comentário rindo.

O grupo estava descontraído, elas falavam e ouviam sobre tudo, a timidez que se fazia presente no início foi desaparecendo após a sugestão do grupo de alterar a dinâmica. Chegaram ao consenso de que queriam terminar os estudos e cursar uma faculdade, porém, Jasmim não sabia ainda o que escolher como profissão. Falaram também da importância e vontade de ter uma casa.

Jasmim contou para o grupo que quer ter um esposo que lave a louça, o qual ela fique ordenando e que permaneça fazendo tudo para ela. Rosa comenta que o seu esposo é assim, que ele lava a louça, limpa a casa, cuida de sua filha, Florbela, e que Rosa não o agradece, diz que nesta gravidez “pegou ódio” do esposo; “ele cuida de tudo para mim e eu não agradeço”.

Jasmim chama Lavanda para conversar paralelamente e pergunta qual ato infracional cometeu. Lavanda responde que ficou um mês e doze dias na UAI, Jasmim disse que também foi para lá, porém que foi pega duas vezes, numa delas recebeu extinção e na outra prestou PSC²⁶; Nesta prestação de serviços, afirmou não gostar de exercer os serviços em uma UBS. Lavanda prosseguiu dizendo que, para ela, foi

²⁵ Referência a uma personagem de uma novela da teledramaturgia brasileira.

²⁶ Prestação de Serviços à Comunidade.

bom, ficava em uma sala telefonando para os pacientes, marcando consultas, sobretudo porque era tranquilo e ninguém sabia do que ela havia feito.

Rosa continua a falar sobre a sua trajetória, afirma ter tido várias entradas na Polícia, certa vez teve um descumprimento e foram buscá-la em casa, ela estava com a sua filha no colo, declarou ter sorte pelo fato de sua irmã estar lá, pois corria o risco de ser presa junto com a filha, disseram-na que estava sendo procurada. Rosa relata que chegou a apanhar da polícia, também que foi para Curitiba sem avisar nada a ninguém, perdeu-se lá.

Jasmim contribui com detalhes dizendo que a pior coisa é ir de camburão para a delegacia. Certa vez, na qual fora apreendida, um policial perguntou se ela gostaria de ser libertada, com o seu consentimento, ele pediu a quantia de cinco mil reais, sendo este valor para cada policial que estava presente lá. Jasmim disse que não tinha esta quantidade para dar.

Rosa abre a sua história afirmando ter apanhado muito na delegacia, o seu esposo não apanhara, todavia ela sim. Escondera um aparelho celular entre os seus seios para gravar os policiais batendo nela, estes, pediram para que ela fizesse sexo oral neles, que assim seria liberada.

Quando o delegado chegou, perguntou à Rosa sobre os machucados em seu rosto, questionou se foram os policiais que a agrediram. Na hora, ela disse que quando foram pegos no ato do roubo, Rosa e o companheiro, os vizinhos os agrediram (linchados). Como havia deixado o celular gravando tudo, Jasmim disse ao juiz que possuía uma gravação, “acredita que os policiais perderam o seu distintivo”. Certa vez, enquanto andava pela rua, os policiais “jogaram” a viatura em cima de Jasmim, quando chegou em casa, disse à mãe que não poderia mais sair de casa porque a polícia queria matá-la.

Partindo para a próxima pergunta que direcionava o encontro, perguntei: “**O que vocês fariam?**”.

Rosa responde dizendo que voltaria para a escola e pararia de aprontar. Revela que a sua sogra tem um pouco de raiva dela pelo fato de que quando começou a namorar seu filho, ele era um rapaz quieto, não roubava, não fazia nada, porém, Rosa instigava-o para executar os planos que ela planejara, afirma que: “*Gostava muito de fazer essas coisas*”.

Jasmim diz que: “Não pegaria esse negócio de Medida”, acrescenta falando que não gosta de ficar no Posto de Saúde fazendo as tarefas.

Lavanda disse que seria mais humilde com a sua família, acredita tratá-los muito mal, é agressiva, bruta e “muito chata”.

Rosa afirma ter um marido muito bom e que ela não o agradece, relembra de seu passado onde esteve em um relacionamento abusivo, apanhava, chegou a ir a uma delegacia, onde foi aberto um processo em que o seu ex precisa manter distância dela.

Neste momento Lavanda ficou muito pensativa.

Jasmim começou a rir porque se lembrou de várias mulheres que residem na mesma rua que ela e apanham, sobretudo acredita que elas merecem.

Rosa rebate dizendo que ninguém merece apanhar, que se o relacionamento não estiver bom então que se separem.

Jasmim conta que o seu pai batia muito em sua mãe “dava várias surras”, um dia sua mãe separou-se dele, seus pais estão há aproximadamente dois anos separados, por vezes querem reatar e Jasmim diz pensar que o seu pai não mudou nada, ele pode dizer que não vai cometer mais tal ato, que pode se fazer de bonzinho, portanto, que é tudo mentira, ela acha melhor que fique assim, cada um em seu canto.

Fiz um resumo das respostas que elas deram e todas acenaram com a cabeça aprovando. Posteriormente, questionei sobre o que elas **fariam de diferente**.

Rosa começou dizendo que jamais teria aprontado, revela não ter nada material, daquela época, ela trabalha, o seu esposo atua em uma lanchonete, também afirma que o dinheiro deles hoje rende mais. Conclui dizendo já ter passado por muitas humilhações.

Jasmim concorda com o final da conclusão de Rosa e aproveita a deixa para lembrar das humilhações e das respectivas mães por terem suas filhas sendo chamadas de ladras por inúmeras pessoas.

Rosa retorna falando que, nos dias de hoje, vê um carro de polícia e continua andando, no passado, quando isso ocorria, ela achava que eles estavam seguindo-a por todos os lados. Contudo, hoje não tem mais medo deles.

Lavanda complementa que, quando aprontamos, as consequências vêm e Jasmim afirma que quando algo some dentro de casa, as pessoas já a tacham de ladra, mesmo sem ter cometido nenhum ato errado, conclui que “fica tudo mais difícil”.

O silêncio toma conta do grupo, eram quase 15h. O tempo voou. Pensamos em uma hora de encontro e extrapolamos.

Por fim, as meninas disseram que foi tão bom que nem viram o tempo passar, afirmaram ter gostado muito e sugeriram de fazermos novamente. Eu disse que não queríamos perder o contato e que iríamos nos falando.

ANEXO E: Entrevistas com os Técnicos

Técnica Bela

A primeira questão feita para Bela foi se ela já havia atendido alguma menina na Medida Socioeducativa. Ela diz que sim, já atendeu duas meninas, uma delas cumpria uma medida de Liberdade Assistida e a outra de Prestação de Serviços à Comunidade. Ela conta que não tem atendido muitas meninas ao longo do tempo que trabalha neste local, esclarece que são poucas em relação ao número de meninos atendidos.

Peço para que Bela aprofunde a questão da diferença entre os atendimentos, Bela diz que enxerga certa dificuldade, pelo fato de ser do mesmo sexo que a jovem, ressalta que são poucas meninas que têm para atender.

Pergunto a ela se acredita que deva existir alguma diferença entre os atendimentos das meninas e dos meninos. Ela afirma que não há necessidade em agir de forma diferente. Todavia, pensa que meninas são mais sensíveis do que meninos, em contrapartida relembra o exemplo citado anteriormente: “não percebi isso na “G” ela era bastante insensível, nem um pouco sensível, isso ela não era mesmo! Chegar e chorar, não tinha isso não.”. Conta dizendo que os meninos contam tudo, desde temas como o sexo até o ato infracional, “G.” já chegou a gritar com Bela e os outros Técnicos, eles questionavam o porquê de aceitar ser tratada daquela forma, no entanto, Bela respondeu aos seus colegas que a menina não podia dar o que nunca havia recebido da vida, como o carinho da forma como aprendeu não poderia exigir isto dela. G. relatou que o comportamento dos meninos era ruim, que eles não respeitavam os técnicos do serviço e que eram “folgados”, porém, quando as duas técnicas e educanda estavam juntas, G. ficava mais calma.

Perguntei-lhe “como são as participações das adolescentes quando estão em grupos”? Bela diz que já havia atendido, em grupo, uma menina que era recebida por outra Técnica. Percebeu que a menina não gostava de participar; afirmava não sentir-se à vontade. Questionara à técnica o porquê de tê-la colocado no grupo. Complementa dizendo que as meninas não fazem atividades coletivas. Bela percebe maior interação dos meninos, quando participam dos grupos, e afirma que se fosse falar de meninas, seria em casos específicos.

Indago que a proposta é pensar nestes grupos e ela diz que é “uma boa” “pensar sobre”, pois tem poucas meninas e quanto tem não são criadas outras condições para atendê-las. Contudo, afirma que as meninas do Centro Comunitário não participam porque estão grávidas, não têm interesse, ou não querem. Muitas pessoas por onde passa e fala sobre o que faz, questionam se não há meninas cumprindo Medida, Bela diz que apesar de ser minoria, há sim.

Prossegue afirmando que precisa ser pensado sobre como atender, “... senão a gente coloca do mesmo jeito”. Afirma, ainda, que o tratamento não deve ser alterado, como por exemplo: tratar com delicadeza porque é menina. Bela relembra a história de “G.” dizendo que ela não era nem um pouco delicada. A Técnica continua sobre o tema, declarando que a questão dos grupos precisa ser pensada, coloca também que

às vezes os profissionais ficam muito focados nos meninos, mas que é preciso pensar numa forma na qual ambos os sexos “possam falar, se expressar, se comunicar”.

Pergunto agora se nos espaços de formação e reunião ela tem ouvido falar especificamente do atendimento às meninas, a devolutiva é negativa. Bela acredita que, pelo fato de serem uma minoria, nesta condição, as adolescentes acabam ficando esquecidas, usa como exemplo as visitas feitas aos homens nos presídios, em que mulheres acampam e fazem filas gigantescas para ficar mais tempo com os seus, já nos presídios designados às mulheres, elas não têm visitas dos seus companheiros, portanto, não há emprenho equiparado.

Continua afirmando que: “temos que ver as meninas também estão em Medida Socioeducativa e não temos esse olhar cauteloso, atendemos pela massa maior, dos meninos”. Pontua que vê os cursos oferecidos como, por exemplo, o de Cabeleireiro e o de Mecânico de motos, como exemplo de diferença de oportunidades. Os meninos dizem já trabalhar em salões de cabeleireiros, mas para as meninas não existem tantas opções, elas poderiam se interessar pelo curso de Mecânica de motos, Bela não vê problema algum, porém não há cursos voltados à estética ou cursos voltados ao universo feminino. Declara ainda que a política é mais voltada para as questões masculinas, “exatamente isso, dá para ter uma discussão boa a respeito disso”, acrescenta.

Perguntei à Bela sobre a diferença da medida entre meninas e meninos, ela conta que não deveria existir, porém que agora as respostas estavam caminhando um pouco diferente do que fora dito anteriormente. Ela me responde dizendo que o tratamento é igual e que o atendimento tem que ter um diferencial, sendo assim, acredita que nos atendimentos grupais devessem existir mais opções de cursos, mais propostas de encaminhamentos, pois, até nas vagas de empregos enviadas pela SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), há somente oportunidades para os meninos, não aparecem vagas para elas.

A responsabilidade maior é para as mulheres, diz Bela que relembra novamente do perfil de “G.”, ela tinha um filho, ao longo dos atendimentos engravidou novamente e a responsabilidade era toda dela, ia para o Centro com o seu filho no colo, a barriga estava enorme, precisou ir a uma audiência e aconteceu da mesma forma. Sendo assim, o cuidado recebido era o dos técnicos, pois acredita que não há

preocupações ou cuidados para com estes casos vindos do poder público. Bela levanta a hipótese de que não há diretrizes para pensar e executar um trabalho sobre a temática e afirma que as meninas podem ser uma minoria, porém elas existem, portanto devemos pesar e ter um olhar voltado para elas.

Por fim, Bela defendeu que unir o desejo à realidade seria ideal, usa como exemplo o curso de Massagem, "... devemos pensar em coisas que elas gostam de fazer e temos que levar em consideração isso", ela percebe que, para os meninos, há o curso de Cabeleireiro, eles afirmam querer cortar cabelos de homens e negam-se a cortar os de mulheres, o motivo: "eles têm preconceito, dizem que de mulher é para *gay*". Do outro lado, as meninas não falam isso, que cortarão somente de mulheres ou apenas de homens, Bela encerra a entrevista dizendo que faz muito tempo em que não há nada voltado para as meninas.

Técnico Caio

A primeira pergunta que faço para Caio é se ele já atendeu meninas em Medida Socioeducativa, ele responde que está atendendo uma menina em condição de Liberdade Assistida; está neste processo há dois anos, este foi um de seus primeiros atendimentos desde que está na ONG. A menina tinha dezesseis anos, hoje está com dezoito.

Caio diz que sim, em relação aos meninos, ele percebe que há orgulho por fazerem parte do mundo do crime. Com as meninas, Caio diz que nem tanto, elas não sentem esse orgulho, ficam envergonhadas, sobretudo quando passam por internações.

Questiono sobre como Caio vê a história de vida da jovem, a qual ele trabalha por dois anos, aqui a chamaremos de Violeta. Responde-me afirmando que obteve tal conhecimento ao passar do tempo, pois no início a menina não se declarou sobre a vida pessoal, familiar. Ela demorou muito a contar sobre o ato infracional e sua vida depois de um tempo ela foi abrindo essas questões. Sobre o ato infracional, ela relatou para o Técnico que iniciou por volta dos doze ou treze anos de idade.

Instigo perguntando sobre o momento em que a jovem não falava, não expunha sua vida, quero saber o que Caio acha que acontecia. Ele afirma que quando a menina chega na Medida Socioeducativa, não sabe o que de fato é. No caso de Violeta, não houve internação e há o desconhecimento do que é a Medida. Percebeu também que no início dos atendimentos, ela ficava se escondendo. No entanto, quando criou confiança no Técnico acabou declarando-se.

“O que você percebe sobre as questões de vida das suas adolescentes, no caso a Violeta?”; questiono. Caio detalha; Violeta tem pais separados, o genitor vive no Nordeste e ajuda financeiramente, a menina mora com a mãe, a avó e irmãs em um bairro da região. Sobre o período em que vive com a mãe, Violeta fala pouco. Apenas diz que a genitora está desempregada e que por vezes trabalha como empregada doméstica, diarista... Violeta, por sua vez, nunca trabalhou, nem registrada e nem com trabalhos informais, Caio se questiona sobre como elas se sustentam, vivendo nesta dinâmica. Todavia, por meio de visita domiciliar, ele pode perceber que elas possuem uma vida, na qual não passam por necessidades, nem com alimentos, nem com vestimentas e lazer, pois Violeta “sempre sai com as amigas, vejo que ela tem uma vida de ir para muitos bailes, mas tudo perto de casa, nada fora do bairro”.

Indaguei sobre como Caio vê a Medida para Violeta. A retórica é que ela comete atos infracionais desde os doze anos de idade, “... ela rouba para o seu próprio consumo, são lojas de roupas do shopping e do bairro, cosméticos, xampu para os cabelos, maquiagens, faz pequenos furtos”. Na concepção do Técnico, esses atos não mudarão a vida de Violeta. Afirma também que ela entrou neste meio por intermédio de um grupo de meninas da região, as quais pertencem à turma denominada “Ajax”. Outras meninas deste grupo também já passaram por Medidas Socioeducativas, na mesma ONG ou em outras da região.

Pergunto sobre o nome Ajax, o porquê desse nome para o grupo e Caio declara que há um time de futebol na região do bairro onde Violeta reside no qual as meninas apelidaram-se: Ajax. Em sua equipe de trabalho houve discussão sobre o nome e chegaram ao entendimento de que este também é o nome de um produto de limpeza, sendo assim: “elas “fazem a limpa” nas lojas e nos lugares por onde passam, é o entendimento deles”.

Caio prossegue dizendo que Violeta já se acostumara com este estilo de vida. Certa vez, em uma visita domiciliar, na época de Páscoa, na casa dela viu sete ovos de Páscoa no armário. Cada um custava aproximadamente R\$ 80,00. Ele indagou-se sobre como ela vive nesta situação e tem sete ovos de páscoa neste valor. A mãe de Violeta não a questiona sobre de onde vêm estes produtos. Caio tem para si que a genitora beneficia-se dos artigos roubados por Violeta.

O Técnico relata que em um dos atendimentos, no qual a mãe de Violeta fazia-se presente, eles falavam sobre uma loja do ramo varejista e o Técnico perguntou o que a jovem ia fazer naquela loja, ela respondeu que ia buscar xampu, cremes para o cabelo, ele a orientou a comprar estes produtos e não roubar, pois assim corria o risco de se pega novamente, Caio questionou também sobre quem utilizava os produtos, a jovem olhou para a sua mãe e deu uma “risadinha”. Sendo assim, concluiu que Violeta e toda a sua família usufruem dos artigos obtidos pelo roubo.

Questiono se é por uma questão de necessidade ou outros motivos. Ele diz que o objetivo dos meninos é sim de roubar, vender e usar drogas para curtir, usar no “funk”, andar com carros e motos roubadas, declara que os meninos fazem isso para usufruírem de prazeres. Pelo prisma das meninas, Caio não vê da mesma forma, pois acredita que o fazem por motivos de necessidade, como uma roupa para o final do ano, de verão. Violeta já passou em frente a uma vitrine de uma loja e viu um vestido que gostou, então, funciona assim, ela vê na vitrine, escolhe e entra para furtar.

O Técnico traz um pouco dos sentimentos sobre os atendimentos ao adolescentes do sexo masculino e das adolescentes do sexo feminino, indago se ele acredita em uma diferenciação dos atendimentos dos meninos e das meninas. “Será que existe a necessidade de um tipo de atendimento específico para as meninas?”, questiono. Em afirmativa, Caio diz que quando se fala sobre Ato infracional, discute-se muito as questões dos meninos, porém, não pensam nas meninas.

As oportunidades que aparecem, tanto como os cursos, a rede de serviços no geral tem sempre os olhos voltados para os meninos.

Acrescenta, ainda, que os serviços de Medida sempre fazem adaptações para atender as adolescentes, buscando falar de temas que visam os seus interesses e até

oficinas são produzidas para melhor atendê-las, contudo, se olharmos para a política de atendimento, não tem nada voltado especificamente para elas.

Pergunto se Caio vê alguma dificuldade no atendimento com as meninas. A devolutiva é que a objeção dá-se pelo fato das meninas serem “introspectivas”, como exemplo, passaram dois anos para poder saber o que Violeta pensava sobre a escola, ato infracional, da família, da vida. Com os meninos é diferente, dentro de seis meses na medida, eles já se declaram, confiam em falar sobre o furto, afirmam que não querem mudar de vida.

Prossegue relembando o perfil de Violeta. Caio percebeu a diferença quando saiu em férias e Violeta fora atendida por uma Técnica do sexo feminino. Diz que as questões sobre sexualidade e prevenção foram muito mais elaboradas com ela que o substituída do que com ele em um ano de atendimento. Declara que os atendimentos com a Técnica que ficara em seu lugar foram muito mais bem elaborados e que Violeta sentiu-se mais à vontade. Em uma discussão com sua substituta, perceberam que houveram avanços no que diz respeito a encaminhamentos para médicos, atendimentos na UBS da região, atendimentos psicológicos, de prevenção e os exames “periódicos que as mulheres fazem”.

“O que você faz de diferencial para o atendimento as meninas?” questiono. Caio diz que o diferencial é enxergar o outro lado da vida das meninas. Ele percebe que a temática da paternidade é bem forte, no sentido de que não há apoio para elas, acrescenta que elas. Acrescenta que elas sentem necessidade de ter um pai próximo, presente em suas vidas, sobretudo que as reconhecessem em vida e juridicamente também. O que os Técnicos fazem, em relação a isso, é encaminhar para o Fórum para o reconhecimento da paternidade.

Em relação ao futuro, pergunto se ele percebe a busca de novas perspectivas por parte delas, ele afirma que, de um modo geral, sim, que as meninas têm buscado cada dia mais o seu espaço e que há participação delas em projetos da Assistência Social, como o Centro para a Juventude, Centro para as Crianças. Na questão profissionalizante, existem alguns cursos na área da estética, revela Caio que o curso de Cabeleireiro, que antes fazia parte do trabalho masculino, agora as meninas têm entrado também.

A pergunta posterior foi relacionada a como as meninas se sentem nos atendimentos realizados pela Medida, se elas se sentem incluídas...aio responde que quando oferecem oficinas voltadas para elas: Sim. Prossegue contando que em um dos encontros gerais, com meninos e meninas juntos, apenas uma delas pareceu, Violeta, que ficou acuada. O tema do encontro era sobre o dia dezoito de maio, que é considerado o dia Nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Quando questionou aos meninos se já haviam presenciado algum ato de exploração sexual, eles negaram. Aproveitando o ensejo, Caio perguntou se eles participavam de bailes *funk*. As respostas foram sim, sendo assim, o Técnico aproveitou para dizer que nestes locais existe um tipo de exploração sexual, diretamente voltado às mulheres, onde as letras das músicas enfocam a questão sexual e de xingamentos.

Violeta não falou nada no grupo, apenas quando já havia encerrado e estavam fazendo um lanche. Caio diz que ela estava com vontade de expor a sua opinião, pois os adolescentes começaram a falar sobre vestimentas, afirmando que as meninas que vão para o baile com determinadas roupas “estão querendo”, Violeta disse que não é porque ela está vestindo uma roupa curta ou decotada que significa que ela está a fim de praticar outras coisas e sim porque gosta de usar este tipo de roupa.

Por fim, pergunto para Caio no que ele percebe que a Medida Socioeducativa contribui na vida das adolescentes. A resposta é que contribui para o crescimento da visão global, a descoberta de caminhos que não imaginavam que pudessem existir, uma rede tão grande de garantia de direitos que fossem a favor de cuidar desses adolescentes e pensar em estratégias para assegurar o que lhe é de direito. Encerra, usando um exemplo real, afirmando que as meninas só estão neste serviço porque estão em cumprimento de alguma Medida. Chegando lá, deparam-se com uma equipe multiprofissional que trabalha no âmbito da promoção social, “... a função da equipe técnica é buscar caminhos para o fortalecimento das atendidas, buscando na Rede Serviços e de Apoio que elas possam estabelecer vínculos e participação”.

Técnica Ana

A entrevista descrita a seguir foi realizada com uma Técnica designada à função de atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Ela exerce esta função há mais de uma década e foi denominada como Ana, nesta entrevista, por questões de segurança e ética.

A primeira pergunta feita à Ana foi em relação ao atendimento a adolescentes do sexo feminino que estão cumprindo Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. A resposta é clara, ela afirma que o crescimento de atendimentos a meninas têm aumentado gradualmente, todavia destaca que fazer atendimento prioritário a grupos formados somente por elas acaba sendo limitado. Embora aprecie a mistura de gêneros nos grupos, Ana ressalta que as meninas sentem-se inibidas para exporem suas perguntas por que algum menino pode conhecê-las, ou conhecer os seus namorados. Alguns assuntos têm as temáticas das gravidezes precoces, DST, por isso há inibição em grupos mistos. Na visão da técnica, um espaço reservado apenas para adolescentes do sexo feminino seria ideal para melhor atender as suas necessidades.

Posteriormente, questiono sobre o atendimento individual. A devolutiva é de que os outros técnicos que trabalham junto à Ana percebem que ela se identifica bastante com os atendimentos às meninas, ela também acredita que existe maior identificação das meninas com as técnicas que são do mesmo sexo. Segundo ela, chega a ser semelhante à mãe e filhas, pois elas desabafam, choram e sabem ouvir. Ana declara que não tem preferência em relação aos atendimentos.

Relata ainda que há certa dificuldade por parte das meninas quando a Medida é encerrada. Um caso, em especial, chegou a culpar o juiz pela Liberdade Assistida. Ana explicou a ela que fora, por conta de seu esforço, que o juiz a liberou, no entanto, a menina ainda saiu reclamando.

A respeito das histórias de vida das meninas, Ana resume um relato em que uma das meninas atendidas, com idade de quinze anos e que já tinha um filho, perdeu a mãe, que era usuária de droga, de uma forma brutal. Anteriormente ela contava

com a mãe para apoiá-la e agora precisa encarar esta nova realidade, “[...] *como se fortalecer, como lutar nessa situação?* ”, questiona Ana.

Ainda sobre as histórias, pergunto se há relatos complexos, não há dúvidas na resposta, Ana diz que uma das meninas foi abusada sexualmente pelo pai e, em seguida, descobriu que ele não era pai e sim padrasto, a mãe a expulsou de casa alegando que ambos deveriam morar juntos. Não vendo outra saída, a jovem foi trabalhar em um prostíbulo. Lá, sentia-se valorizada, havia uma visão ilusória de amor pela jovem em relação ao trabalho. No meio desta etapa, a menina contraiu doenças. Certo dia, um rapaz a encontrou e passou a assumi-la, ela era usuária assídua de cocaína e alegava fazer o uso da substância para atender os clientes. Posteriormente, ela saiu de lá. No entanto, sentia falta do trabalho, pois lá se sentia amada e desejada.

A intervenção feita por Ana, nesse caso, foi de buscar dar uma orientação em relação à nova vida que estava por vir, à criança que estava sendo gerada em seu ventre e ao novo parceiro que tinha. Ela apanhou dele algumas vezes, todavia afirmou que o namorado não cometia mais tal ato. Fora orientada a criar novos laços.

São muitas histórias, “[...] daria para escrever um livro”, afirmou Ana. Certa vez, uma jovem foi abusada por um policial, o qual acariciou as suas partes íntimas e apertou os seus seios. Ana ressalta a violência contra essas meninas que tiveram suas infâncias, juventudes e ingenuidades roubadas.

Outro caso é o de uma adolescente que engravidou aos 14 anos de idade, bem como ocorreu com a sua mãe. O primeiro filho de sua mãe fora doado, quando ela o encontrou novamente, ele estava jogado em um bairro da Zona Sul de São Paulo usando *crack*. Esta adolescente está apanhando do companheiro, do irmão e do pai, que mora no mesmo quintal. Ana orientou-a dizendo que não é normal viver apanhando das pessoas, há intervenções conjuntas com a irmã dela que mora em outro município e com apoio da UBS. A jovem que sofreu agressões disse que está melhorando e que os dois, companheiro e pai, não estão mais a agredindo, sobretudo que tem um ótimo vínculo com a técnica. Este trabalho concomitante a tem auxiliado, porque as informações são trocadas entre técnica e jovem de forma direta.

Dando continuidade às perguntas, questionei se Ana percebe alguma contribuição da Medida Socioeducativa. A resposta é positiva. Ela acredita que não

era necessário chegar até o espaço para mudar de vida, todavia afirma que os horizontes são ampliados e que a vida é muito mais do que apresentaram para as meninas. Um exemplo é a menina que trabalhava em um prostíbulo, a convivência com o companheiro melhorou, ela teve um filho e conseguiu enxergar a vida sob outros prismas, logo, a Medida contribui positivamente nesse caso.

Ana relata que “neste tempo de atendimento, sempre obtive apoio do poder público em relação à maternidade. Todas as meninas que eu tenho atendido estavam grávidas ou haviam tido filhos há pouco tempo. Por este motivo, sinto dificuldades de inseri-las em cursos profissionalizantes, pois elas ficam impossibilitadas de participar”.

Quanto aos lugares para encaminhar as meninas, Ana declara que a maioria é do próprio Centro Comunitário, porém, quando as encontra em outras entidades, a dificuldade maior é a distância da casa das adolescentes. Conta que a dificuldade de inclusão também depende das vagas em creches e que, nesta região, é bem escassa. “Nos atendimentos reforçamos muito a importância de retornar a escola, mas também fica atrelado as questões das creches para cuidar dos seus filhos”, Ana esclarece.

Pergunto se ela acha que existe uma necessidade de diferenciação no atendimento das meninas e dos meninos, a resposta é a de que eles, os técnicos, analisam cada caso em suas singularidades, ela cita o exemplo de meninos que são extrovertidos e outros que são introspectivos, entretanto ela não enxerga tanta diferença, pois as intervenções feitas são similares.

Segundo a técnica, há meninas que sofrem violência do companheiro, namorado, relatam ameaças nas quais são forçadas por tortura psicológica a manterem essas relações, pois, caso contrário, apanham. Ana ainda diz que há de se ter um olhar para essas questões, mostrar para elas que não é mandatório passar por esses episódios para terem suas relações com os meninos. Quanto aos meninos, diz ela, “[...]conseguimos perceber que eles estão sofrendo algum tipo de violência”.

Indago que a questão da violência tem aparecido em seus atendimentos e, então, Ana responde que as meninas sempre chegam com hematomas e machucados, elas sempre contam o que houve, algumas sofreram, ou ainda sofrem, violência do padrasto, do companheiro, todavia, em alguns casos, elas contam que reagiram violentamente também.

Ana completa a entrevista afirmando que os filhos que nascem, ficam sempre com elas e nunca com os homens. Também que essas meninas repetem o que acontece com as suas mães. Por fim, os filhos crescem e não têm ninguém para dar apoio, para orientar na criação e no acompanhamento. Na ocasião em que a criança mais precisa de apoio, a mãe está trabalhando para promover o sustento da casa. Por conseguinte, Ana exemplifica um caso em que, aos nove anos, o filho diz que começou a fumar maconha, a jovem mãe se espanta, pergunta-se onde estava porque não viu. A resposta é idêntica: estava no trabalho, buscando subsistência para a família. Ana ainda afirma que é preciso mostrar para as mulheres as possibilidades de contracepção para que elas possam pensar melhor antes de tomar a decisão de ter filhos. Encerra a entrevista dizendo que é necessário apresentar, para as mulheres, o autocontrole de suas vidas, a independência, visto que muitas vezes elas dependem do outro. “[...] existem muitos elementos para serem estudados sobre as meninas”, finaliza Ana.

ANEXO F: Documentários

Abaixo há a indicação de documentários que tratam de parte dos temas relacionados ao conteúdo da presente dissertação.

Bagatela – Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VrgY_ol9IC4 (Acesso em: 08/01/2019).

As Mulheres e o Cárcere - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cTSgBhSU-dI> (Acesso em: 14/01/2019).

O Cárcere e a Rua - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fr3bIY9FIOo> (Acesso em: 12/01/2019).

Se Eu não Tivesse Amor - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TF8S5oGkL-c> (Acesso em: 04/01/2019).

Juízo (sobre adolescentes em conflito com a Lei) - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Oap5IUSp6w> (Acesso em: 10/01/2019).